

Universidade de Lisboa

Faculdade de Direito



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

**Análise histórica do princípio da publicidade processual: sua aplicação da
origem ao processo contemporâneo brasileiro**

Dissertação apresentada como
pressuposto a conclusão do curso
de Mestrado na especialidade
Ciências Histórico-Jurídicas
(2016/2017)

Mestrando: Israel Felipe Martins
Damasceno

Orientador: Professor Doutor
António Pedro Barbas Homem

Matrícula nº 29463

Aluno nº 56177

2020

Universidade de Lisboa

Faculdade de Direito



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

**Análise histórica do princípio da publicidade processual: sua aplicação da
origem ao processo contemporâneo brasileiro**

2020

DEDICATÓRIA

Dedico o presente trabalho de conclusão de curso a toda minha família.

Eu não existiria sem vocês, não apenas no plano físico-biológico, mas, sobretudo, existencial. Vocês contribuíram diretamente na formação de minha personalidade e meu caráter. O que sou, é um reflexo da influência de vocês na minha criação.

Tenho imenso orgulho de ter o Sr. Marcílio como pai, desejo ser um homem tão bom quanto você é. Eu nada seria sem você, Karla, minha mãe, que sempre foi e será o meu carinho eterno. Meus avós, Mário (*in memoriam*), Terezinha e Olga, com a sua presença tão intensa em minha vida e educação, são verdadeiros exemplos de superação. Juliana, minha irmã, com quem compartilhei incontáveis aventuras durante a vida. Ao Lucas, meu cunhado e ao Davi e Ana, meus sobrinhos amados. Elimara, meu grande amor, atenciosa, compreensiva e cuidadosa.

Meu amado e insubstituível avô Raymundo (*in memoriam*), que nos deixou poucos dias antes do depósito dessa dissertação, dedico a você não apenas o presente trabalho, mas a minha formação até aqui.

Família, eu amo vocês!

AGRADECIMENTOS

Após esses trinta primeiros anos, durante os quais pude formatar uma simples e humilde concepção sobre a vida e sobre a humanidade, criei o entendimento de que o sentimento mais importante que nós, seres humanos, podemos sentir, por ser, sobretudo, justa e necessária a sua expressão, é, sem dúvidas, a gratidão. Por esse motivo, posso dizer, indubitavelmente, que sou verdadeiramente grato à vida, razão pela qual se faz imprescindível tecer breves, mas reais e oportunas, palavras de agradecimento.

Primeiramente, agradeço a D'us, em quem confio e deposito toda a minha crença e fé, sendo apenas Ele digno de toda a honra e glória. Já no plano material, agradeço aos meus pais, avós e irmã que, juntos, possibilitaram minha estadia em Portugal, o que me permitiu realizar o grande sonho de cursar Mestrado na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Agradeço imensamente, também, a minha esposa pela paciência, temperança e suporte nas longas noites dedicadas a essa escrita. A toda minha família, pelo apoio direto e indireto.

Na academia, agradeço ao Professor Doutor António Pedro Barbas Homem, que, por meio das lições semanais durante o ano curricular do curso de mestrado (2016/2017), permitiu que meus horizontes fossem expandidos, o que me possibilitou galgar novos ares e apresentar essa dissertação. Sou grato por toda paciência, dedicação e carinho que me fora despendido pelo nobre Professor e que posso, orgulhosamente, chamar de Orientador. Agradeço também aos Senhores Professores Doutores José Artur Duarte Nogueira e Eduardo Vera-Cruz Pinto, pela atenção que sempre me disponibilizaram.

Para nós, alunos brasileiros, a liberdade do pensar fora dos ditames previamente fixados pela maciça doutrina é algo que só alcançamos com enorme esforço e com muitos anos de estrada, mas fui agraciado por poder experimentar tal liberdade logo no ano curricular do mestrado.

A todos que, citados neste papel ou não, fizeram parte da minha vida até aqui, muito obrigado!

ABREVIATURAS:

§ – Parágrafo;

a.C. – Antes de Cristo;

AIB – União Integralista Brasileira;

ANL – Aliança Nacional Libertadora;

Art. – Artigo;

BR – Brasil;

CC ou CCB – Código Civil Brasileiro;

CF ou CR – Constituição da República Federativa do Brasil;

CN – Congresso Nacional;

CPC/2015 – Código de Processo Civil de 2015;

CPC/39 – Código de Processo Civil de 1939;

CPC/73 – Código de Processo Civil de 1973;

d.C. – Depois de Cristo;

DH – Direitos Humanos;

DL – Decreto Lei;

EC – Emenda Constitucional;

E-Proc – Processo Eletrônico;

EUA ou USA – Estados Unidos da América;

FEB – Força Expedicionária Brasileira;

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

Inc. – Inciso;

LO – Lei Ordinária;

MG – Minas Gerais;

MP – Medida Provisória;

NCPC – Novo Código de Processo Civil de 2015;

OA – Ordenações Afonsinas;

OF – Ordenações Filipinas;

OM – Ordenações Manuelinas;

PJe – Processo Judicial Eletrônico;

PT – Portugal;

RS – Rio Grande do Sul;

Séc. – Século;

SP – São Paulo;

STE – Supremo Tribunal Eleitoral;

STF – Supremo Tribunal Federal;

TJ – Tribunal de Justiça;

UE – União Europeia;

RESUMO

O princípio da publicidade processual (ou publicidade dos atos processuais), inobstante a sua relevância ao Estado Democrático de Direito, forma esta adotada expressamente pelo Brasil em sua Constituição de 1988 (Constituição democrática), teve recente tratamento normativo no país. Seu escopo sempre foi, além de dar ciência dos atos processuais às partes, possibilitar que a sociedade, inclusive através do homem médio, exercesse o controle externo sobre o Poder Judiciário. A garantia da publicidade, aliás, é um valor republicano que caracteriza o próprio Estado Democrático de Direito. A publicidade que emana dos processos judiciais em sua forma física nunca despertou maior atenção dos juristas, entretanto, com a evolução do ordenamento jurídico brasileiro, pode-se dizer que houve significativa evolução no modo de se perceber a publicidade processual, sobretudo com o advento do Processo Judicial Eletrônico que, possivelmente, forçou uma releitura do referido princípio processual. Destarte, tem-se que o tema não é comumente visitado pelos juristas brasileiros, nem mesmo dentro da academia, razão pela qual é de grande relevância a sua análise neste trabalho, oportunidade em que se elaborará uma retrospectiva histórica através dos normativos genuinamente brasileiros. Neste estudo, procura-se enfrentar a questão indicando essa nova forma de se olhar a garantia da publicidade sob o viés informatizado do processo contemporâneo.

Palavras-Chave:

História do Direito; Evolução das Constituições brasileiras; Evolução dos Códigos Processuais Cíveis brasileiros; Princípio da publicidade; Publicidade dos atos processuais; Processo Judicial Eletrônico; Segurança dos meios de informação; Evolução histórica.

ABSTRACT

The principle of publicity (or publicity of procedural acts), notwithstanding its relevance to the Democratic State of Law, is expressly adopted by Brazil in its 1988 Constitution, if it can be said, it has had recent normative treatment in the country. Its scope has always been, in addition provide knowledge of the procedural acts to the parties, to enable society, including through the average man, to exercise external control over the Judiciary. The guarantee of publicity, moreover, is a republican value that characterizes the Rule of Law itself. The publicity that emanates from the judicial processes in their physical form never aroused more attention of the jurists, however, with the evolution of the Brazilian legal system, it can be said that there was a significant evolution in the way of perceiving the publicity process, especially with the advent of the Electronic Judicial Proceedings, which possibly forced a re-reading of the aforementioned procedural principle. Therefore, the theme is not commonly visited by Brazilian jurists, not even within the academy, which is why its analysis in this work is of great relevance, an opportunity in which a historical retrospective will be elaborated through Brazilian norms. In the present study, we try to face the question indicating this new way of looking at the guarantee of advertising under the computerized bias of the contemporary process.

Keywords:

History of Law; Evolution of Brazilian Constitutions; Evolution of Brazilian Civil Procedural Codes; Principle of publicity; Publicity of procedural acts; Electronic Judicial Process; Security of the information media; Historic evolution.

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. A história do direito. O que é?	14
2.1. História.	14
2.2. O direito. O que é? Um conceito aceitável.	16
2.3. História do Direito.....	20
2.4. Escopo do Estudo da História do Direito.	22
3. Publicidade dos atos processuais. Constituições e Códigos Processuais Cíveis.....	23
3.1. Princípio da Publicidade processual. Breve indicação de seu surgimento.	23
3.1.1. Publicidade, um conceito auxiliar.	27
3.2. Surgimento e evolução das Constituições brasileiras.....	33
3.2.1. Constituição de 1824.....	33
3.2.2. Breves apontamentos: Portugal em oitocentos.	42
3.2.3. Constituição de 1891.....	48
3.2.4. Revolução de 1930.	56
3.2.5. Constituição de 1934.....	59
3.2.6. Constituição de 1937.....	64
3.2.7. Constituição de 1946.....	69
3.2.8. Golpe Militar de 1964.	74
3.2.8.1. Emenda Constitucional nº 1, de 1969. Constituição de 1969? 78	
3.2.9. Constituição de 1988.....	79
3.3. Códigos Processuais Cíveis Brasileiros.	90
3.3.1. O Direito Anterior: As Ordenações Filipinas. O Regramento do Supremo Tribunal de Justiça. Regulamento nº 737, de 1850.	99
3.3.2. Códigos de Processo Civil dos Estados.	106
3.3.3. Código de Processo Civil de 1939.	111
3.3.4. Código de Processo Civil de 1973.	117
3.3.4.1. As funções da garantia da publicidade dos atos processuais após 1988.	128
3.3.5. Código de Processo Civil de 2015.	131
3.3.6. Processo Judicial Eletrônico.....	138
3.3.6.1. Realidade social. Da segurança dos dados. Medidas tomadas..	147
4. Conclusão.....	155
BIBLIOGRAFIA.	165

1. INTRODUÇÃO.

O princípio da publicidade processual, também conhecido como publicidade dos atos processuais, é um instituto com importância ímpar no âmbito jurídico brasileiro, sobretudo após o advento da Constituição de 1988, oportunidade em que o Brasil passou a apresentar-se, depois de um longo período de ditadura militar, como um Estado Democrático de Direito.

Cuida-se de garantia consagrada por diversos países e por importantes tratados internacionais, como, por exemplo, a própria Convenção Europeia para a proteção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais de 1950, que elevou o princípio em esboço à categoria de direito fundamental.

A relevância da publicidade dos atos processuais no Brasil é tão acentuada atualmente, que os atos realizados sem a observância dessa garantia processual, desde que fora das hipóteses de segredo legalmente previstas pela legislação pátria, são considerados nulos.

A referida garantia processual também funciona, no ordenamento jurídico brasileiro, como uma ferramenta indispensável ao controle externo do Poder Judiciário a ser exercido pela sociedade.

Contudo, apesar de sua notável importância, o princípio da publicidade dos atos processuais não costuma receber muita atenção da doutrina especializada, da jurisprudência e, muito menos, da academia brasileira. Isso se dá, talvez, pela sua perspectiva eminentemente filosófica, de difícil verificação e percepção prática. Em resumo, em detrimento do desenvolvimento teórico, o viés prático do Direito tem ganhado os holofotes do cenário jurídico e judicial brasileiro, tendo os tribunais lugar de destaque nessa imensa peça social e jurídica.

Por essa razão, considerando-se sua importância no ordenamento jurídico brasileiro e o seu pouco trato doutrinário e acadêmico, também levando-se em conta o surgimento do processo judicial eletrônico que possivelmente permitiu

uma nova forma de vê-lo, interpretá-lo e, por que não dizer, aplicá-lo, elegeu-se o princípio da publicidade dos atos processuais na seara cível¹ como objeto principal dessa dissertação.

Nessa toada, prestigiando-se, sobretudo, a disciplina historicista, o presente trabalho inicia-se com um capítulo conceitual (capítulo dois), oportunidade em que elaborar-se-á uma brevíssima reflexão sobre a história do Direito, pontuando-se a sua conceituação, seu escopo e, principalmente, a importância de seu estudo no campo jurídico.

Neste ponto, por oportuno, será analisada, ainda que de forma introdutória, a origem etimológica das palavras que formam os três termos/expressões: “História”, “Direito” e “História do Direito”.

Nesse mesmo capítulo inaugural, buscar-se-á compreender o direito e a história como elementos da manifestação humana, tendo o homem como a sua inesgotável fonte de conteúdo, uma vez que este é, por excelência, um agente transformador (direito como produto da cultura do homem).

Em um segundo momento, já na terceira etapa do trabalho, o estudo do instituto processual perpassará, após breves reflexões sobre a origem histórica da aludida garantia, pela análise de seu surgimento no Brasil no âmbito legislativo local a partir da declaração de Independência (1822), oportunidade em que tornou-se viável se falar no início do Brasil como um Estado soberano (ainda que pendente de reconhecimento amplo e imediato). Durante esse velejo investigativo, será revolido o contexto histórico, político e social em que surgiram as Constituições brasileiras e correlatos Códigos de Processo Civil.

Conforme bem salientado pelo ilustre Professor Doutor Marcelo Caetano, a análise da história do direito de uma sociedade não pode recair apenas sobre a enumeração das normas porque ela sucessivamente se regeu. Faz-se necessário

¹ Considerando-se a limitação imposta aos processos criminais, consubstanciada à restrição de acesso à informações por conta da possível absolvição, bem como a tradição brasileira de manter o sigilo acerca das ações trabalhistas, perquirindo evitar retaliações no mercado de trabalho para aqueles que acionam a justiça para vindicar seus direitos, esses âmbitos não serão objeto do presente estudo.

analisar em que circunstâncias e por quais razões essas normas foram editadas, realizando-se, obrigatoriamente, a ligação entre a história jurídica e a história social.² Por esse motivo, o presente trabalho revolverá, em cada tópico específico, o contexto social e político envolto na edição dos normativos constitucionais e ordinários que serão tratados.

Frisa-se, por oportuno, que a reflexão que ora pretendemos apresentar recai sobre a legislação genuinamente brasileira, que, para essa dissertação, será considerada aquela editada no Brasil após a declaração de Independência em 1822, e que no território brasileiro tenha, efetivamente, entrado em vigor. Dessa forma, estarão excluídas da apreciação tanto leis que não tenham sido elaboradas no Brasil independente quanto as normas que aí não tenham efetivamente vigorado.

Sabe-se que a história do Direito brasileiro é anterior ao próprio Brasil,³ e que a relevância do direito português é inafastável a qualquer estudo nesse âmbito, sobretudo quando da análise do princípio da publicidade em geral, seja como forma de afastar o arbítrio do judiciário, seja como meio de dar conhecimento às leis em vigência.⁴ Contudo, não obstante as reflexões que realizaremos sobre o que aconteceu no campo jurídico português em oitocentos, por uma questão de delimitação temática, tal se dará como acréscimo.

Petrifica-se, nesse ínterim que, ainda que seja interessantíssimo o estudo histórico universal e geral do princípio em espeque, importa para o presente trabalho apenas o seu surgimento através de previsão legal específica e a sua evolução no cenário jurídico brasileiro pós independência (1822), sendo essa, portanto, a delimitação material e temporal da presente pesquisa.

² CAETANO, Marcello. **História do Direito Português. Fontes – Direito Público (1140-1495)**. 2ª edição. Lisboa/São Paulo: Editorial verbo, 1985. p. 17.

³ PACHECO, José da Silva. **Evolução do Processo Civil Brasileiro**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1999. p. 25.

⁴ A propósito, sobre a publicidade na formação e divulgação das Leis portuguesas em oitocentos, ver ROMÃO, Miguel Lopes. **A Bem do Estado. Publicidade e Segredo na Formação e na Divulgação das Leis (1820-1910)**. Coimbra: Almedina, 2005.

Nesse ponto, mais precisamente acerca das Constituições que vigoram do Brasil, o estudo abrangerá desde a declaração de independência (Constituição Imperial do Brasil de 1824) até a redemocratização do país em 1988 (Constituição Federal de 1988 – Carta cidadã).

Após o relato histórico e político envolto na edição das Constituições que vigoram no Brasil independente, a análise dos regramentos processuais terá início, para enriquecimento do trabalho, com reflexões acerca do surgimento da disciplina processual e relações sobre as Ordenações do Reino, passando-se à análise de institutos processuais não formais e findando-se, posteriormente, com a edição e vigência do Código de Processo Civil de 2015 e o atual processo judicial eletrônico (PJe), conjuntura em que se verificará uma possível mitigação do princípio da publicidade dos atos processuais.

De destacar-se, desde já, que, com a evolução trazida pela tecnologia, inicialmente abandonaram-se as cartas que eram postadas pelo uso diário dos correios eletrônicos (informatização da sociedade). Nessa toada, o próprio diálogo, que outrora estava limitado à forma escrita ou verbal, foi evoluindo e, portanto, admitindo novas possibilidades através dos meios telemáticos, como, por exemplo, o telefone e, mais recentemente, a videoconferência. Nesse novo mundo, o processo, que antes era físico, informatizou-se, fazendo surgir o processo que tramita em autos eletrônicos, que trouxe consigo alguns questionamentos inexistentes quando aquele ainda era de papel.

Destaca-se que a evolução tecnológica também é campo de interesse da disciplina histórica, pois, como será brevemente verificado ainda no segundo capítulo, a informatização é fruto do homem como agente transformador.

Por esse motivo, faz-se necessária a análise de uma possível releitura do princípio da publicidade dos atos processuais, que, por sua vez, dar-se-á através do estudo dos instrumentos de segurança dispensados ao processo judicial eletrônico, sem se olvidar, contudo, dos reflexos sociais atinentes à própria população brasileira.

Objetiva-se, dessa forma, uma análise sistêmica em que se aglutine a historicidade e a teoria do direito, para que seja atingido, ao final, um relato do surgimento, evolução e aplicabilidade do princípio da publicidade dos atos processuais no percurso histórico do Brasil independente.

Por fim, completando-se o quarto e último capítulo, têm-se as conclusões derradeiras do presente trabalho acadêmico.

Perquirir-se-á, finalmente, após uma reflexão do surgimento histórico do princípio da publicidade dos atos processuais no cenário legal brasileiro, compreender se houve, de fato, uma releitura do referido instrumento garantidor, de forma a compreender a sua atual aplicabilidade.

Em outras palavras, em conclusão, portanto, após profunda percepção da evolução regional do princípio da publicidade dos atos processuais, costurar-se-á as ideias e possíveis soluções elencadas para que se demonstre um eventual caminho até que seja alcançada a ampla publicidade, capaz de, por si só, ser ferramenta eficaz no controle externo do Poder Judiciário Brasileiro.

Frisa-se que, para que seja alcançado o escopo em testilha, considerando-se principalmente as atuais limitações vivenciadas pelo autor, refugia-se em bibliografia em língua portuguesa, inglesa e espanhola.

Reforça-se que, para o presente trabalho, foram utilizados os métodos científicos histórico e hermenêutico. Ademais, por uma questão de coerência com o percurso acadêmico do autor, elegeu-se o português brasileiro, de acordo com o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, bem como as normas de formatação de textos da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, respeitando-se sempre as particularidades do Regulamento dos ciclos de Mestrado e Doutorado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

2. A história do direito. O que é?

2.1. História.

Temos que a dimensão do ofício do historiador é o tempo, razão pela qual aquele deve se ater, no desenvolvimento de sua atividade científica, a este, de forma, justamente, a aprofundar as revelações oriundas do próprio tempo, não bastando o simples recordar ou o mero relembrar, mas sendo necessário rememorar a real história da humanidade:

“A história é a memória da humanidade, mas não é suficiente recordar para ser historiador”.⁵

Nesse diapasão, faz-se necessário que nos retiremos de nossa zona de conforto e nos confrontemos com os relatos constantes das fontes primárias e, não sendo viável ou possível, com as fontes seguintes.

Não faz sentido o estudo de fatos irrelevantes ao homem, como a história dos elefantes ou mesmo das formigas. Diz-se isso, pois, os elefantes e as formigas não transformam, e a transformação é inerente à própria história, e apenas o ser humano pode agir como agente transformador.

Pode-se dizer, portanto, que o objeto principal de estudo da História é o homem. Ou seja, o escopo da disciplina historicista concentra-se no ser humano e na sucessão temporal dos atos por este produzidos.⁶

Paul Veyne apresenta dois objetivos para responder o motivo pelo qual é importante o homem estudar o homem:

⁵ EHRARDE e PALMADE *apud* CHAUNU, Pierre. **A história como ciência social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. p. 23.

⁶ BLOCH, Marc. **Introdução à história**. Sintra: Europa-América (19). CRR, E. H. **Que é história?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970. BASSELAAR, J. V. D. **Introdução aos estudos históricos**. 3. Ed. São Paulo: Heder, 1970.

*“Primeiramente, o fato de pertencermos a um grupo nacional, familiar pode fazer com que o passado desse grupo tenha um atrativo particular para nós; a segunda razão é a curiosidade, seja anedótica ou acompanhada de uma exigência da inteligibilidade”.*⁷

Nessa quadra, despiciendo dizer que o Direito, como criação do homem⁸ e a este intrinsecamente ligado dos tempos mais remotos ao atual, carece de detalhado estudo pela disciplina historicista. Por esse motivo, apesar da inexplicável relutância do ensino superior no Brasil,⁹ trata-se de matéria de curso obrigatório nas faculdades brasileiras no currículo do Direito.¹⁰

Não é demais salientar, ainda, que a evolução tecnológica, como fruto da modificação humana, também interessa à disciplina histórica, uma vez que permite ao historiador antever o futuro da própria sociedade.

Passamos, oportunamente, ao breve introito do conceito de Direito.

⁷ VEYNE, Paul. **Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história**. 4. Ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1998. p. 69.

⁸ Necessário frisar que o Direito não se sustenta fora da sociedade, e, dessa forma, sequer as leis existiriam fora da comunidade humana, conforme preleciona, em sua singular obra “O que é o direito?”, o ilustríssimo Professor Doutor Antônio Pedro Barbas Homem. Ver **HOMEM**, Antônio Pedro Barbas. **O que é o direito? Uma explicação curta para jovens leitores com pouca paciência para longas explicações**. Estoril: 2007. p. 7.

⁹ “(...) é preciso que se diga que as faculdades de Direito no Brasil, em grande parte, têm sido inexplicavelmente relutantes quanto à inserção da referida disciplina no rol maior das cátedras tidas como basilares à formação jurídica de seus bacharéis. Os centros de ensino superior que, acertadamente, cuidaram de contrariar essa tendência ainda são aquelas raras exceções à regra que mormente se localizam nos grandes eixos (...). É fato que a História do Direito foi uma disciplina desprestigiada por grande parte das academias brasileiras, apesar de seu papel primordial na construção do saber jurídico de nossos bacharéis. Tornou-se necessário que a afortunada Resolução n. 9, do Conselho Nacional de Educação, datada de setembro de 2004, viesse, formalmente, a ensinar a inclusão de temas relacionados, agora não somente à Introdução do Direito, Filosofia, Sociologia e Ciência Política, mas também à Antropologia, Psicologia e História”. in PALMA, Rodrigo de Freitas. **História do Direito**. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2019. pp. 27-28.

¹⁰ Informação do Ministério da Educação e Cultura do Brasil – MEC, disponível em http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/dir_dire.pdf Acesso em 02 de abril de 2019, às 20:51hs.

2.2. O direito. O que é? Um conceito aceitável.

Nas línguas da modernidade, encontramos duas classificações utilizadas para traduzir a ideia de Direito.

A primeira definição interligada ao termo *direito* encontra similar vocábulo em todas as línguas neolatinas e, de um modo geral, nos idiomas ocidentais modernos: *Droit* (francês); *Diritto* (italiano); *Derecho* (espanhol); *Recht* (alemão); *Right* (inglês); *Dreptu* (romeno).

É majoritário entre os linguistas que essas palavras têm sua origem na expressão *directum*, que, no sentido de *direito*, voltado ao sentido amplo de Ciência do Direito, tem sua fonte na Roma Antiga, sendo o termo formado pelas palavras *DIS* (muito) + *RECTUM* (reto, justo, certo).

Ou seja, Direito, em seu nascedouro, significa “o que é muito justo”, “o que tem justiça”, “aquilo que é reto”, ou ainda, “aquilo que é conforme a régua”.

Lado outro, há mais um conjunto de palavras que, nas línguas modernas, liga-se à noção de direito. Esse segundo aglomerado é representado pelos termos: jurídico, jurisconsulto, judicial, judiciário, jurisprudência etc.

É cristalino que a etimologia dessas palavras encontra-se no termo latino *Jus* (juris), que significa, por sua vez, *direito*.

Alguns historiadores entendem que *jus* é derivado, no idioma latino, de *jussum*, que é o particípio passado do verbo *jubere*, que significa, por sua vez, “mandar”, “ordenar”.

E, ao defenderem isso, apontam certas fórmulas que eram utilizadas nas Assembleias Curiais em Roma, nas quais os cidadãos, após a discussão das leis, decidiam sobre a sua promulgação. A fórmula usada, então, para encerramento

do debate, era a seguinte: *jubeate quirites* (mandai cidadãos); ou, então, *adsentite jubere quirites* (concordai em mandar, cidadãos).¹¹

Já outros compreendem o termo *jus* como uma derivação de *justum*, ou seja, aquilo que é justo ou conforme a justiça (*jus dictum est quia est justum*, diz Isidoro de Sevilha – Etymol, cap. 3).¹²

Contemporânea e coloquialmente, o Direito tem sido compreendido como um aglomerado de normas e princípios servientes à administração da Justiça e redução de conflitos de uma determinada sociedade. Tal regramento, assim como a própria sociedade, não subsiste sem o homem, uma vez que este é quem elabora e exerce o Direito, e é em prol deste que a ciência jurídica é feita.

Vicente Raó, com seu característico domínio da disciplina, diz sobre essa dependência do fator humano que “o *direito pressupõe, necessariamente, a existência daquele ser e daquela atividade. Tanto vale dizer que pressupõe a coexistência social, que é o próprio homem*”.¹³

Nessa linha, o Jurisconsulto romano **Ulpiano**, já fornecia esclarecedora dilação sobre o que é o Direito, pontuando as suas classificações e, ao mesmo tempo, definindo-o:

“Os que se vão dedicar ao estudo do Direito devem começar por saber donde vem a palavra ‘*íus*’. Na verdade, provém de ‘*iustitia*’: pois (retomando uma elegante definição de Celso) o direito é a arte do bom e do equitativo. §1. Pelo que há quem nos chame de sacerdotes. Na verdade, cultivamos a justiça e, utilizando o conhecimento do bom e do equitativo, separamos o justo do injusto, distinguimos o lícito do ilícito... §2. Há duas partes neste estudo: o direito público, que diz respeito ao estado das coisas de Roma; e o privado, relativo à utilidade os particulares, pois certas utilidades são públicas e outras, privadas. O direito público consiste (nas normas relativas) às coisas sagradas, aos

¹¹ MONTORO, André Franco. **Introdução à Ciência do Direito**. São Paulo: Marins, 1968. p. 53.

¹² MONTORO, André Franco. 1968. Op. Cit., p. 53.

¹³ RAÓ, Vicente. **O direito e a vida dos direitos**. 5. Ed. São Paulo: 1999. p. 51.

sacerdotes e magistrados. O direito privado é tripartido: é, de fato, coligido de preceitos naturais, ou das gentes, ou civis.¹⁴

Conceituar o Direito é defini-lo, e há duas espécies de definição segundo a teoria moderna do Direito, quais sejam a definição nominal, que consiste em dizer o que uma palavra ou nome significa, e isso já se fez; e, a definição real, que nos permite dizer o que uma coisa ou uma realidade é, o que também resta pincelado.

No segundo âmbito (definição real – dizer o que uma coisa ou realidade é), necessário frisarmos que, assim como tudo aquilo que é correlato ao homem, o Direito também sofre alterações temporais, seja pela evolução da sociedade ou mesmo pela própria mudança do paradigma científico.

Hoje, sobretudo no Brasil, pode-se dizer que o conceito de Direito está intrinsecamente ligado a ideia de obediência às leis, aos princípios e aos bons costumes, sem se olvidar das normas morais e éticas, sendo, portanto, o âmbito de vigência de todo o seu ordenamento jurídico.¹⁵

Por sua vez, a Professora Doutora Sandra Lopes Luís, ao analisar os fins do Direito, defende que o “*Direito regula as relações da vida social*”, e, “*para isso prossegue certos fins e conjuga interesses conflitantes*”. Para a nobre professora, a relevância que será dada aos fins do Direito varia de comunidade para comunidade de acordo com o nível de democracia existente. Porém, defende a autora que, não obstante essa maleabilidade no que toca aos fins do Direito,

¹⁴ “*Iuri operam daturi prius nosse oportet unde nomen iuris decendat, Est autem a iustitia appellatum: nam (ut eleganter Celsus definit) ius est ars boni et aequi. §1. Cujus mérito quis nos sacerdotes appellet. Justitiam nanque collimus, et boni et arqui notitiam profiteamur; aequum ab iníquo separantes, licitum discernentes...* §2. *Hujus sutdii duae sunt positiones: publicum jus est, quod ad statum rei romane spectat; privatum, quod a singulori utilitatem: sunt enim quaedam publice utilia, quaedam privatim. Publicum jus in sacris, in sacerdotibus, in magistratibus consistit. Privatum jus tripartitum est: collectum etenim est ex naturabilis paeceptibus, aut gentium, aut civilibus*”. In ULPIANO. **Digesta de Justiniano**. Líber Primus. I: DE IUSTITIA ET IURI.

¹⁵ PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil**. Vol. I. 29ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2016. pp. 23-38.

certos fins são universais, sendo encontrados em toda a parte, como é o caso da justiça, da segurança, da promoção do bem-estar econômico, social e cultural.¹⁶

Obviamente, existem inúmeras outras classificações e pontos de partida para o estudo da classificação do Direito, como o viés da Teoria da Coercibilidade, que defende que o Direito é "*a ordenação coercível da conduta humana*".¹⁷ Entretanto, não se tem, no presente trabalho, a pretensão de exaurir a questão, mas tão somente introduzi-la de forma a ofertar um melhor suporte ao estudo do tema de fundo, e, para isso, esse item já se mostra suficiente.

¹⁶ LUÍS, Sandra Lopes. **Introdução ao Estudo do Direito**. Sumário das Aulas Práticas e Hipóteses Resolvidas. 3ª edição. Lisboa: AAFDL Editora, 2019. p. 41.

¹⁷ RUGGIERO e MAROI. **Istituzioni di diritto privato**. 8ª ed., Milão, 1955, v.1, § 2º.

2.3. História do Direito.

Desse breve introito é possível perceber, ainda que de forma sutil e preambular, que História e Direito como disciplinas, ou melhor, ciências, possuem um interesse em comum, um ponto de convergência, qual seja o homem como agente transformador.¹⁸

Dessa forma, tendo como ponto de partida o próprio ser humano (o homem modificador ou transformador), faz-se necessário que salientemos alguns aspectos de afinidade entre essas duas grandes ciências que são essenciais ao presente estudo.

O homem é, por sua própria natureza, fonte geradora de cultura. Nesse sentido, compreende-se a cultura, até para que sejamos abduzidos do senso comum, como *“o processo pelo qual o homem acumula as experiências que vão sendo capaz de realizar, discerne entre elas, fixa-as de efeito favorável e, como resultado da ação exercida, converte em ideias as imagens e lembranças”*.¹⁹

Nesse contexto, tudo aquilo que o ser humano produz ou elabora faz parte da sua cultura (cultura do homem).

Por óbvio, a cultura dura por um certo lapso temporal, sendo, dessa forma e por esse motivo, histórica – cultura como objeto da história. A cultura imprescinde do momento em que determinado agente ou comunidade está vivendo para alcançar e delimitar as características que a definem. Assim, afirma Bloch, baseando-se em um conhecido ditado árabe, que *“o homem se parece mais com seu tempo do que com seus pais”*.²⁰

¹⁸ “Há uma história do direito, tal como existe uma história da economia, da medicina, da arte, da filosofia, da religião, da matemática etc.” in COSTA, Mário Júlio de Almeida. **História do Direito Português**. 5ª ed. Coimbra: Almedina, 2019. p. 27.

¹⁹ PINTO, Álvaro Vieira. **Ciência e Existência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968. p. 167. Ver, também, ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando: introdução à filosofia**. São Paulo: Moderna, 1986.

²⁰ BLOCH, Marc. Op. Cit. p. 36.

Desse arcabouço conjectural, concluímos que, sendo o Direito uma produção humana, ele é, por consequência lógica, cultura e produto do tempo histórico no qual a sociedade que o produziu ou ainda o produz está inserida.

Remodelando a célebre interpretação de Bloch do já mencionado ditado árabe (*o homem se parece mais com seu tempo do que com seus pais*), acreditamos que o Direito assemelha-se à necessidade histórica da sociedade que o produziu; sendo, por conseguinte, uma produção cultural e um reflexo das exigências dessa mesma sociedade (seria, o Direito, provisório e permanente ao mesmo tempo).

Por fim, parafraseando Jayme de Altavila, podemos dizer que os direitos dos povos equivalem precisamente ao seu tempo e se explicam no espaço de sua gestação.²¹

Destacamos, ademais, que a evolução da sociedade, seja ela apreciada através do que se passou com a atualidade legislativa, seja pela análise dos novos recursos tecnológicos, é de interesse da disciplina historicista, até mesmo porque, como brilhantemente levantado pelo Professor Doutor Marcelo Caetano, “*sem o estudo da História ficaria por explicar muita coisa, e talvez o mais importante, o sistema jurídico actual da Nação*”.²²

Daí, portanto, a surgir o interesse e a relevância da análise da aplicação do princípio da publicidade dos atos processuais até o advento do processo informatizado, que se deu, justamente, pelo surgimento de novos recursos tecnológicos.

²¹ ALTAVILA, Jayme de. **Origem do Direito dos Povos**. 7. Ed. São Paulo: Ícone, 1989. p. 16.

²² FERNANDES, Ernesto; RÊGO, Aníbal. **História do Direito Português**. Súmula das lições proferidas pelo Exmo. Prof. Doutor Marcelo Caetano. Lisboa, 1941. pp. 12-13.

2.4. Escopo do Estudo da História do Direito.

Temos que o estudo da História do Direito é indispensável, na medida em que auxilia a compreensão, interpretação e conexões presentes entre a sociedade, suas características e o Direito por ela produzido, permitindo, dessa forma, uma melhor e mais clara visualização da própria ciência jurídica.

A História, por si só, serve, nas palavras de Collingwood, para o autoconhecimento, não apenas pessoal ou social, mas, também, para o exercício de tarefas laborais:

“Conhecer-se a si mesmo significa saber o que se pode fazer. E como ninguém sabe o que pode antes de tentar, a única indicação para aquilo que o homem pode fazer é aquilo que já fez. O valor da história está então em ensinar-nos o que o homem tem feito e, deste modo, o que o homem é”.²³

Assim, o valor, bem como a necessidade do estudo da História do Direito, não está apenas em ensinar o que o Direito tem feito ou passado ao longo do tempo, mas o que, de fato, o Direito é.

Diante da inafastabilidade da análise histórica do Direito, o presente trabalho terá por escopo perquirir, no âmbito do ordenamento jurídico brasileiro pós-independência, o surgimento legal e a evolução do princípio da publicidade dos atos processuais, sem se olvidar, nessa tarefa, em acréscimo, de certos períodos anteriores e ordenamentos alienígenas ao longo da história comum da humanidade, e a aplicabilidade da teoria do Direito (ligada, oportunamente, ao direito processual civil brasileiro).

Busca-se, portanto, analisar a forma mais rudimentar da publicidade dos atos processuais prevista em lei no Brasil independente até a sua possível mitigação teórica com o surgimento do denominado Processo Judicial Eletrônico (PJe), o que permitirá, por interesse próprio, alcançar pontos atinentes à disciplina da Teoria do Direito.

²³ COLLINGWOD, Robin George. **A ideia de história**. Lisboa: Presença, 1972. p. 17.

3. Publicidade dos atos processuais. Constituições e Códigos Processuais Cíveis.

3.1. Princípio da Publicidade processual. Breve indicação de seu surgimento.

Embora fosse público o processo nos tempos primitivos do Direito Romano,²⁴ permitindo-se, assim, a sua publicidade com algumas limitações no período pós-clássico,²⁵ no séc. XII o Direito Canônico rompeu com o princípio da publicidade, permitindo a produção da prova pericial na presença exclusiva do juiz e do secretário.²⁶

Com a ascensão das monarquias, as funções de justiça e de governo passaram a ocupar uma mesma posição nos palácios reais. Dessa forma, a sentença deixou de ser um instituto popular, passando a ser propriedade dos monarcas e dos empregados com privilégios especiais da Corte. A partir desse momento histórico,

²⁴ O Direito Romano, em sua origem histórica, era regido pelo princípio da publicidade geral, que se refere a possibilidade de qualquer cidadão assistir aos atos da administração da justiça. Mais tarde, com o Império, retirou-se das partes o direito que detinham de poder comparecer às sessões de julgamento, limitando a presença ao ato apenas às classes tidas por privilegiadas dentro da estrutura política romana. Importante ressaltar que, para alguns historiadores (Cláudia Marlise da Silva Alberton, p. 98, por exemplo), o princípio da publicidade processual teve sua primeira aparição no Direito Germânico primitivo, pelo dever de os homens livres assistirem aos julgamentos e a administração da justiça. As sessões eram realizadas em um local considerado sagrado. Em um segundo momento, passou-se a utilizar as praças das feiras públicas.

²⁵ “Roma teve o princípio da publicidade geral sem ter o da justiça popular; quer nos in iudicio, ali os magistrados e aqui os juízes procediam com publicidade geral. Depois, com os imperadores, com as basilicae, foi tirado das partes o direito de comparência às sessões (século V). a cortina – vela – velou os procedimentos, as discussões; de secretum veio o nome secretarium para designar a sala mais ao fundo, menos acessível. E os cancelli separavam de tudo aquilo o público. Era o sinal de decadência, com exceção dos honorati, pessoas das classes privilegiadas, que até sentavam ao lado dos juízes”. In KASES, Max. **Das romsche Zivilprozessrecht**. cit. p. 9. **Apud** Pontes de Miranda. **Comentários ao Código de Processo Civil**. Op. Cit., p. 73.

²⁶ MIRANDA, Pontes de. Op. Cit., p. 73.

Ainda, segundo Waldemar Mariz de Oliveira Júnior, após o período das fórmulas surge a *cognitio extraordinária ou extra ordinem*, que, tendo por característica o sigilo, rompeu com a publicidade do procedimento. In OLIVEIRA JÚNIOR, Waldemar Mariz. Curso de Direito Processual Civil. Vol. I. Teoria Geral do Processo Civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1973. p. 42.

a limitação da publicidade dos atos processuais às partes e aos seus advogados foi uma consequência natural do desenrolar da própria sociedade.

Frisa-se que foi nesse período que surgiu a tendência de eliminar a publicidade do processo, influenciada, logicamente, pelos líderes absolutistas e, neste momento, também, pelo Direito Canônico, alcançando o ponto de apenas publicar a sentença nos autos do próprio processo.²⁷

No século XVIII, durante o Iluminismo, Bentham já advertia sobre os riscos de o processo tornar-se injusto pela inobservância da publicidade dos atos processuais, observando que “*no interesse do segredo sinistro e o mal em toda a forma, há uma dança bem ensaiada*”. Desse modo, “*somente onde a publicidade tem lugar pode-se fiscalizar a injustiça do Judiciário. Onde não há publicidade, não há justiça*”. Justifica o autor que a “*publicidade é a grande alma da justiça. É o mais afiado estímulo e o meio mais óbvio de todos para nos salvar da improbidade. Ela mantém o próprio juiz julgando sob julgamento*”.²⁸

Já no outro lado do Atlântico, a Constituição Americana de 1786 previa que os julgamentos de todos os crimes, com exceção do *impeachment*, deveriam se dar perante um júri popular. Mais adiante, o *Bill of Rights* Americano (1789)²⁹ previu explicitamente o direito de um julgamento público e célere aos indiciados criminalmente e, nos casos civis, previa a instituição de um júri popular nas causas de valor superior a vinte dólares, seguindo, dessa forma, o regramento da *common law*.³⁰

²⁷ MIRANDA, Pontes de. **Comentários do Código de Processo Civil**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 1958. p. 27.

²⁸ **HOUSE OF LORDS**. Disponível em <http://www.bailii.org/uk/cases/UKHL/1913/2.html> Acesso em 20 de março de 2019, às 18h55min.

²⁹ A Constituição Americana foi promulgada em 1787 e ratificada dois anos depois pelos 13 estados americanos. Em 1791, a Carta Magna americana receberia o acréscimo da Carta dos Direitos (*Bill of Rights*).

³⁰ Relembra-se que, com o julgamento do *case Marbury v. Madison* (1803), consagrou-se o princípio da Supremacia da Constituição sobre as leis ordinárias (menores), e, portanto, nenhuma lei infraconstitucional poderia contrariar as garantias fundamentais constitucionais, como no caso do direito a um processo público e célere.

Importante destacar, ainda, que a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, em seu art. 15º, previu que *“a sociedade tem o direito de pedir, a todo agente público, que preste contas de sua administração”*.³¹

A ideia de publicidade somente voltou a se estabelecer com maior contundência após a Revolução Francesa e com os movimentos constitucionais europeus ocorridos nos anos de 1848 e 1849. Destaca-se que a atenção pública foi despertada precipuamente pela inconformidade dos revolucionários contra os juízos penais secretos e inquisitoriais do regime autoritário anterior, discussão esta que ocupou, por reiteradas vezes, o centro dos debates continentais sobre a organização judicial por mais de cinquenta anos.³²

Notamos que não apenas o desenvolvimento da disciplina instrumental civil moderna deve gratidão à Revolução Francesa e ao Código de processo Civil

Vide Artigo VI, da *Bill of Rights Americana*: *“Em todos os processos criminais, o acusado terá direito a um julgamento rápido e público, por um júri imparcial do Estado e distrito onde o crime houver sido cometido, distrito esse que será previamente estabelecido por lei, e de ser informado sobre a natureza e a causa da acusação; de ser acareado com as testemunhas de acusação; de fazer comparecer por meios legais testemunhas da defesa, e de ser defendido por um advogado”*. Disponível em <http://www.braziliantranslated.com/euacon01.html> Acesso em 01 de abril de 2019, às 21:33hs.

³¹ Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789. Disponível em <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-de-direitos-do-homem-e-do-cidadao-1789.html> Acesso em 11 de março de 2020, às 21:32hs.

³² Segundo Guilherme Luís Quaresma Batista Santos, citando Cintra, Dinamarco e Grinover (p. 69), pode-se dizer que, nessa releitura, a publicidade é *“oriunda das Revoluções Liberais do século XVIII, nascendo como reação, mormente na Revolução Francesa, contra os juízos secretos e de caráter inquisitório do Ancien Régime. Oriundos da nobreza e, assim, vistos com desconfiança pelo povo, os juízes franceses sofreram nesta época diversas limitações no exercício do poder jurisdicional a fim de que o cidadão se tornasse o juiz dos juízes. Para bem ilustrar esta época, Cintra, Dinamarco e Grinover resgatam em sua notória obra o seguinte pronunciamento do Conde de Mirabeau perante a Assembleia Constituinte Francesa: Donnez-moi le juge que vous voudrez, partial, corrupt, mon ennemi même, si vous voulez, peu m'importe, pourvu qu'il ne puisse rien faire qu'à le face du public”*. In SANTOS, Guilherme Luís Quaresma Batista. A publicidade dos atos processuais e a inviolabilidade da privacidade no processo judicial eletrônico. In **Revista eletrônica de Direito Processual – REDP**, Vol. VIII. UERJ. pp. 418.

Francês de 1807, mas também o princípio em estudo, pois o direito processual francês, além de vários outros avanços, privilegiou o princípio da publicidade.³³

Ainda sobre o momento histórico em comento, como bem salientado pelo Professor Doutor António Pedro Barbas Homem em sua notável obra *Judex Perfectus*, “a interpretação da formação do direito público moderno convoca também a ideia de publicidade”, uma vez que a busca pela publicidade constitui um dos aspectos inerentes ao programa político do iluminismo.³⁴

Desse modo, pode-se dizer que a publicidade ganhou, desde seu retorno ao cenário jurídico europeu, uma certa “*função política de legitimação do exercício da função jurisdicional, na medida em que o Poder Judiciário, ao contrário dos Poderes Executivo e Legislativo, não é alcançado pela legitimidade proveniente de eleições populares*”.³⁵

É de rememorarmos que a *Common Law* inglesa enfrentou diretamente a questão da publicidade dos atos processuais como uma garantia no ano de 1913. Naquela oportunidade, não obstante o princípio geral de que os processos deveriam ser públicos, em certas situações os tribunais ordenavam, de próprio punho e discricionariamente, a tramitação de alguns processos em segredo (*in camera*).

In case Scott v. Scott (1913), que decidiu sobre a legalidade da distribuição de cópias de uma ação de anulação do casamento, a Câmara de Londres entendeu que:

“A não ser em estrita necessidade para atingir a realização da justiça, a corte não tem poderes para ouvir em segredo um caso matrimonial ou qualquer outro que haja disputa entre as partes. O mero desejo de considerar sentimentos ou delicadeza, ou excluir detalhes da publicidade que seria desejável não publicar, não constitui razão legal para o direito

³³ OLIVEIRA JÚNIOR, Waldemar Mariz. **Curso de Direito Processual Civil. Vol. I. Teoria Geral do Processo Civil.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 1973. p. 46.

³⁴ HOMEM, António Pedro Barbas. ***Judex Perfectus. Função Jurisdicional e Estatuto Judicial em Portugal (1640-1820)***. Tomo I. Lisboa, 1998. p. 204.

³⁵ MORAES, Guilherme Peña de. **Curso de direito constitucional.** 3ª edição. São Paulo: Atlas, 2010. p. 108.

*vigente. Se a lei atual é satisfatória trata-se de uma questão que não diz respeito à corte e sim ao legislador”.*³⁶

Notamos, do precedente britânico em análise, que o segredo de justiça apenas poderia prevalecer em casos específicos, situações em que a questão posta em concreto o exigisse, de modo claro e para que fosse garantida a realização da justiça. Não era, portanto, questão posta ao livre arbítrio do magistrado, mas sim à comprovada necessidade.

Do exposto, podemos concluir que a publicidade surgiu, ou melhor, ressurgiu, acompanhada de várias outras garantias, como uma exigência natural do Estado liberal, cujas bases passaram a se constituir, sobretudo, na proibição de julgamentos arbitrários e secretos, assim como, também, na viabilidade de participação de todos os cidadãos nos assuntos públicos.³⁷

3.1.1. Publicidade, um conceito auxiliar.

Destacamos, desde logo, que, segundo a classificação do processualista Chiovenda,³⁸ existem dois modos de se compreender a ideia de publicidade dos atos processuais, quais sejam a *admissão dos terceiros* – do público em geral

³⁶ **HOUSE OF LORDS**. Disponível em <http://www.bailii.org/uk/cases/UKHL/1913/2.html> Acesso em 20 de março de 2019, às 19:47hs.

³⁷ ABDO, Helena Najjar. A Garantia da Publicidade dos Processo e a Divulgação de Atos Processuais pela Mídia: Limites e Precauções Atinentes ao Processo Civil. Artigo Jurídico. *In Revista COMPEDI – Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito*. p. 2.899. Disponível em http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/salvador/helena_najjar_abdo.pdf Acesso em 15 de março de 2020.

³⁸ Ver CHIOVENDA, Giuseppe. **Instituições de Direito Processual Civil**. Vol. 3. Tradução da 2ª edição italiana: J. Guimarães Menegale. Notas: Enrico Tullio Liebman. São Paulo: Saraiva, 1965. p. 88.

para ter acesso às atividades processuais, e a necessidade de que a atividade processual seja realizada na presença das partes do próprio processo.³⁹

Dessa forma, temos a premissa segundo a qual a garantia da publicidade dos atos processuais é dirigida tanto aos sujeitos processuais quanto a terceiros estranhos à relação processual.

Diante dessa distinção entre o acesso ao processo por terceiros e pelas partes, a doutrina especializada passou a dividir a publicidade dos atos processuais em duas categorias distintas, sendo elas a da *publicidade interna* (dirigida às partes e seus procuradores), e a da *publicidade externa* (relacionada a terceiros alheios à relação processual).

Acerca da publicidade interna, nunca houve grandes dúvidas, sendo certo que ela deve ser o mais abrangente possível, sobretudo para que seja assegurada a efetividade do contraditório e da ampla defesa.⁴⁰

Por outro lado, no que concerne à publicidade conferida ao público em geral, a situação já não é tão pacífica assim.

Essa publicidade geral está relacionada à possibilidade de terceiros – assim entendidos, nas palavras de Carnelutti, como qualquer daqueles que não ocupam uma posição particular no processo –, fazerem-se fisicamente presentes nos locais onde forem celebrados os atos processuais ou terem ciência direta destes mesmos atos⁴¹.

³⁹ “Concepto. – La publicidad de las actividades procesales es un principio que puede entenderse de dos maneras distintas: como admisión de los terceros (público) a asisir a las actividades procesales e como necesidad entre las partes de que toda actividad procesal puede ser presenciada por ambas. En los dos sentidos la publicidad ha sido admitida em los procesos más antiguos (romano, germánico), excluyóse, al menos en parte, en muchos procesos intermedios. (...). Publicidad en cuanto a terceros. – La importancia preferentemente política de este principio échase ya de ver del hecho de estar proclamando en la Constitución”. In CHIOVENDA, José. **Principios de Derecho Procesal Civil**. TOMO II. MADRI: Instituto Editorial Reus, 1945. p. 179.

⁴⁰ Ver DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de Direito Processual Civil**. Vol. 1. 5ª ed. São Paulo: Malheiros, 2005. p. 234.

⁴¹ CARNELUTTI, Francesco. La pubblicità del processo penale. In **Rivista di diritto processuale**. V. X. Parte I. 1955. p. 4.

Ao passo que, como visto, a publicidade interna tem por escopo viabilizar o exercício do contraditório e da ampla defesa, a finalidade da publicidade externa, conferida a terceiros, como ainda será revolido, objetiva, sobretudo, permitir o controle dos atos do Poder Judiciário pela sociedade em geral – é o exercício de controle externo da sociedade através de sua censura.

É sobre essa publicidade dos atos processuais, conferida a terceiros, que recai a presente pesquisa.

Traçado o nosso escopo, faz-se necessário mencionar, destacada e rapidamente, algumas classificações e lições doutrinárias, pois muitos são os autores que se aventuraram a conceituar o princípio da publicidade dos atos processuais, seja ele pelo viés do costume ou puramente da letra da lei.

Iniciando pela doutrina portuguesa, para Fernando Pereira Rodrigues, o princípio da publicidade é aquele segundo o qual *“o processo deve ser conduzido e conservado de modo a permitir que qualquer pessoa – dotada de suficiente preparação intelectual – possa reconstituir intimamente o juízo (processo cognitivo) que levou à decisão”*.⁴²

De forma a dar um peculiar toque de historicidade ao princípio da publicidade dos atos processuais, Teixeira de Souza leciona que a publicidade do processo *“tornou-se possível com a introdução da oralidade e continua a possuir a justificação tradicional: ela é um meio para combater o arbítrio e assegurar a verdade e a justiça das decisões judiciais”*. Segundo o autor, a essa publicidade *“estão subjacentes os princípios fundamentais do Estado de direito, nomeadamente a possibilidade de um controlo popular dos órgãos que – como sucede com os tribunais – exercem poderes de soberania”*.⁴³

O processualista brasileiro e pesquisador da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Fredie Didier Júnior, pincelando os princípios

⁴² RODRIGUES, Fernando Pereira. **O Novo Processo Civil**. Os Princípios Estruturantes. Coimbra: Almedina, 2013. p. 260.

⁴³ Teixeira de Souza, *apud* RODRIGUES, Fernando Pereira. **O Novo Processo Civil. Os Princípios Estruturantes**. Coimbra: Almedina, 2013. p. 260.

processuais em seu regimento geral, descreve o da publicidade como sendo um *direito fundamental*, segundo o qual os atos processuais devem ser públicos, de forma que permita o controle da opinião pública sobre os serviços da justiça, sobretudo acerca do poder de que foi investido o juiz.⁴⁴

Nesse âmbito, muito mais do que o simples interesse privado disputado e defendido pelos litigantes, está presente um interesse público maior consistente na garantia de paz e harmonia social, procurada através da manutenção da ordem jurídica, razão pela qual todos os cidadãos, e não apenas aqueles que participam efetivamente da demanda, têm o direito de conhecer e acompanhar os trâmites processuais.⁴⁵

Em suma, pode-se dizer, em um primeiro momento, que efetivar a publicidade processual é dar, ou pelo menos permitir que se tenha conhecimento dos atos processuais praticados perante e pelo Poder Judiciário. Seria, nessa quadra, uma forma de controle externo das atividades, não apenas dos juízes no exercício da judicatura, mas também de todos os demais atores processuais pelos cidadãos como um corpo único (corpo social).

Dissemos “*permitir que se tenha conhecimento*”, pois nem todos que possuem o direito ao acesso, de fato o exercem. Entendemos que se trata, em verdade, de uma faculdade, ou melhor, de uma prerrogativa do cidadão.

Torna-se necessário destacarmos, ainda nesse tópico conceitual, que a doutrina processual nos apresenta uma classificação entre publicidade imediata e publicidade mediata.

A publicidade imediata, também conhecida como publicidade direta ou processual, é aquela que se desenvolve mediante a presença física dos sujeitos eventualmente interessados.

⁴⁴ DIDIER JÚNIOR, Fredie. **Curso de Direito Processual Civil. Teoria Geral do Processo e Processo de Conhecimento**. Vol. 1. Salvador: JusPODIVM, 2009. p. 62.

⁴⁵ THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil: Teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento**. Vol. I. 50ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2009. p. 52.

Conforme salienta Carnelutti, a publicidade imediata é a possibilidade conferida ao público em geral de acessar fisicamente o local onde se realizam os atos processuais.⁴⁶

Por outro lado, seguindo a orientação do renomado processualista, a publicidade mediata é aquela que dispensa o contato direto do sujeito com os atos do processo, mas o realiza por algum meio intermediário, como, por exemplo, através da expedição de certidão dos autos⁴⁷.

Em que pese ser importante a classificação entre publicidade imediata e mediata para o estudo da teoria do processo, a referida diferenciação não é sobremaneira relevante para a presente reflexão, uma vez que, o que nos interessa é o exercício do direito dos terceiros terem acesso aos atos do processo de forma geral, fisicamente ou não.

Por oportuno, aproveita-se o presente capítulo, por crer não ser demais indicar, uma vez que será como base, que o “ato processual” pode ser definido como todo e qualquer ato que tenha por escopo auxiliar a marcha processual e que sejam praticados pelos sujeitos do processo.

No entender do fundador da escola paulista de processo Professor Doutor Enrico Tullio Liebman, os atos processuais têm imediata pertinência com o processo, e, por isso, distinguem-se dos atos jurídicos em geral, acrescentando que produzem “*um efeito jurídico direto e imediato sobre a relação processual, constituindo-a, impulsionando-a ou extinguindo-a*”.⁴⁸ Por essa razão, não são considerados atos processuais aqueles que, embora cometidos em razão do processo, enquadram-se como fatos jurídicos e que, por isso, não possam integrar o processo como ato. Nas palavras do renomado processualista italiano:

⁴⁶ CARNELUTTI, Francesco. 1955. Op. Cit., p. 4.

⁴⁷ CARNELUTTI, Francesco. 1955. Op. Cit., p. 4.

⁴⁸ LIEBMAN, Enrico Tullio. **Manual de Direito Processual Civil**. Vol. I. 2ª edição. Tradução e notas: Cândido Rangel Dinamarco. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1985. pp. 221-222.

*“Não são havidas como atos processuais as simples atividades de fato dos sujeitos do processo, de finalidade preparatória tais como o estudo dos autos pelos juízes, as instruções das partes aos seus defensores, etc. nem são atos processuais aqueles realizados pelas partes fora do processo, embora possam ser destinados a este e sobre este produzir algum efeito: assim, por exemplo, a eleição de domicílio por uma das partes, a outorga da procuração ad judícia ao defensor, a celebração de uma transação entre as partes, ou de um compromisso arbitral, e assim por diante. É ato processual, no entanto, a produção de documentos em juízo, inclusive aqueles que provem a eleição de domicílio, a outorga de procuração, a transação, o compromisso etc.”*⁴⁹

Uma vez traçada, nos limites do que importa, a premissa segunda, qual seja o conceito de publicidade dos atos processuais, inicia-se o desejado velejo através do ordenamento jurídico positivado brasileiro pelo estudo da evolução das Constituições tupiniquins.

⁴⁹ LIEBMAN, Enrico Tullio. 1985. Op. Cit., pp. 221-222.

Nota-se que, da mesma forma, também não é considerado ato processual o mero comportamento adotado por um dos sujeitos processuais, ainda que tal seja juridicamente relevante, como, por exemplo, a presença ou a ausência de uma parte ou de seu defensor à audiência, a falta de constituição em juízo, o silêncio diante de um interrogatório. Além disso, também não será considerado ato processual os produzidos por terceiros, ainda que realizados no processo, como, por exemplo, o depoimento de uma testemunha, que é um simples fato processual.

3.2. Surgimento e evolução das Constituições brasileiras.

Na perspectiva do presente trabalho, ultrapassaremos o conceito de constituição para alcançar, o mais breve, o histórico social e político envolto na edição das constituições que vigoraram no Brasil, para analisar se dentre elas houve alguma que tenha privilegiado o princípio da publicidade dos atos processuais.

A propósito, relembramos que nos reportaremos a todas as Constituições que foram editadas e efetivamente vigoraram em algum momento no Brasil a partir da independência, razão pela qual estão descartadas quaisquer outras que não chegaram a vigorar, como, por exemplo, o projeto constitucional de 1823.

3.2.1. Constituição de 1824.

Em 1808, diante da ocupação das terras lusitanas pelas tropas Napoleônicas comandadas pelo General Junot, a Família Real Portuguesa retira-se para o Brasil,⁵⁰ passando, a então colônia, a ser designada de *Reino Unido a Portugal e Algarves*.⁵¹

⁵⁰ Acerca da retirada da Coroa Portuguesa para o Brasil, por curiosidade, reportamo-nos aos historiadores Rui de Figueiredo Marcos, Carlos Fernando Mathias e Ibsen Noronha, segundo os quais “de há muito que se ventilava, em meios políticos e diplomáticos portugueses, a possibilidade da transferência da Corte para o Brasil. Inclusive, em círculos imediatos ao rei. Porventura, a primeira vez em que o tema entrou no jogo político remonta ao tempo de D. João III e à figura de Martim Afonso de Sousa. Questionado pelo soberano se devíamos passar para o Brasil, Martim Afonso terá respondido entre ‘sizo e galantaria: Por certo Sôr, que doudisse era ella, que pudera fazer hu Rey sezudo, e não viver dependente da vontade de seus vizinhos, podendo ser monarca de outro maior mundo’ (Ver Jordão de Freitas, *A expedição de Martim Afonso de Souza (1530-1533)*, in *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, vol. III, cit., p. 114 e segs.). No século XVII, o Padre António Vieira alvitrou a passagem da Corte para o Brasil. D. João IV mostrou-se sensível à proposta diante do fantasma da perda da Independência. Mais tarde, D. Luís da Cunha aconselharia o mesmo a D. José. Segundo o prestigiado diplomata, não podia o rei manter Portugal sem o Brasil, mas, para manter o Brasil, não carecia de Portugal. O terremoto de 1755 e a destruição da capital vieram a reanimar a tentação política de deslocar a Corte para o Brasil”. In MARCOS, Rui de Figueiredo; MATHIAS, Carlos Fernando; NORONHA, Ibsen. **História do Direito Brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense, 2018. pp. 217-218.

⁵¹ Ainda, acerca das diversas interpretações realizadas em volta da retirada da Corte portuguesa para o Brasil, ver COSTA, D. Marcus de Noronha da Costa. **A Transmigração da Família Real para o Brasil em 1807**. Braga, 2009. pp. 9 e ss.

Pelo que durou o período colonial que, na prática, encontrou seu fim em 1808, justamente com a chegada de D. João VI ao Brasil, não vigorou nenhuma Constituição no Reino português, nem, obviamente, no Brasil.⁵²

Com o fim da ocupação francesa, diante das agitações da denominada Revolução do Porto e pela exigência da nobreza portuguesa, o Rei Dom João VI retorna a Lisboa, em abril de 1821, deixando no Brasil o Príncipe Real do Reino Unido e Regente brasileiro, D. Pedro de Alcântara.⁵³

O retorno da Coroa e Nobreza Portuguesa a Lisboa contribuiu para a intensificação dos movimentos em prol da independência do Brasil.⁵⁴

Nesse cenário, em 9 de janeiro de 1822, contrariando frontalmente a ordem da Corte Portuguesa que determinava seu retorno imediato, uma vez que Portugal desejava dar início ao processo de recolonização do Brasil, o Imperador D. Pedro I, após receber inúmeras assinaturas coletadas pelos chamados *liberais radicais*, proclamou o famoso texto do “Fico”, que prelecionava que “*se é para o bem de todos e felicidade geral da Nação, estou pronto! Digam ao povo que fico*”.

Logo após a declaração de Independência do Brasil em 07 de setembro de 1822,⁵⁵ D. Pedro I convocou, no ano de 1823, uma Assembleia Geral Constituinte

⁵² VILLA, Marco Antônio. **A História das Constituições Brasileiras**. São Paulo: LeYa, 2011. p. 7.

⁵³ Sobre o afastamento entre a Corte portuguesa e o governo regencial do Rio de Janeiro, ver “O Constitucionalismo de D. Pedro I no Brasil e em Portugal”, editado pelo Ministério da Justiça, disponível na biblioteca virtual da faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa: <https://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/2121.pdf>, acesso em 04 de março de 2020, às 00:43hs.

Vide, também: FERREIRA, Silvestre Pinheiro. **Observações sobre a Constituição do Império do Brasil e sobre a Carta Constitucional do Reino de Portugal**. 2ª ed. Paris, 1835.

⁵⁴ Como será oportunamente revolido, segundo Kildare Gonçalves Carvalho, faz-se necessário ter conhecimento que dois movimentos pré-constitucionais ocorreram no Brasil, sendo o primeiro a Inconfidência Mineira e a Revolução Pernambucana de 1817. Além desses movimentos, dois outros antiportugueses ocorreram no final do século XVIII: a Conjuração Carioca de 1789 e a Conjuração Baiana de 1798. Esta, reprimida com rigor, ficou, ao final, conhecida historicamente como a Conjuração dos Alfaiates, que, pela condição social humilde da maioria dos acusados – alfaiates, sapateiros, soldados, escravos – foi interpretada como a ‘primeira revolução brasileira’. Nada obstante estes dois últimos movimentos terem-se caracterizados pela oposição ao sistema colonial, pouco representaram no plano dos fatos materiais que culminaram na constitucionalização brasileira. CARVALHO, Kildare Gonçalves. **Direito Constitucional. Volume 1. Teoria do Estado e da Constituição**. 20ª edição. Belo Horizonte: Del Rey Editora, 2013. p. 623.

e Legislativa, que estava envolta em ideais notadamente liberais que, entretanto, veio a ser dissolvida diante da existência de divergências com as suas pretensões políticas.⁵⁶

Não podemos deixar de lado que, segundo Rui de Figueiredo Marcos, Carlos Fernando Mathias e Ibsen Noronha, dois historiadores próximos aos acontecimentos da primeira assembleia constituinte brasileira, tiveram uma má impressão da situação, fazendo, portanto, um juízo desfavorável acerca da reunião constituinte. É que, tanto Armitage, em sua obra *História do Brasil*, quanto Varnhagen, em sua publicação *História Geral do Brasil*, consideram negativamente, seja a composição, seja a capacidade de trabalho e produção do texto da Lei Maior.⁵⁷

Conforme defende Marcos Costa, em verdade, após o Imperador D. Pedro convocar a Assembleia Constituinte, seu grande aliado político, José Bonifácio de Andrada e Silva, apresentou um projeto considerado ousado para a realidade político-econômica então vivenciada pelo país. É que o projeto perquiria extinguir o tráfico de escravos, e a elite brasileira, que era constituída em sua grande maioria por homens que viviam justamente do comércio de negros, mostrou-se

⁵⁵ “Em agosto de 1822, o Príncipe Regente Dom Pedro deixou o Rio de Janeiro e empreendeu viagem a São Paulo. (...). Antes de deixar a Corte carioca e iniciar o périplo que visava apaziguar o sul do país, onde grassava um ambiente de paixões políticas perigoso para a unidade nacional, Dom Pedro entregou o poder à Princesa Leopoldina. Foi no dia 14 de agosto que a Princesa de Habsburgo ascendeu à chefia do Conselho de Estado e Regente do Brasil, com poderes legais para governar o Brasil durante a ausência do marido. Houve reunião do Conselho em 2 de setembro de 1822, tratou-se da reunião de nº 13, que decidiu pela Independência do Brasil em relação a Portugal. O decreto foi assinado pela Regente, estando presentes, dentre outros, José Bonifácio de Andrade, Clemente Pereira, Martim Francisco e Gonçalves Ledo. (...) Ao regressar de sua viagem a Santos, a caminho de São Paulo, Dom Pedro recebe cartas de Dona Leopoldina e José Bonifácio, que o decidiram a declarar a Independência. Na mesma noite deste dia de 7 de setembro é aclamado no Teatro de São Paulo com três ‘Viva o primeiro Rei do Brasil’”. MARCOS, Rui de Figueiredo; MATHIAS, Carlos Fernando; NORONHA, Ibsen. Op. Cit., pp. 257-258.

⁵⁶ “Em 16.02.1822, já contando com o fim do Reino Unido, D. Pedro convocou um Conselho de Procuradores Gerais das Províncias que, embora não fosse legislativo ou constituinte, deveria examinar os grandes projetos de reformas administrativas que lhes fossem comunicados e propor as medidas e planos que parecessem mais urgentes e vantajosos ao bem do Reino Unido e do Brasil. É deste Conselho de Procuradores que sai a proposta de convocação da constituinte”. In LOPES, José Reinaldo de Lima. **O Direito na História**. 5ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2014. p. 269.

⁵⁷ MARCOS, Rui de Figueiredo; MATHIAS, Carlos Fernando; NORONHA, Ibsen. Op. Cit. p. 262.

descontente com o projeto. Assim, pela pressão imposta por essa mesma elite escravocrata, o Soberano acabou por dissolver a Assembleia convocada.⁵⁸

Porém, o discurso categoricamente político de D. Pedro I direcionado ao povo brasileiro acerca do fechamento da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa, distanciou-se bastante daquilo que a realidade fática demonstrava.

Transcreve-se a carta aberta enviada aos brasileiros na oportunidade:

“Brasileiros!

Uma só vontade nos una. Continuemos a salvar a Pátria. O vosso Imperador perpétuo vos ajudará, como ontem fez, e como sempre tem feito, ainda que exponha sua vida. Os desatinos de homens alucinados pela soberba e ambição nos iam precipitando no mais honoroso abismo. (...) as bases que devemos seguir e sustentar para nossa felicidade são independência do império, integridade do mesmo e sistema constitucional, sustentando nós estas três bases sem rivalidades, sempre odiosas, sejam por que lado encaradas, e que são as alavancas (como acabastes de ver) que poderiam abalar esse colossal Império, nada mais temos que temer. Essas verdades são inegáveis, vós bem as conheceis pelo vosso juízo e desgraçadamente as leis conhecendo melhor pela anarquia.

Se a Assembleia não fosse dissolvida, seria destruída a nossa santa religião e nossas vestes seriam tintas em sangue. Está convocada nova Assembleia. Quanto antes, ela se unirá para trabalhar sobre um projeto de Constituição, que em breve apresentarei (...).

Ficai certos que o vosso Imperador a única ambição que tem é de adquirir cada vez mais glória, não só para si, mas para vós, e para este grande Império, que será respeitado pelo mundo inteiro. As prisões agora feitas serão pelos inimigos do Império consideradas despóticas. Não são. Vós vedes que são medidas de polícia, próprias para evitar a anarquia e poupar as vidas desses desgraçados, para que possam gozar ainda tranquilamente delas, e nós de sossego. Suas famílias serão protegidas pelo Governo. A salvação da pátria, que me está confiada, como defensor perpétuo do Brasil e que é a Suprema Lei, assim o exige. Tende confiança em mim, assim como eu a tenho em vós, e vereis os nossos inimigos internos suplicarem a nossa indulgência. União e mais

⁵⁸ COSTA, Marco. **A história do Brasil para quem tem pressa**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora Valentina, 2016. p. 82.

*união, brasileiros; quem aderiu à nossa sagrada causa, quem jurou a Independência deste Império é brasileiro”.*⁵⁹

Diante de tal situação, D. Pedro I viu-se obrigado a convocar, como o fez, um Conselho de Estado para elaborar um novo projeto constitucional, mas dessa vez em consonância com a sua real vontade, linear ao seu autoritarismo, ao seu desejo de perpetuação no poder, e, principalmente, em respeito aos interesses dos grupos sociais que mereciam o favor do império.

A Comissão incumbida de elaborar a Carta Constitucional, repete-se, denominada Conselho de Estado, era composta por seis ministros e mais quatro membros, todos eles nomeados diretamente pelo próprio Imperador.⁶⁰

Entendemos que a situação política da época, sobretudo aquela envolta na produção da Lei Maior, estava viciada por um jogo de cartas marcadas, razão pela qual, impossibilitado por interesses obscuros de ofertar à nação uma Constituição capaz de legitimar a recente independência do Brasil, o Imperador viu-se obrigado a delinear os novos rumos de acordo com a política de parcialidade adotada até então pelo Império.

Nesta toada, já produzidos os trabalhos pelo Conselho de Estado, e após prévia análise e aprovação de D. Pedro I, em 11 de dezembro de 1823 foi outorgada a Constituição Política do Império do Brasil, e jurada pelo Imperador apenas em 25 de março de 1824.⁶¹

Para nós, principalmente diante dos fatos históricos narrados, a Constituição de 1824 já nasceu trazendo em sua origem um péssimo agouro, vez que, apesar de ter sido idealizada como um texto a ser promulgado, justificando-se, assim, os

⁵⁹ Declaração de D. Pedro justificando a convocação de uma nova Assembleia em 13 de novembro de 1823. Sobre o manifesto, vide BONAVIDES, Paulo; ANDRADE, Paes de. **História constitucional do Brasil**. Brasília: OAB, 2008. pp. 563-566.

⁶⁰ CASTRO, Flávia Lages de. **História do Direito Geral e do Brasil**. 13ª edição. Lumen Juris Direito: Rio de Janeiro, 2017. p. 532.

⁶¹ BRASIL. **Constituição de 1824**. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm Acesso em 19 de abril de 2019, às 11:17hs.

ideais entrelaçados pela independência, acabou por ser outorgada, apresentando-se como fruto de um poder que se mostrava, após a cisão com a monarquia portuguesa, não inteiramente democrático.

Nessa seara, de destacar-se que, segundo o historiador brasileiro Marcos Costa, o processo de elaboração da Constituição de 1824 sofreu impactos oriundos das trocas de favores realizadas pelo Imperador e pelo Brasil, o que acabou por gerar, nas exatas palavras do autor, “*os devidos rabos presos*”. Esses “*rabos presos*” davam-se entre Brasil e Inglaterra e D. Pedro I com as elites luso-brasileiras. “*Nesse cenário, qualquer projeto de nação que não atendesse aos interesses desses dois personagens não passaria*”.⁶²

Entendemos que, justamente por esse motivo não passou ao crivo do Império o projeto elaborado por José Bonifácio de Andrada e Silva, que prestigiava a extinção do tráfico de escravos. E, para corresponder aos anseios dos ingleses, que estavam se relacionando com o Império, promulgou-se uma nova Constituição com fincas a confirmar a cisão da relação colonial existente entre Brasil e Portugal que havia sido inaugurada com a independência brasileira.⁶³

Ora, como visto, ao contrário dos anseios do povo brasileiro, que desejava um texto mais próximo da população e com um viés minimamente democrático, a Constituição de 1824 acabou por ser outorgada, o que demonstrou, de forma clara, que a independência do Brasil nada mais era que um fato que tinha o escopo de atender aos interesses estrangeiros (dos ingleses), e não a vontade “nacional” propriamente dita.

Contudo, não obstante o tumultuoso cenário político em que a Constituição Imperial foi elaborada e posteriormente outorgada, dentre todas as constituições

⁶² COSTA, Marco. 2016. Op. Cit., p. 82.

⁶³ Rememora-se que, até então, a legislação aplicável no Brasil era a portuguesa, e o advento da primeira constituição nacional, apesar de não ter afastado, como se verá, a vigência das Ordenações em território tupiniquim, reforçou a ruptura de laços de dependência preexistentes entre Brasil e Portugal.

brasileiras, esta foi a que mais durou no tempo,⁶⁴ tendo sofrido relevante influência da Constituição francesa de 1814.⁶⁵

Ao contrário do programado pela primeira Assembleia nomeada, que defendia um viés liberal para a política interna, a Carta de 1824 destacou-se por uma intensa centralização administrativa e política, tendo em vista a figura do poder moderador, e, também, por unitarismo e absolutismo.⁶⁶ Afinal, como já tratado, o interesse do Império era, na realidade, corresponder aos anseios daqueles sujeitos a quem devia favores, razão pela qual a centralização do poder era algo mais do que esperado.

Os juristas da época teceram enormes elogios ao texto de 1824, e José Antônio Pimenta Bueno, corroborando com esse movimento que exaltava a Carta Imperial, destacou que *“nosso direito público positivo é a sábia Constituição política, que rege o Império; cada um de seus belos artigos é um complexo resumido dos mais luminosos princípios do direito público filosófico, ou racional”*.⁶⁷

⁶⁴ Segundo Octaciano Nogueira, que se questiona *“O que é mais importante numa Constituição? A sua eficácia ou a sua durabilidade? Colocada em termos de confronto, a comparação perde o sentido, pois o que deve medir a eficácia de qualquer documento constitucional é exatamente a sua longevidade. Uma Constituição é tão mais eficiente quanto maior for a sua duração. Afinal, o que se espera de qualquer documento constitucional é que ele possa regular de maneira estável, e sem necessidade de frequentes mudanças, a vida institucional do país, inclusive em momentos de crise”*. In OCTACIANO NOGUEIRA. **Constituições Brasileiras: 1824**. Senado Federal, Brasília, 2001. p. 13.

Se adotarmos o critério do referido autor, de fato, só pela sua longevidade, a Constituição de 1824 foi a mais eficaz até os dias atuais.

⁶⁵ A Constituição de 1824 encontrou acintosa oposição em Recife, e, dessa forma, Frei Caneca, notório revolucionário de 1817, em memorável discurso durante debates políticos, salientou que: *“Uma Constituição não é outra coisa que a ata do pacto social que fazem ente si os homens quando se ajuntam para viverem em reunião ou sociedade. Esta ata, portanto, deve conter a matéria sobre que se pactuou, apresentando as relações em que ficam os que governam e os governados, pois que sem governo não pode existir sociedade. (...) Projeto de Constituição é o rascunho desta ata, que ainda há de se tirar a limpo. (...) Portanto, o projeto oferecido por S. M. nada mais é do que apontamento das matérias, sobre que S. M. vai contratar conosco”*. (CANECA, 1976. p. 69).

⁶⁶ LENZA, Pedro. 2014. Op. Cit., p. 113.

⁶⁷ BUENO, Joaquim Antônio Pimenta. **Direito Público. Análise da Constituição do Império**. Rio de Janeiro: 1857. p. 39.

Uma vez que recorrido acerca do berço histórico e social de sua elaboração e sobre as suas características, compete-nos averiguar se havia, já na carta de 1824, algum instituto correspondente ao que hoje se entende por publicidade dos atos processuais.

De uma detalhada análise dos 179 artigos da Constituição de D. Pedro I (Constituição Política do Império do Brasil), em um primeiro momento, e condizente com a herança do segredo oriunda dos séculos anteriores portugueses, percebe-se que naquela época ainda não se vislumbrava a positivação de um instituto tendente a fixar, de forma clara e indubitável, no ordenamento jurídico interno e com origem puramente brasileira, um regramento geral, expresso e específico sobre o princípio da publicidade dos atos processuais no processo civil.

Em que pese a referida Carta ter destinado todo o seu Título 6º, denominado *DO PODER JUDICIAL*, aos Juízes e aos Tribunais de Justiça (artigos 151 ao 164), a preocupação do legislador imperial fixou-se, majoritariamente, em discorrer sobre as competências daqueles, sem adentrar ao processo propriamente dito.⁶⁸

Entretanto, temos que, a partir de uma apreciação um pouco mais detalhada, nesse mesmo Título 6º, pôde-se vislumbrar uma importante introdução ao instituto ao dispor sobre o processo das causas criminais, oportunidade em que o art. 159 prescreveu que *“nas causas crimes a Inquirição das Testemunhas, e todos os mais actos do Processo, depois da pronúncia, serão públicos desde já”*.

⁶⁸ O Título 6º, da Constituição, deu tratamento específico ao Poder Judiciário. Nota-se que, em seu art. 163, há previsão de que o Supremo Tribunal de Justiça estaria situado na capital, sendo composto de Juízes letrados, tirados das Relações por sua antiguidade.

Aproveitamos o momento para indicar, rapidamente, que não obstante a Constituição de 1824 ter previsto o novo Tribunal Supremo brasileiro (novidade a partir da independência), certo é que *“verdadeiramente o que, em nível judiciário, coroou a emancipação brasileira foi o estabelecimento da Casa da Suplicação do Brasil. Nos termos do Alvará de 10 de maio de 1808, guindava-se à condição de supremo tribunal de justiça, ‘para se findarem alli todos os pleitos em última instancia, por maio que seja o seu valor’ (Vide alvará de 10 de maio de 1808, § I)”* In MARCOS, Rui de Figueiredo; MATHIAS, Carlos Fernando; NORONHA, Ibsen. Op. Cit. pp. 227-228.

Destaca-se que a referida disposição acerca da publicidade apresentou-se de forma rudimentar, posto que, além de ser um instituto previsto exclusivamente para o processo criminal, ainda limitava a sua aplicabilidade ao período pós pronúncia do acusado.

Há posição doutrinária que, assim como nós, defende ser essa a primeira aparição do instituto da publicidade dos atos processuais em uma legislação constitucional de origem puramente brasileira.

Entendemos assim, pois, não obstante a singeleza da previsão constitucional, a legislação máxima ousou contrariar, de certa forma, a regra do segredo, e trouxe ao ordenamento jurídico interno uma determinação de publicidade, ainda que mínima, mas que poderia levar, relembra-se, em um momento de autoritarismo político, à fiscalização do Poder Judiciário que “estava a serviço do próprio Império”.⁶⁹ Não podemos negar que a novidade carregada pela Carta Imperial teve seu relevo para o momento histórico em que inserida.

⁶⁹ De rememorar-se que, desapegado ao idealizado por Montesquieu (*L’Esprit des Lois*, 1748), ao implantar a teoria da separação dos poderes nos moldes das recém surgidas monarquias constitucionais embaladas pelo Iluminismo, a primeira Constituição brasileira, indo além dos três poderes originais (executivo, legislativo e judiciário), acabou por impor um quarto poder, denominado Moderador (art. 10. Os poderes políticos reconhecidos pela Constituição do Império do Brasil são quatro: o Poder Legislativo, o Poder Moderador, o Poder Executivo e o Poder Judicial). A inclusão desse quarto poder foi justamente a “sacada” do Império para controlar livremente os demais poderes, pois o Poder Moderador era um poder privativo do Imperador (art. 98. O Poder Moderador é a chave de toda a organização política e é delegada privativamente ao Imperador, como chefe Supremo da Nação e seu Primeiro Representante, para que incessantemente vele sobre a manutenção da independência, equilíbrio e harmonia dos mais Poderes políticos). A divisão e harmonização dos poderes era, portanto, uma falácia criada para justificar e conferir alguma legitimidade à própria Monarquia Constitucional. Por tal razão, não é muito complicado concluir que o Poder Judiciário estava nas mãos do Império. *In* CASTRO, Flávia Lages de. 2017. Op. Cit., pp. 353-354.

Ainda, “*aspecto que chama a atenção é a criação de um quarto poder, o chamado poder moderador. Baseado em preceitos teóricos formulados por Benjamin Constant, deixa de lado a sua característica fundamental de ser o poder judiciário dos demais poderes, pois o Monarca continuou a exercer as funções de chefe do Executivo*”. *In* SILVA, João Carlos Jarochinski. Análise história das Constituições brasileiras. *In* Revista de Direito da Universidade Católica de São Paulo. p. 219.

Ao contrário do que acontecia no Brasil, onde instituiu-se um poder moderador, nas monarquias constitucionais europeias os juízes não eram controlados pelos monarcas. *In* GRAES, Isabel. **O Poder e a Justiça em Portugal no Século XIX**. Lisboa: AAFDL, 2014. p. 90.

Dessa forma, cremos que a Constituição de 1824 foi o primeiro texto constitucional genuinamente brasileiro que dispôs, de forma expressa, acerca daquilo que viríamos a chamar, anos mais tarde, de princípio da publicidade dos atos processuais.

Porém, não podemos deixar de lado que, por ser instituto com previsão expressa de aplicabilidade no processo criminal, sua vigência foi afastada, por esse regramento em específico, do processo civil.

3.2.2. Breves apontamentos: Portugal em oitocentos.

Até o salto jurídico verificado em oitocentos, o ordenamento jurídico processual português esteve fortemente ligado aos ditames do segredo de justiça, que se mostrava, até aquele determinado momento histórico, como norma geral – regra esta que se aplicava tanto no campo estatal (segredo de estado)⁷⁰ como jurídico (segredo de justiça).

Inclusive, em ambos os âmbitos, tanto no jurídico quanto no estatal, as Ordenações do Reino adotaram o regramento do Segredo como norma geral.

A compilação Filipina, por exemplo, na seara judicial, consagrava expressamente que, sempre que fossem inquiridas testemunhas, a oitiva destas deveria ser realizada presencialmente, porém, de modo separado e secreto, sem a presença das partes (OF, I.86, pr.).⁷¹ Nesse mesmo sentido já havia previsto, anteriormente, a legislação Manuelina (OM I.65).

⁷⁰ Apesar do assunto relativo ao segredo de estado não ser por nós tratado no presente trabalho, reportamos a detalhada análise realizada pela doutrina de ALBUQUERQUE, Martim de. **Maquiavel e Portugal. Estudos de História das Ideias Políticas**. Barcelos: Aletheia editores, 2007. pp. 67-89; e de HESPANHA, António Manuel. **Às Vésperas do Leviathan. Instituições e Poder Político. Portugal – Séc. XVII**. Coimbra: Almedina, 1994. A propósito, explica o Professor Doutor António Pedro Barbas Homem, que “o conceito de segredo de estado integra o léxico da legislação nacional e está presente nos tratadistas seiscentistas, os quais se mantêm fiéis à construção da segunda escolástica”. In HOMEM, António Pedro Barbas. 1998. Op. Cit.

⁷¹ Ver, a propósito, OF. III, 62, § 4º.

Aliás, como brilhantemente salientado pela Professora Doutora Isabel Graes, em uma análise pontual voltada ao que se passava em Portugal em quinhentos, durante o governo das Ordenações Filipinas, o legislador português optou, reiteradamente, por reforçar a regra do segredo de justiça.⁷²

Destacamos, ainda, sem termos a pretensão de nos aprofundar no assunto, que tão incisiva era a incidência do segredo, tanto judicial quanto estatal, que havia sérias punições pela exposição desautorizada das informações sigilosas, como, por exemplo, o degredo e a privação do ofício.⁷³

⁷² A propósito, a nobre Professora, a comprovar que o legislador quinhentista estava voltado a reafirmar o segredo, nos brinda com alguns exemplos, dentre eles o seguinte: “*um dos primeiros exemplos em que tal acontece é o próprio Regimento do Desembargo do Paço (Lei de 27 de Julho de 1582) cujo número 3 exige que tanto que o despacho for começado, o Porteiro não entrará dentro, sem ser chamado, nem levará recado algum de pessoa, de qualquer qualidade que seja, salvo sendo de algum dos outros tribunais, ou do chanceler mor, de coisa que pertença ao seu ofício; nem entrará na dita casa do despacho, depois de começado, pessoa alguma, que não for chamada, nem senhor de terras, nem fidalgo, de qualquer qualidade, preeminência e condição que seja*”. In GRAES, Isabel. Sigilo, Recato e Prudência (Da Justiça do Segredo ao Segredo da Justiça). In **e-Legal History Review. Studia Legalia Hispanica Rescripta**. nº 30, junho de 2019. Iustel: Madrid. p. 9.

⁷³ “A revelação do segredo encontra-se tipificada como crime nas Ordenações, numa norma que se subordina à epígrafe das pessoas do Conselho del Rei e desembargadores que descobrem o segredo. A técnica legal pressupõe uma obrigação ou dever funcional de segredo por parte dos magistrados. Na descrição normativa distingue-se a revelação de dois tipos distintos de segredo: o segredo relativo ao rei ou outra pessoa da família real ou ao ‘stado real’; e o segredo de justiça. a tutela do segredo de Estado, como já o escrevemos, constitui uma matriz teórica essencial para caracterizar as correntes renascentistas e modernas da razão de Estado. Já o regime do segredo de justiça como objeto autónomo merecedor de proteção jurídico-penal, demonstra que a tutela dos deveres próprios dos magistrados não dispensava a punição penal – isto é, a revelação do segredo de justiça, do ponto de vista dogmático, vem sobretudo como violação dos deveres estatutários por parte de um magistrado”. In HOMEM, António Pedro Barbas. 1998. Tomo II. Op. Cit, p. 228.

Por exemplo, OF, Livro V, Título IX: “Toda pessoa de nosso Conselho, de qualquer estado e condição que seja que descobrir os segredos, que Nós com ella em Conselho praticarmos, e falarmos, em cousas que specialmente pertencão á guarda de Nossa pessoa, ou estado, ou da Rainha, ou Príncipe, ou guarda e defesa de nossos Reinos, ou de cousas de que a elles se possa seguir algum damno, cousas, que pertencão a nosso serviço, de que não são da qualidade das acima ditas, o que o descobrir será degradado para África até nossa mercê, e ficará infame e privado de mais ser do nosso Conselho. 1. E as mesmas penas haverão os que descobrirem o Conselho, que Nós mandarmos fazer apartadamente, sem Nós, nelle starmos presente, segundo as qualidades sobreditas do dito Conselho. 2. E se o Regedor, Governador, ou Dezembargador nosso descobrir qualquer segredo de Justiça, que em Relação, ou como nosso Official souber, ou descobrir os votos, ou o que passar na Relação, que descobrindo-se, faria prejuizo a nosso serviço, ou á justiça das partes, seja privado do Officio, e inhabil para nunca mais haver Officio de

Diante desse cenário vivenciado em Portugal, e cientes das irregularidades e abusos que a adoção irrestrita do segredo de justiça poderia permitir, dentre eles o problema do arbítrio judicial, por exemplo,⁷⁴ grande monta dos juristas da época, já imersos no movimento das luzes, começaram a direcionar sérias críticas ao que se passava, de modo a repensar o modelo de segredo adotado até então.⁷⁵

Mais adiante, rompendo o paradigma iniciado anteriormente, mas institucionalizado em setecentos de que todas as coisas eram feitas em segredo, desde a elaboração das leis⁷⁶ até a sua aplicação pelos magistrados,⁷⁷ em oitocentos⁷⁸ é editada, em Portugal, a Constituição de 1822.⁷⁹

julgar, e mais haverá a pena de perjuro". Ver, ainda, sobre a punição da revelação do segredo: OM, 5, 80.

⁷⁴ ROMÃO Miguel Lopes. **A Bem do Estado. Publicidade e Segredo na Formação e na Divulgação das Leis (1820-1910)**. Coimbra: Almedina, 2005. p. 121.

Destacamos ainda que, não obstante não ser nossa empresa no presente trabalho aprofundarmos no assunto, pela desnecessária curva que seria necessária, vários outros instrumentos e princípios foram alicerçados com o escopo de evitar certos abusos do Poder Judiciário como, por exemplo, o sempre existente no ordenamento jurídico português regramento da fundamentação das decisões judiciais. Sobre a necessária fundamentação, ver GRAES, Isabel. Fundamentação das Sentenças. As Grandes Realizações da História do Direito. In **Centro de Investigação de Teoria e História do Direito – FDUL**. Organização: HOMEM, António Pedro Barbas. 2016. Disponível em: http://media.wix.com/ugd/6ac201_58beb03e908d47f4be9121f859cbf17b.pdf Acesso em 28 de março de 2020, às 10:49hs.

A proibição legal de condenar fora ou para além do pedido, conjugada com a obrigação de decisão segundo aquilo que fora alegado e provado, estabeleciam, também, um sistema que excluía, ou pelo menos perquiria excluir o arbítrio judicial. Nesse sentido, Ver HOMEM, António Pedro Barbas. **Judex Perfectus**. 1998. Tomo I. Op. Cit., p. 377.

A legalidade também perquire, dentro de seus próprios contornos, afastar o arbítrio judicial. A propósito, o Professor António Pedro Barbas Homem, em sua obra **Judex Perfectus**, Tomo II, op. Cit., p. 199, ao referir-se aos estudos de José Inácio da Rocha Peniz, descreve que “a proibição do arbítrio dos juízes e a sua vinculação estrita à lei constitui uma garantia da imparcialidade judicial perante as partes e perante a comunidade”.

⁷⁵ Impõe-se salientar que não nos compete, aqui, discutir pontualmente os motivos que levaram os jurisprudentes portugueses a pensarem a modificação do segredo de justiça com a inclusão da publicidade dos atos processuais, dada a complexidade que traduz e o desvio que a análise em causa nos forçaria.

⁷⁶ Acerca da mudança de paradigma do segredo para a publicidade na edição das Leis portuguesas em oitocentos, ver ROMÃO, Miguel Lopes. 2005. Op. Cit.; Ver, ainda ROMÃO, Miguel Lopes. Publicidade do Direito. As Grandes Realizações da História do Direito. In **Centro de Investigação de Teoria e História do Direito – FDUL**. Organização: HOMEM, António Pedro

Apesar da proximidade temporal entre as cartas, a Constituição portuguesa de 1822,⁸⁰ no que concerne a existência de regramento acerca da publicidade dos atos processuais, frisamos, fortemente influenciada pelo iluminismo que alcançou o pensamento jurídico português em oitocentos,⁸¹ foi mais diligente e ampla do que a Carta brasileira de 1824.

Dizemos isso, pois, em seu artigo 201º, a Constituição portuguesa de 1824 dispõe expressamente que “*a inquirição das testemunhas e todos os mais actos do processo cível serão publicos; os do processo criminal o serão depois da pronuncia*”.

Nota-se que, ao passo que a Carta Imperial brasileira limitou-se, como visto, a prever a publicidade dos atos apenas no processo criminal e após a pronúncia, a Constituição portuguesa, indo mais além, previu a mesma possibilidade nos casos criminais, entretanto, dispôs também que, em regra, a inquirição das testemunhas e todos os demais atos do processo cível serão públicos.

Barbas. 2016. Disponível em: http://media.wix.com/ugd/6ac201_58beb03e908d47f4be9121f859cbf17b.pdf Acesso em 28 de março de 2020, às 12:07hs, e COSTA, Mário Júlio de Almeida. **História do Direito Português**. 5ª edição. Coimbra: Almedina, 2019. pp. 456-459.

⁷⁷ GRAES, Isabel. 2019. Op. Cit., p. 5.

⁷⁸ Segundo Almeida Costa, Op. Cit., p. 487, o processo civil assumiu manifesta dianteira nas preocupações do legislador português oitocentista, sendo assente a sua grande evolução. A propósito, acerca da evolução do processo civil no séc. XIX, ver DUARTE NOGUEIRA, José; ALVES, Sílvia. O Direito Processual Civil Português. Linhas Gerais. In **Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Pedro Soares Martínez**. Vol. I. pp. 411 e ss.

⁷⁹ A Constituição de 1822 foi votada pelas Cortes Constituintes reunidas em Lisboa no ano de 1821, após a denominada revolução de 1820. O texto constitucional data de 23 de setembro de 1822, vindo a ser jurado pelo rei D. João VI em 1º de outubro de 1822.

⁸⁰ Defende a ilustre Professora Doutora Miriam Afonso Ribas, que “*o liberalismo inaugura um novo período na história constitucional portuguesa, consagrando nos textos princípios fundamentais para a organização política e para a ordem jurídica nacional*”. In BRIGAS, Miriam Afonso. **A Formação Histórica do Direito Português**. O Direito em Portugal. Madri: Editorial Reus S.A., México DF: Editorial UBIJUS, 2017. p. 26.

⁸¹ Sobre o assunto: “*O pensamento iluminista terá consigo uma reformulação teórica, não apenas do segredo de Estado, mas também do regime jurídico do segredo de justiça. (...) é a vertente do iluminismo na sua aspiração de visibilidade do poder e do direito que autoriza a identificação de um princípio de excepcionalidade do segredo de justiça. A regra, pelo contrário, devia ser a publicidade do processo e dos actos processuais*”. In HOMEM, António Pedro Barbas. 1998. Op. Cit., p. 230.

Apesar da Carta portuguesa de 1822 ter sido mais diligente do que a brasileira de 1824, a Constituição de 1826 acabou por adotar regramento similar à Constituição imperial, ao prever que *“nas causas crimes a inquirição de testemunhas, e todos os mais actos do processo, depois da pronúncia, serão públicos desde já”* (art. 126º).

Nota-se que a solução adotada pelo legislador constitucional português de 1826 foi mais restrita do que a anterior.⁸²

Porém, mais adiante, já na vigência da Constituição portuguesa de 1838 que acerca da publicidade dos atos processuais dispunha que *“as audiências de todos os tribunaes serão publicas, excepto nos casos declarados na lei”* (art. 128º), José Joaquim Lopes, *apud* Isabel Graes, esclarece que em oitocentos *“a publicidade é um dos meios mais poderosos para evitar incúrias, desleixos e abusos. A censura da opinião pública é também um tribunal respeitável da responsabilidade moral, e um antídoto precioso contra os preconceitos, ódios, favoritismos, intrigas e enredos”*.⁸³

Dessa passagem, podemos cogitar que, no séc. XIX, em Portugal, já havia, muito antes do que viria a ocorrer no Brasil, uma ideia doutrinária bem formatada da força da opinião pública sobre a atividade judiciária, de forma a funcionar, assim, ainda que introdutoriamente, como uma forma de controle externalizado do judiciário a partir do rompimento do segredo desacerbado realizado pela legislação moderna.

Necessário frisarmos, contudo, que a publicidade conferida pela legislação portuguesa oitocentista não era, nem de perto, sinônimo de exposição indiscriminada das informações lançadas em todos os processos, pois havia hipóteses estabelecidas pela lei⁸⁴ em que o segredo de justiça deveria imperar,

⁸² GRAES, Isabel. 2019. Op. Cit., p. 24.

⁸³ PRAÇA, José Joaquim Lopes. **Direito Constitucional Portuguez, Estados sobre a Carta Constitucional de 1826 e Acto Adicional de 1852**. 2ª parte. Vol. I. Coimbra: Livraria Portuguesa e estrangeira, 1879. p. 353, *apud* Graes, Isabel. 2019. Op. Cit., p. 25.

⁸⁴ Segundo ROMÃO, Miguel Lopes. Op. Cit., p. 68, *“a mudança sentida e provocada no exercício do poder com a afirmação dos sistemas constitucionais oitocentistas vem, contudo, afirmar a*

como, por exemplo, nos casos de inventários e partilhas entre maiores (art. 299º, § 1º, do Decreto de 21 de Maio de 1841), na situação de suprimento de consentimento dos pais, tutores e curadores necessário para o matrimônio dos filhos menores (artigos 340º e 741º, § único) e etc.⁸⁵

Daí, portanto, ser lícito concluirmos que a norma constitucional portuguesa, dando grandes passos à frente da brasileira, já em oitocentos havia previsto regra constitucional a determinar a publicidade dos atos processuais, envolta na doutrina iluminista, com o escopo de afastar os impropérios que o segredo poderia proporcionar.

No mesmo século XIX, da passagem de José Joaquim Lopes anteriormente transcrita, percebemos que a doutrina portuguesa já analisava tal determinação de publicidade como um meio eficaz de exame dos atos do judiciário através da censura da opinião pública, o que demonstra ainda mais a evolução do Direito português em relação ao ordenamento inaugurado com a Constituição Imperial brasileira.

Além disso, a legislação infraconstitucional portuguesa já trazia, na referida época (séc. XIX), hipóteses em que o segredo de justiça era assegurado, de forma a salvaguardar situações específicas. Evitava-se, desse modo, a desregulada e descabida banalização da regra da publicidade dos atos processuais de forma a proteger casos em que as partes e as matérias envolvidas deveriam ser resguardadas.

publicidade como regra e o segredo como exceção; vem limitar o segredo dentro de fronteiras deferidas pela lei e, assim, elas próprias aferíveis publicamente”.

⁸⁵ Graes, Isabel. 2019. Op. Cit., p. 28.

3.2.3. Constituição de 1891.

Desde antes da chegada da família real portuguesa ao Brasil, já havia movimentos que desejavam dar origem à implantação de uma República brasileira através do ideal envolto no pleito de independência.

O primeiro desses movimentos surgiu em 1789, na próspera cidade mineira de Vila Rica (atual Ouro Preto). O referido movimento foi liderado pelo idealista Joaquim José da Silva Xavier, historicamente conhecido como “Tiradentes”, o mais célebre protomártir da Independência brasileira – movimento de Conjuração Mineira.⁸⁶ O escopo dos “inconfidentes” era dar início a uma revolução que, a partir da questão da derrama ou cobrança do quinto do ouro, culminaria na independência.⁸⁷

Com a morte de Tiradentes e deportação do restante da cúpula do movimento mineiro, nasce, em 1817, a Revolução Pernambucana.

Nota-se que ambos os movimentos perquiriam, acima de tudo, a independência do Brasil, não se importando, inicialmente, com a forma de governo que seria adotado, fosse ele monárquico ou republicano – desejava-se, com afincos, o surgimento de um novo Estado soberano, independentemente de sua roupagem.

Contudo, evoluindo o seu escopo, e com o Brasil já emancipado de Portugal, adveio a segunda Revolução Pernambucana de 1824, através da qual o ideal passou a ser a adoção do Regime Republicano Federativo.

⁸⁶ Apenas para contextualizar um pouco a situação dos inconfidentes mineiros, eles estavam cientes do que se passava nos Estados Unidos da América quando de sua separação da Inglaterra em 1776, e na França, que, em maio de 1789, com o afastamento da monarquia, promoveu a Convocação dos Estados Gerais. O movimento mineiro tinha ciência da convocação da Assembleia Nacional Constituinte francesa e da abolição dos privilégios e direitos feudais e, também, sabiam do advento da Declaração dos direitos do homem e do cidadão. Desse modo, conhecedores do que se passava mundo a fora, o movimento mineiro idealizava a libertação da Colônia da Metrópole (libertação do Brasil de Portugal).

⁸⁷ CRETELLA JÚNIOR, José. **Comentários à Constituição**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990. p. 8.

Nesse cenário de movimentos que já aclamavam pelo republicanismo, o absolutismo que D. Pedro I deixou transparecer quando do episódio do fechamento da Assembleia Constituinte e a rejeição do primeiro projeto da Constituição Imperial (1823), situação já tratada nesse trabalho, foi, para muitos, um completo desastre político.

Diante das medidas absolutistas levadas a cabo pelo Imperador, o Estado de Pernambuco, em 2 de julho de 1824, proclamou a Confederação do Equador por iniciativa do revolucionário Manoel Carvalho Paes de Andrade. Em 1835, seguindo o mesmo caminho trilhado por Pernambuco, no Rio Grande do Sul é proclamada a República de Piratinim.⁸⁸

Internamente, as Províncias do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco começaram a cindir relações com o Império ao passo que alguns Estados do Nordeste perquiriram romper com o Rio de Janeiro, numa revolta antimonarquista com viés declaradamente separatista.⁸⁹

Essa instabilidade política que teve início com a rejeição do projeto da primeira Constituição Imperial em 1823, perpetuou-se no tempo, viabilizando, de certa forma, o surgimento, após uma longínqua permanência do Império no poder, a partir de 1860, de um significativo movimento tendente a enfraquecer a Monarquia.

O país, em que pese sufocado pelos movimentos republicanos, viveu alguns anos de relativa tranquilidade. Porém, a revolução estava nadando em águas mornas, mas não evaporada, e necessitava apenas de um pretexto para voltar a fluir com mais força, como ocorreria em 1870 com a inesperada fundação do Clube Republicano e seu órgão divulgador, o *A República*.⁹⁰

⁸⁸ CRETELLA JÚNIOR, José. 1990. Op. Cit., p. 9.

⁸⁹ COSTA, Marco. 2016. Op. Cit., p. 83.

⁹⁰ CRETELLA JÚNIOR, José. 1990. Op. Cit., p. 9.

Além do mais, dois anos antes do surgimento do Clube Republicano, em 1868, em meio a Guerra do Paraguai,⁹¹ os militares brasileiros começaram a nutrir um intenso sentimento de descontentamento com a Monarquia brasileira, situação que se intensificou em razão da cada vez maior marginalização política e abrupta redução do orçamento e do efetivo militar.⁹²

Nota-se que a revolta dos militares tinha lugar, uma vez que, em campanha armada para proteger as divisas brasileiras, além de estarem diante de um cenário político cada vez mais desastroso, tiveram o seu orçamento e efetivo abruptamente reduzidos. Definitivamente o momento não era propício para que o Império, com suas fronteiras ameaçadas, intervisse radicalmente nas forças armadas.

Nessa mesma quadra, pode-se dizer que tanto o *Manifesto do Centro Liberal* (1869) quanto o *Manifesto Republicano* (1870) também contribuíram para abalar as estruturas que seguravam a Monarquia no poder ao atingir diretamente o direito de vitaliciedade dos Senadores e o papel do Conselho de Estado.⁹³

Segundo José Cretella Júnior, a abolição da escravatura foi mais um importante fator que abalou intensamente as estruturas da monarquia, pois desgostou, a um só tempo, os latifundiários e os senhores de engenho, tornando o regime monárquico insustentável.⁹⁴

Nesse contexto, com o Império já sem muita força,⁹⁵ em 15 de novembro de 1889 a República é proclamada pelo Marechal Deodoro da Fonseca,⁹⁶ retirando do poder D. Pedro II e toda a linha da família Bragança.⁹⁷

⁹¹ A denominada Guerra do Paraguai teve início no ano de 1864, e o debate tinha razão de ser na questão de o referido país não ter saída direta para o mar, razão pela qual detinha uma significativa ambição expansionista. Ver, nesse sentido, COSTA, Marco. 2016. Op. Cit., p. 97.

⁹² LENZA, Pedro. 2014. Op. Cit., p. 117.

⁹³ LENZA, Pedro. 2017. Op. Cit., p. 117.

⁹⁴ CRETELLA JÚNIOR, José. 1990. Op. Cit., p. 9.

⁹⁵ Destaca-se que sequer havia apoio religioso, uma vez que, em 1874, ocorreram fortes embates entre a Igreja Católica e a Monarquia Brasileira.

De destaca-se que a Proclamação da República, em que pese ter sido um marco político, não contou com significativo movimento popular,⁹⁸ uma vez que se tratava mais de um golpe de Estado militar do que de uma revolução social propriamente dita.⁹⁹ Para Pedro Lenza, que direciona duras críticas ao referido momento histórico, a República nasceu, nesse cenário, sem qualquer legitimidade.¹⁰⁰

Ainda sobre a promulgação da República ter sido um movimento orquestrado politicamente, José Murilo de Carvalho salienta que “a proclamação, afinal, resultou de um motim de soldados com o apoio de grupos políticos da capital”.¹⁰¹

⁹⁶ O Decreto nº 1, datado de 15 de novembro de 1889, previu, em seu art. 1º: “Fica proclamada provisoriamente e decretada como a forma de governo da Nação brasileira – a República Federativa”. Vê-se que o título do momento histórico vivenciado na oportunidade “governo provisório”, foi estipulado pelo próprio Decreto que instituiu a República de outrora.

Da mesma forma, reforçando a ideia inicial de provisoriedade, o art. 4º do referido Decreto estipulou: “Enquanto, pelos meios regulares, não se proceder à eleição do Congresso Constituinte do Brasil e bem assim à eleição das Legislaturas de cada um dos Estados, será regida a Nação brasileira pelo Governo Provisório da República; e os novos Estados pelos Governos que haja proclamado ou, na falta destes, por Governadores delegados do Governo Provisório”.

⁹⁷ Esclarece-se que, com o falecimento de D. João em Portugal, o primeiro na linha sucessória a assumir o trono português era D. Pedro I, que encontrava-se como Imperador do Brasil. Estando entre a cruz e a espada, ou seja, sendo Imperador do Brasil, mas também aguardado em Portugal para assumir o posto de Rei, D. Pedro I abdicou, em 07 de abril de 1831, ao trono brasileiro e assumiu a monarquia portuguesa, deixando no Brasil, como seu sucessor, D. Pedro II, seu filho, ao cinco anos de idade.

⁹⁸ Nesse contexto de ausência de representação popular, não podemos deixar de lado a esclarecedora passagem da historiadora Flávia Lages de Castro (2014. Op. Cit., p. 405), segundo a qual “a ideia de República não era o objetivo ideológico da maioria da população do Brasil, aliás, a proclamação pegou a maioria de surpresa e outros tantos foram varridos como adeptos de última hora por não verem outra saída”. É que “o Movimento Republicano estava longe de ser popular, a maioria da população apoiava o Regime Monárquico que havia acabado com a escravidão”.

⁹⁹ Segundo Marco Costa, 2016, Op. Cit., p. 114, “a transição da Monarquia para a República no Brasil ocorreu de forma quase imperceptível. Foi uma farsa. Não alterou em nada a rotina do povo, da cidade ou do país. Não passou, portanto, de um arranjo de forças políticas e econômicas que vinham se digladiando desde o 13 de maio de 1888 com o fim da escravidão; essa, sim, uma revolução social”.

¹⁰⁰ LENZA, Pedro. 2014. Op. Cit., p. 117.

¹⁰¹ CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1987. p. 13.

Dessa forma, as então Províncias do Brasil, agora reunidas pelo ideal da Federação, passaram a formar os Estados Unidos do Brasil.¹⁰²

Entre os anos de 1889 e 1891, instalou-se o denominado Governo Provisório, conforme determinado pelo Decreto nº 1, de 15 de novembro de 1889. A presidência do Governo foi ofertada ao Marechal Deodoro da Fonseca, que detinha a missão de consolidar o novo regime e promulgar a primeira Constituição da República.

No dia 22 de junho de 1890, pressionado pela população brasileira, Marechal Deodoro da Fonseca convocou eleições para definir a Assembleia Constituinte perquirindo, assim, legitimar o governo republicano.¹⁰³

A realização do pleito eleitoral para a escolha dos constituintes foi projetada para o dia 15 de setembro de 1890, e a Assembleia Nacional Constituinte, de acordo com o Decreto nº 78 – B, de 21 de setembro de 1889,¹⁰⁴ deveria instalar-se em 15 de novembro de 1890.¹⁰⁵

¹⁰² Logo depois da derrubada da monarquia e da proclamação da República (15/11/1889), o grupo liderado pelo Marechal Deodoro da Fonseca institucionalizou o novo regime republicano através de inúmeros e sucessivos decretos, os quais, dentre outras medidas, determinaram que a forma de governo da nação seria a República Federativa; trataram da adoção de uma nova bandeira; bem como determinaram que as antigas províncias compunham, dali em diante, os Estados Unidos do Brasil. Nesse sentido, ver CARVALHO, José de. 1987. Op. Cit.

¹⁰³ Destaca-se que, não obstante Deodoro ter se encontrado à frente do movimento republicano e, dessa forma, ter alcançado a derrubada da monarquia, ele acabou por namorar o poder que passou a deter suas mãos e começou a praticar atos déspotas, como, por exemplo, demitir governadores estaduais que eram vistos como inimigos do governo central. Por essa razão o Marechal Deodoro acabou por postergar, o quanto pôde, a convocação da assembleia constituinte – precisou ser severamente pressionado pela nação para tanto. Há historiadores, como Marco Costa (2016. Op. Cit., p. 123), que defendem que “*o país que emerge do golpe militar republicano não difere em quase nada do que foi o Brasil no período monárquico*”, e que “*o sentido do golpe, aliás, foi manter as coisas exatamente como eram no período monárquico*”.

¹⁰⁴ BRASIL. **Decreto nº 78 – B, de 21 de setembro de 1889.** Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-78-b-21-dezembro-1889-517756-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 19 de abril de 2019, às 11:22hs.

¹⁰⁵ Sobre a elaboração da carta constitucional, pode-se dizer que, ao passo que o Marechal Deodoro da Fonseca desejava um governo centralizado, em detrimento do federalismo, bem como um Poder Executivo mais forte que o Poder Legislativo, com a possibilidade de o presidente da República dissolver completamente o Congresso, o então vice chefe do governo provisório, Rui Barbosa, acompanhado dos redatores do projeto, desejava uma maior autonomia dos Estados e a

Assim, em 1890 foi eleita a Assembleia Constituinte¹⁰⁶ e, no dia 24 de fevereiro de 1891, a primeira Constituição da República do Brasil, e segunda do constitucionalismo nacional, é promulgada,¹⁰⁷ vigorando até 1930.¹⁰⁸

Importante salientar, por sua notoriedade, que a Constituição de 1891 teve como Relator o Senador e jurista Rui Barbosa, que foi fortemente influenciado pela principiologia da Constituição Norte-Americana de 1787, razão pela qual foi consagrado, na Carta Maior, o sistema presidencialista de governo e eleita a forma de Estado Federal.¹⁰⁹

Apesar dos renomados juristas relacionados à elaboração da Constituição de 1891, no que toca ao processo civil houve um significativo retrocesso, uma vez que, mesmo tendo dedicado a sua Seção III ao Poder Judiciário (artigos 55 ao 62), não fez qualquer referência ao princípio da publicidade dos atos processuais ou ao processo civil em si, nem mesmo trazendo a publicidade dos processos crime, tal como havia sido feito pela Constituição anterior.

Temos que o primeiro texto constitucional republicano pecou pela ausência de uma espécie capaz de trazer, para o Poder Judiciário, a fiscalização externa por parte da própria sociedade de seus atos.

independência dos poderes. Em seguida, como se verá, após as alterações realizadas por Rui Barbosa, o projeto fora encaminhado à Assembleia Constituinte e, após intensas discussões, partiram para a votação dos artigos e, em seguida, com a aprovação das emendas, promulgou-se o texto constitucional no dia 24 de fevereiro de 1891.

¹⁰⁶ Fora nomeada, para a elaboração do projeto constitucional, a chamada Comissão dos Cinco, também apelidada de Comissão de Petrópolis, composta por Américo Brasiliense de Almeida Melo, Antônio Luís dos Santos Werneck, Francisco Rangel Pestana, José Antônio Pedreira de Magalhães Castro e Saldanha Marinho.

¹⁰⁷ Da edição do Decreto nº 1, de 1889, que inaugurou o Governo Provisório, até o advento da Constituição de 1891, o Brasil foi governado através de inúmeros outros Decretos. Acerca dos Decretos que geriram o Brasil no referido período, ver MARCOS, Rui de Figueiredo; MATHIAS, Carlos Fernando; NORONHA, Ibsen, op. Cit., pp. 401 e ss.

¹⁰⁸ Para João Carlos Jarochinski Silva, Op. Cit., pp. 222-223, “a primeira Constituição republicana é fruto de uma grande ruptura ocorrida na História brasileira, a queda do regime monárquico devido ao fim do pacto existente entre monarquia e escravidão”.

¹⁰⁹ Nota-se que, de todos os noventa artigos que compunham a Constituição de 1891, setenta e quatro deles estavam presentes no projeto de Rui Barbosa, integralmente ou levemente modificados. In BARBOSA, Rui. **Apud** Fundação Casa de Rui Barbosa. **Rui Barbosa e a Constituição de 1891**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1985. p. 2.

Não podemos deixar de considerar, ademais, que cuida-se, a Constituição de 1891, da mais concisa do constitucionalismo brasileiro, contando com apenas noventa e um artigos permanentes e oito de disposições transitórias.

Precisamos considerar, também, que naquele momento histórico a preocupação da Comissão Constituinte, influenciada por grandes latifundiários, era conferir aos Estados, agora federados, direitos econômicos, como, por exemplo, a prerrogativa de negociar diretamente com o exterior, o de determinar as próprias alíquotas dos impostos de importação etc. E disso cuidou muito bem a Constituição de 1891 (Título II).

Os interesses políticos da época estavam voltados ao liberalismo econômico, tanto que as oligarquias regionais conseguiram, por suas próprias forças, aparelhar o Estado e passaram a conduzir os negócios públicos como se privados fossem.¹¹⁰ Não havia interesse, portanto, na atualização de questões processuais, e, tampouco, na viabilização da fiscalização do judiciário, pois, como dito, o Estado estava tomado pelos interesses privados das grandes oligarquias regionais.

É dizer que, com a mente do constituinte voltada à economia e com o escopo de ofertar ao Brasil um viés liberal, a feitura da Constituição acabou por ser prejudicada em seu viés social no que concerne ao Poder Judiciário. Não houve ganhos em questões relacionados ao que era público, seja em qual âmbito fosse.

Para termos uma ideia, foram apenas quatro as novidades de relevo acerca do Poder Judiciário carreados pela Constituição de 1891, uma vez que o seu órgão máximo passou a denominar-se Supremo Tribunal Federal (art. 55), aposentando seu antigo nome (Supremo Tribunal de Justiça), os juízes federais (art. 57) e os membros do Supremo Tribunal Militar (art. 77) foram agraciados com a garantia da vitaliciedade, e os juízes federais foram beneficiados com o direito à irredutibilidade de vencimentos (art. 57, § 1º). Ainda, o mais relevante foi a

¹¹⁰ COSTA, Marco. 2016. Op., cit., p. 123.

adoção do sistema dual do Judiciário, passando este a ser composto pelo Poder Judiciário Federal e pelos poderes judiciários estaduais.¹¹¹

Dessa forma, podemos dizer que a primeira Constituição Republicana do Brasil, por questões relacionadas à política praticada na época de sua idealização e elaboração, não se dignou a privilegiar o princípio da publicidade dos atos processuais, deixando o regramento processual a cargo da legislação ordinária (Ordenações Filipinas,¹¹² Regulamento nº 737, de 1850,¹¹³ e, mais adiante, os Códigos Processuais Estaduais).

Entretanto, salientamos que uma curiosa situação, que possui certa ligação com o princípio da publicidade dos atos processuais, teve origem nos costumes desse momento histórico.

É que, inicialmente, as questões que eram submetidas ao recém criado Supremo Tribunal Federal, começaram a despertar o interesse da população brasileira, que, por livre vontade, comparecia aos julgamentos realizados naquela Corte aplaudindo ou rechaçando as teses defendidas.¹¹⁴

Observa-se que, com a referida prática social, os julgamentos do Supremo Tribunal Federal passaram a contar com uma espécie de espectador especial, que manifestava-se de acordo com a qualidade da tese defendida perante o Poder Judiciário.

Diante de tal ocorrência histórica viabilizada pelo costume social, a situação vivenciada pelo Supremo Tribunal Federal em seus julgamentos, além de peculiar, permite-nos vislumbrar uma forma rudimentar de publicidade dos atos processuais, sobretudo porque, a partir daquele estranho costume, através de sua

¹¹¹ Por conta da adoção do sistema dual do Poder Judiciário, a Constituição de 1981 previu, em seu art. 59, § 2º, a possibilidade de utilizar-se a jurisprudência, tanto a federal quanto a estadual.

¹¹² O.F., Livro III, títulos I ao XCVIII.

¹¹³ Como se revolverá, tal regulamento (737 de 1850) pode ser considerado o primeiro Código de Processo Civil Brasileiro. Tal regramento nasceu da necessidade de regulamentar os processos relacionados ao comércio (legislação comercial), sendo, mais tarde, ampliado a todos os procedimentos relacionados ao direito material civil.

¹¹⁴ BAJER, Paula. **Processo Penal e Cidadania**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. p. 32.

censura, a população brasileira passou a exercer algum controle externo não apenas dos atos perpetrados pelo Poder Judiciário, mas de tudo aquilo que era debatido em plenário pelas partes.

Assim, entendemos que o referido costume social, na ausência de norma constitucional, além de ter viabilizado alguma publicidade dos atos processuais, pelo menos para aqueles sujeitos que se dirigiam ao Supremo Tribunal Federal, também acabou por possibilitar um certo controle externo daquilo que era discutido e decidido naqueles casos concretos. A censura popular estava ali representada pelos aplausos ou pelas vaias advindos da plateia.

3.2.4. Revolução de 1930.

A denominada República Velha, que vigorava desde 1889, alcançou seu fim com a chamada Revolução de 1930, que instituiu o Segundo Governo Provisório da República Brasileira,¹¹⁵ conforme disposto no Decreto nº 19.398 de 11 de novembro de 1930.¹¹⁶

É que, no início da década de 1920, com a Proclamação da República, houve significativa expressão oligárquica dos grandes fazendeiros. São Paulo e Minas Gerais controlavam conjuntamente o cenário político nacional com a denominada

¹¹⁵ Segundo Pinto Ferreira, “provavelmente a revolução não teria eclodido na época se não fosse a sucessão presidencial. Washington Luís reforçou a sucessão em favor de Júlio Prestes, candidato de São Paulo, quando Antônio Carlos pleiteava a sucessão apoiado por Minas Gerais. De acordo com o esquema de controle da presidência (Política do café com leite), São Paulo e Minas Gerais se revezavam mutuamente. Washington Luís não atendeu a essa pretensão, o que acelerou a revolução. Esta propagou-se rapidamente, com o apoio do povo, dos estudantes, dos operários e das Forças Armadas, estas últimas depondo o presidente em 24.10.1930, e compondo-se uma junta governativa provisória (...). a junta transmitiu o governo ao candidato derrotado eleitoralmente, o Sr. Getúlio Vargas, em 03.11.1930, a fim de organizar a nova República”. In PINTO FERREIRA. **Curso de Direito Constitucional**. 10ª edição. p. 54.

¹¹⁶ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19398-11-novembro-1930-517605-publicacaooriginal-1-pe.html> acesso em 02/03/2020, às 00:40hs.

Política do Café com leite, através da qual, ora o presidente do Brasil era paulista (café), ora era mineiro (leite).¹¹⁷

Porém, na sucessão de 1930, o então presidente do Brasil, Washington Luís, que era paulista, deixou de indicar como seu sucessor algum candidato mineiro, e isso, diante da Política do Café com Leite, era de grande importância, pois a indicação do candidato à presidência era, por meios tortuosos, uma real garantia de vitória.¹¹⁸

Diante do descontentamento político de Minas Gerais com São Paulo, que havia abandonado aqueles em benefício do paulista Júlio Prestes (candidato indicado), é até mesmo dispensável dizer que algo potencialmente revolucionário, ou pelo menos com o intento de “dar o troco nos paulistas” poderia surgir daí.

Preteridos por Washington Luís, a política mineira uniu-se a João Pessoa (político paraibano líder da oposição ao então governo) e a Getúlio Vargas (gaúcho), na denominada Aliança Liberal contra a ditadura imposta pelo Estado de São Paulo.¹¹⁹

O candidato paulista, Júlio Prestes, mesmo em meio a inúmeras denúncias de fraude eleitoral, venceu as eleições presidenciais em 1º de maio de 1930.

Em 26 de julho de 1930, o assassinato de João Pessoa acabou por contribuir para uma maior mobilização da oposição ao governo paulista em favor da Revolução. A partir daí deflagrou-se um grande movimento militar que teve como berço o Estado do Rio Grande do Sul.

¹¹⁷ CASTRO, Flávia Lages de. 2017. Op. Cit., p. 437.

¹¹⁸ “Pela Constituição de 1891, a presidência era o grande prêmio da política nacional. Já que o presidente estava constitucionalmente impedido de suceder a si mesmo, era fatal que houvesse grande agitação política, de quatro em quatro anos, à medida que a liderança situacionista procurava acordo entre os líderes das principais máquinas políticas estaduais para a indicação de um sucessor. Uma vez acertada a indicação, vez que os governos estaduais tinham poder para dirigir as eleições e não hesitavam em manipular os resultados para enquadrá-los em seus arranjos pré-eleitorais”. In SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco**. 7ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 21 e ss. **Apud** CASTRO, Flávia Lages de. 2017. Op. Cit., pp. 438-439.

¹¹⁹ COSTA, Marcos. 2016. Op. Cit., p. 127.

Nesse cenário, o gaúcho Getúlio Vargas, apoiado pelas Forças Armadas brasileiras, inicia uma revolução que levou o então presidente Washington Luís a renunciar ao seu cargo.

Em 3 de novembro de 1930, no salão de honra do Palácio do Catete, realizou-se a transmissão do Governo da República ao chefe supremo da revolução vitoriosa Getúlio Vargas, colocando um ponto final no primeiro período republicano brasileiro.

A título de curiosidade, acreditamos, junto a Barroso, que dois foram os aspectos mais graves que ensejaram a ruína da República Velha, e são eles, segundo o autor: a) o domínio das oligarquias, e, b) a fraude eleitoral institucionalizada. Relaciona-se, ainda, a grave crise econômico-financeira que assolou o Brasil em 1929 (Grande Depressão);¹²⁰ uma pequena parcela burguesa em ascensão; o *Tenentismo*¹²¹ (movimento contrário ao regime oligárquico que dirigia o Brasil); e o surgimento de uma classe operária descontente com o processo de industrialização fomentado pela Primeira Guerra Mundial.¹²²

¹²⁰ Nessa época, o principal comprador do café brasileiro era os Estados Unidos da América. Por essa razão, a quebra da bolsa de Nova York, no ano de 1929, produziu efeitos econômicos deveras negativos no Brasil, uma vez que o seu maior importador não mais adquiria um dos produtos com maior oferta interna. Para se ter uma ideia do tamanho da crise do café, as exportações do produto, no ano de 1929 atingiram a cifra de US\$ 445 milhões, ao passo que um ano mais tarde (1930), as operações caíram para US\$ 180 milhões. Tal situação foi uma verdadeira *“tragédia, pois, com uma economia tão pouco diversificada, o café representava 75% das exportações”*. In COSTA, Marco. 2016. Op. Cit., p. 126.

¹²¹ O Tenentismo era *“o movimento militar brasileiro que, através de várias rebeliões desencadeadas no período de 1922 a 1930, pretendeu derrubar, pelas armas, três governos e os sistemas políticos que os sustentavam. Entre os objetivos que impulsionaram os jovens militares a essas revoltas estava o desejo de implantação de medidas que consideravam necessárias para moralizar o país, tais como o voto secreto, o ensino público obrigatório, a seriedade administrativa e, principalmente, a derrubada das oligarquias que, há anos, faziam presidentes de acordo com os seus interesses. (...) Recentemente, autores têm chamado atenção para um fator novo que teria contribuído fortemente, para a eclosão do tenentismo; ‘o caráter corporativo do exército’, a convicção que os militares tinham de sua importância e do papel que estavam destinados – e mesmo intimados – a representar”*. In AZEVEDO, Antônio Carlos do Amaral. Op. Cit., p. 375.

¹²² BARROSO, Luís Roberto. **O Direito Constitucional e a efetividade de suas normas: limites e possibilidades da Constituição brasileira**. 8ª edição. pp. 14-19.

Diante desse contexto revolucionário, a Junta Militar transferiu seu poder para o Governo Provisório, que supostamente o exerceria até a promulgação do texto Constitucional de 1934.

Nessa seara, impera-se rememorar que, nos termos do art. 1º, do Decreto nº 19.398/30,¹²³ caberia ao Governo Provisório exercer, de forma discricionária e plena, as atribuições do Poder Executivo e do Poder Legislativo, até que a Assembleia Constituinte, uma vez eleita, estabelecesse a organização constitucional do país.

3.2.5. Constituição de 1934.

Enquanto teve condições, o então presidente Getúlio Vargas governou provisoriamente o Brasil, evitando, com todas as suas forças, e claro, por interesses pessoais, convocar uma constituinte.

Porém, ainda diante dos reflexos da já citada crise econômica de 1929,¹²⁴ assim como em decorrência de inúmeros movimentos sociais, sobretudo aqueles que lutavam por melhores condições de trabalho, para dar uma satisfação à sociedade tornou-se indispensável a promulgação de um novo texto constitucional, que, dessa vez, deveria deixar de lado o viés balizado nos ideais do liberalismo econômico e da democracia liberal abraçados pela Constituição de 1891.

¹²³ Art. 1º: “O Governo Provisório exercerá discricionariamente, em toda sua plenitude, as funções e atribuições, não só do Poder Executivo, como também do Poder Legislativo, até que, eleita a Assembleia Constituinte, estabeleça esta a reorganização constitucional do país”. BRASIL. **Decreto nº 19.398, de 11 de novembro de 1930.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D19398.htm Acesso em 02 de março de 2020, às 00:07hs.

¹²⁴ Como já visto, a crise americana denominada de a grande depressão (ou Crack de 1929), também afetou diretamente a economia brasileira, uma vez que os Estados Unidos da América, que eram os principais compradores do café brasileiro, deixaram de importar o produto.

Diante desse quadro, aproveitando-se da fragilidade social vivenciada na época, e camuflando-se na alegação de uma possível legalidade e da necessidade de promulgar-se uma nova Constituição,¹²⁵ no ano de 1932 o Estado de São Paulo, que teve seu Presidente eleito deposto, iniciou uma severa guerra civil contra o governo federal, conflito este que ficou historicamente conhecido como a Revolta Constitucionalista de 1932.

Apesar dos paulistas terem saído derrotados desse conflito, por conta da forte pressão por eles infringida no governo e na sociedade, em novembro de 1933 a Assembleia Constituinte acabou por ser instalada e os trabalhos visando a elaboração de um novo texto constitucional tiveram início.¹²⁶

Assim, em 16 de julho foi promulgada a Constituição de 1934, redigida, segundo o próprio Preâmbulo, “*para organizar um regime democrático, que assegure à Nação, a unidade, a liberdade, a justiça e o bem-estar social e econômico*”.¹²⁷

Fica claro do Preâmbulo da Constituição que o seu escopo não era mais assegurar o liberalismo econômico, até porque significativa parcela das revoltas que desaguaram em sua promulgação tinham razão de ser no pleito de melhores condições para as classes sociais de mais baixa renda. O ideal para o momento era assegurar, o quanto fosse possível, direitos que garantissem o bem estar social.

¹²⁵ Segundo os historiadores, na verdade, a revolução deu-se por conta de o Estado de São Paulo ter perdido a hegemonia política até então existente em razão da política do café com leite.

CASTRO, Flávia Lages de. 2017. Op. Cit., p. 443.

¹²⁶ Através do Decreto nº 21.402, de 14 de maio de 1932, foi criada a chamada “Comissão do Itamaraty” que, sob a presidência de Afrânio de Melo Franco, acompanhado por Antônio Carlos, João Mangabeira, Arthur Ribeiro, José Américo, Oliveira Vianna, Themístocles Brandão Cavalcanti, Assis Brasil, Prudente de Moraes Filho, Carlos Maximiliano, Agenor de Roure, Oswaldo Aranha e Góis Monteiro, fora encarregada de elaborar o anteprojeto do novo texto constitucional. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21402-14-maio-1932-518100-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 03 de março de 2020, às 00:47hs.

¹²⁷ BRASIL. **Constituição de 1934.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm Acesso em 19 de abril de 2019, às 13:37hs.

Justamente por causa da mudança em seu escopo (deixou de lado o ideal do liberalismo econômico), a doutrina majoritária defende que o texto constitucional de 1934 sofreu grande influência da Constituição de Weimar da Alemanha de 1919, evidenciando-se, dessa forma, os chamados Direitos Humanos de Segunda Dimensão (Geração) e a perspectiva de um Estado Social de Direito (democracia social).¹²⁸

No que concerne ao desenvolvimento histórico do constitucionalismo brasileiro, o texto de 1934 teve curtíssima duração, uma vez que abolido após apenas 3 anos de sua vigência pelo golpe de 1937.

No que interessa, é indispensável destacar que, apesar da elevada carga de direitos e garantias individuais e coletivos carreados pelo texto de 1934, a primeira Constituição de Vargas foi insuficiente no que toca ao princípio da publicidade dos atos processuais, garantia esta que não foi revisitada na oportunidade.

Como já dito, a política brasileira estava em uma fase de transição, onde as novas classes sociais perquiriam melhores condições de trabalho e subsistência. Nesse contexto, a nova legislação máxima acabou por não se enveredar por demasiados caminhos, não alcançando amplamente o processo, razão pela qual focou nos direitos sociais.

De mais a mais, cremos que, por ter sido o ano de 1934 marcado por infindáveis conflitos sociais, a questão da segurança nacional acabou por ser tratada com muito afinco, deixando de lado, infelizmente para a ciência processual, questões outras como as garantias envolvidas no processo civil.¹²⁹

De destacar-se, entretanto, que apesar da inexistência do instituto da publicidade dos atos processuais capaz de permitir um controle externo do Poder Judiciário, a Constituição de 1934 previu, em seu art. 133, item 35, que seria lícita a comunicação de interessados sobre os despachos proferidos no processo, bem

¹²⁸ LENZA, Pedro. 2014. Op. Cit., p. 123.

¹²⁹ Nesse sentido ver SILVA, José Carlos Jarochinski. Op. Cit., p. 228.

como a expedição de certidões para a defesa de direitos individuais ou para esclarecimento dos cidadãos acerca dos negócios públicos:

Art. 113 - A Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à subsistência, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes: (...);

35) A lei assegurará o rápido andamento dos processos nas repartições públicas, a comunicação aos interessados dos despachos proferidos, assim como das informações a que estes se refiram, e a expedição das certidões requeridas para a defesa de direitos individuais, ou para esclarecimento dos cidadãos acerca dos negócios públicos, ressalvados, quanto às últimas, os casos em que o interesse público imponha segredo, ou reserva.

Nota-se que o texto não é expresso em permitir uma publicidade *stricto sensu*. Porém, permite de uma forma um tanto quanto primária e precária, uma publicidade limitada às partes, uma vez que passou a ser lícita a comunicação de interessados acerca dos despachos proferidos e, o mais importante, a expedição de certidões para a defesa de direitos individuais.

Dessa forma, podemos dizer que havia, na Constituição de 1934, uma tímida espécie, estrita às partes, e sem forma determinada, de uma futura e possível publicidade dos atos processuais. Isto é capaz de demonstrar, ainda que timidamente, a intenção do legislador em cindir com a ideia de um juízo arbitrário.

Repete-se que essa possível publicidade limitava-se às partes e interessados, sendo os sujeitos alheios ao processo (ou terceiros) excluídos da ciência dos autos.¹³⁰ Não havia, portanto, a denominada publicidade externa.

Temos que inexistia, portanto, considerando-se o afastamento dos terceiros acerca de processos em tramitação, um meio de assegurar a ideia de um controle externo do Judiciário pela sociedade. Era algo deveras pontual.¹³¹

¹³⁰ Nota-se, ainda, que aos terceiros que relação alguma possuem com a coisa *sub judice*, só era lícito vistoriar os negócios públicos, e mesmo assim com a ressalva dos casos em que o interesse público imponha o segredo ou a reserva.

Por outro lado, não podemos deixar de lado que a Constituição de 1934, apesar de não ter privilegiado expressamente o referido princípio processual, deu um grande passo no que concerne aos Códigos Processuais.

É que, como será revolidado mais adiante, na Constituição de 1891 a competência para legislar em matéria processual era concorrente entre a União e os Estados. Por essa razão, a maioria dos Estados brasileiros, cada um a seu tempo, elaborou seu próprio código instrumental.

Por conta dessa previsão constitucional, o Brasil passou a viver um momento processual caótico, pois cada Estado era competente para elaborar a sua própria codificação processual, e não havia, em diversas regiões do país, notáveis, ou pelo menos razoáveis especialistas na matéria para opinar durante o processo legislativo local.

Além disso, era de se esperar que a qualificação dos juristas que atuavam em mais de um estado da federação fosse um tanto quanto mais complexa, pois fazia-se necessário o estudo detalhado da legislação local onde fossem exercer seu ofício.

A experiência dos códigos Estaduais não foi bem sucedida, e a Constituição de 1934 acertou ao corrigir o problema criado em 1891.

Desse modo, diante do insucesso da experiência anteriormente realizada pela Constituição de 1891, a primeira Constituição de Vargas, embora continuasse reconhecendo o federalismo, retirou a competência de legislar sobre matéria processual das mãos dos Estados, explicitando, em seu art. 5º, XIX, “a”,¹³² que

¹³¹ Devemos, por uma questão de justiça, indicar o que trouxe de bom a codificação constitucional de 1934, lembrando que ela contemplou, pela primeira vez “*diversos direitos sociais sob a forma de diretrizes políticas. No Título IV (Da ordem econômica e social) incluem-se os direitos dos trabalhadores (art. 121), entre os quais salário-mínimo, assistência médica, férias, bem como o reconhecimento dos sindicatos (art. 120). O Título V (Da família, da educação e da cultura) faz referência ao direito à educação (art. 149)*”. In LOPES, José Reinaldo de Lima. **O Direito na História. Lições Introdutórias**. 5ª edição. São Paulo: Atlas, 2014. p. 376.

¹³² Art. 5º. Compete privativamente à União: XIX – Legislar sobre: a) direito penal, comercial, civil, aéreo e processual, registros públicos e juntas comerciais.

somente a União, a partir daquele momento, poderia legislar sobre a matéria instrumental. Portanto, a competência passou a ser privativa da União.

Foi esse, como ainda será oportunamente retomado, o momento da reunificação da codificação processual brasileira.¹³³

3.2.6. Constituição de 1937.

Após a Constituição de 1934, com o esfacelamento do movimento tenentista, surgiram novas tendências paralelas às aquelas que começavam a se apresentar antagônicas na Europa Pós-guerra: o fascismo e o comunismo.¹³⁴

Em meio a este tumultuoso cenário político, com a promulgação da Constituição de 1934, Getúlio Vargas foi eleito para dirigir o país de 1934 a 1938.

Entretanto, no curso do mandato de Vargas, surgiu no Brasil um grande embate entre a direita fascista, de um lado (em especial a *Ação Integralista Brasileira – AIB*), que pregava um Estado com bases autoritárias, e o movimento de esquerda, em outra mão, enaltecendo os ideais socialistas, comunistas e sindicalistas (destaca-se a formação, em 1935, da *Aliança Nacional Libertadora – ANL*).¹³⁵

¹³³ A sede do legislador da época em retomar para a União a competência de legislar sobre processo era tão intensa, que a própria Constituição de 1934 previu, em suas Disposições Transitórias, que deveriam ser formadas comissões para elaborar um projeto de Código de Processo Civil (art. 11).

BRASIL. **Constituição de 1934.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm Acesso em 07 de fevereiro de 2020, às 20:38hs.

¹³⁴ CASTRO, Flávia Lages de. 2017. Op. Cit., p. 467.

¹³⁵ Sobre a ANL, destacam-se, apenas para esclarecer a relevância da instituição, as falas de Marcos Costas, 2016, op. Cit., pp. 132 e ss: “Em 1935 foi fundada a ANL (*Aliança Nacional Libertadora*), que passou a fazer forte oposição a Getúlio. A intensificação do movimento resultará na tentativa de golpe contra o governo em 1935. Logo debelado, o episódio da Intentona Comunista (novembro de 1935) reverberará fortemente no que diz respeito a medidas repressivas e autoritárias do governo Vargas. No mesmo mês em que se cria a ANL, o Legislativo aprova a Lei

Em 11 de julho de 1935, o Governo brasileiro decidiu (arbitrariamente, para a maioria dos historiadores), fechar a *Aliança Nacional Libertadora* – ANL, por considerá-la ilegal com base na Lei de Segurança Nacional, cujo gatilho da crise foi o Manifesto lançado por Luís Carlos Prestes.

Em razão de um grande movimento instalado no Brasil em 1935, movimento este conhecido como *Intentona Comunista*,¹³⁶ Getúlio decretou o Estado de Sítio, e teve início, nesse momento, uma forte e insistente repressão ao comunismo, contando, inclusive, com o apoio da notória Polícia Especial.

Mais adiante, já com o apoio do Congresso Nacional, Getúlio Vargas conseguiu decretar o Estado de Guerra contra os comunistas.¹³⁷

Em 30 de setembro de 1937, os jornais brasileiros reportaram, em primeira página, que o Estado-Maior do Exército havia descoberto um plano comunista para tomar o Poder (*Plano Cohen*).¹³⁸ Foi esse o gatilho para que o Governo decretasse o golpe de estado sob a alegação de que estaria salvando e libertando o país do comunismo outrora instalado.

Apoiado pelos Generais Góis Monteiro, chefe do Estado-Maior do Exército, e Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra, assim como diante de uma segunda decretação de Estado de Guerra pelo Congresso, em 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas efetivou o golpe ditatorial, centralizando todo o poder em si.

de Segurança Nacional. (...). O programa da ANL era (...) liquidação dos latifúndios, cancelamento da dívida externa, nacionalização das empresas estrangeiras, salário mínimo e jornada de trabalho de oito horas. Em 13 de julho de 1935, depois de um discurso do presidente da ANL, Luís Carlos Prestes, defendendo esse programa, a ANL foi fechada e posta na clandestinidade. (...) Em março de 1936, Prestes e sua companheira, Olga, seriam capturados, e ela, alemã, extraditada para a Alemanha nazista, onde morreria num campo de concentração”.

¹³⁶ Ocorrida em Natal, Recife e no Rio de Janeiro, foi uma insurreição político militar que contava com o apoio do Partido Comunista brasileiro e de ex-tenentes – neste momento militares comunistas -, e que tinha o escopo de derrubar Getúlio Vargas e instalar o Comunismo no Brasil.

¹³⁷ O Congresso Nacional, percebendo as manobras de Vargas, impediu-o de renovar o Estado de Sítio. Para forçar a situação, surge um documento que continha um plano supostamente comunista, que tinha como finalidade o assassinato de personalidades a fim de tomar o poder (Plano Cohen).

¹³⁸ Vide o esclarecedor Texto “Plano Cohen”, disponível em <https://www.sohistoria.com.br/ef2/eravargas/p4.php> Acesso em 04 de maio de 2019, às 18:07hs.

Ainda em 10 de novembro de 1937, sob o argumento de que era necessário colocar um fim às agitações comunistas, Vargas decreta o fechamento do Congresso Nacional, anunciando uma nova Constituição:

“A gravidade da situação (...) está na consciência de todos os brasileiros. Era necessário e urgente optar pela continuação deste estado de coisas ou pela continuação do Brasil. Entre a existência nacional e a situação de caos, de irresponsabilidade e desordem em que nos encontrávamos, não podia haver meio termo ou temporização. Quando as competições políticas ameaçam degenerar em guerra civil, é sinal que o regime constitucional perdeu o seu valor prático, subsistindo apenas como abstração. A tanto havia chegado o país. A complicada máquina de que dispunha para governar-se não funcionava. Não existia órgãos apropriados através dos quais pudesse exprimir os pronunciamentos da sua inteligência e os decretos da sua vontade. Restauremos a Nação na sua autoridade e liberdade de ação: - na sua autoridade, dando-lhe os instrumentos de poder real e efetivo com que possa sobrepor-se às influências desagregadoras, internas ou externas, na sua liberdade, abrindo o plenário do julgamento nacional sobre os meios e os fins do Governo e deixando-a construir livremente a sua história e o seu destino”.

Diante do que Getúlio Vargas denominou de “*nascer da nova era*”, fora outorgada a Constituição de 1937,¹³⁹ texto este claramente influenciado por ideais autoritários e fascistas. Nesta oportunidade instalou-se a ditadura chamada de *Estado Novo*, que só teve seu fim em 1945, diante da redemocratização do Brasil (Constituição de 1945).¹⁴⁰

¹³⁹ BRASIL. **Constituição de 1937.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm Acesso em 19 de abril de 2019, às 17:31hs.

¹⁴⁰ Nota-se, do preâmbulo da Carta de 1937, que as desculpas para a edição da mesma estavam envoltas, sobretudo, em uma suposta agitação comunista que teria adentrado ao território nacional: “*Atendendo à legítimas aspirações do povo brasileiro, à paz política e social, profundamente perturbada por conhecidos fatores de desordem resultantes da crescente agravação dos dissídios partidários, que uma notória propaganda demagógica procura desnaturar em luta de classe, e da extremação ou conflitos ideológicos, fundados, pelo seu desenvolvimento natural, a resolver-se em termos de violência, colocando a Nação sob funesta iminência da guerra civil. Atendendo ao estado de apreensão criado no país pela infiltração comunista, que se torna dia a dia mais extensa e mais profunda, exigindo remédios de caráter radical e permanente (...)*”.

A Constituição de 1937, elaborada pelo jurista Francisco Campos, foi apelidada de *Polaca*, por conta da forte influência sofrida pela Constituição Polonesa fascista de 1935, imposta pelo então Marechal Josef Pilsudski.

Tem-se que o texto da referida Constituição já estava pronta, pelo menos desde o dia 7 de novembro daquele ano. Confira-se o que descreveu Vargas em seu diário nesse dia:

*“Recebi o deputado João Neves, os ministros do Trabalho, Fazenda, Guerra e Exterior, o senador Macedo Soares e, por fim, o dr. Francisco Campos, que trouxe já pronto o projeto da nova Constituição e a proclamação a ser lida, redigida por ele, de acordo com o esboço que fiz e as notas que lhe forneci (...)”.*¹⁴¹

Já no início de dezembro de 1937, todos os partidos políticos são extintos, pois, segundo Afonso Arinos de Melo Franco,¹⁴² *“o regime instalado a 10 de novembro era, por suas origens e seus fins, incompatível com partidos políticos. A imprensa dirigia a propaganda oficial do rádio, a opinião ortodoxa dos magnatas partidárias uma porção do relevo nas desgraças nacionais”.*¹⁴³

¹⁴¹ VARGAS, Getúlio. p. 82, v. 2.

¹⁴² FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **História e teoria dos partidos políticos no Brasil**. 3ª edição. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980. p. 74.

¹⁴³ Decreto do fim dos partidos: *“O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição de 1937; Considerando que, ao promulgar-se a Constituição em vigor, se teve em vista, além de outros objetivos, instituir um regime de paz social e de ação política construtiva; Considerando que o sistema eleitoral então vigente, inadequado às condições da vida nacional e baseado em artificiosas combinações de caráter jurídico e formal, fomentava a proliferação de partidos, com o fito único e exclusivo de dar às candidaturas e cargos eletivos aparência de legitimidade; Considerando que a multiplicidade de arregimentações partidárias, com o objetivos meramente eleitorais, ao invés de atuar com fator de esclarecimento e disciplina da opinião, serviu para criar uma atmosfera de excitação e desassossego permanentes, nocivos à tranquilidade pública e sem correspondência nos reais sentimentos do povo brasileiro; Considerando, além disso, que os partidos políticos até então existentes não possuíam conteúdo programático nacional ou esposavam ideologias e doutrinas contrárias aos postulados do novo regime, pretendendo a transformação radical da ordem social, alterando a estrutura e ameaçando as tradições do povo brasileiro, em desacordo com as circunstâncias reais da sociedade política e civil; considerando que o novo regime, fundado em nome da Nação para atender às suas aspirações e necessidades, deve estar em contato direto com o povo, sobreposto às lutas partidárias de qualquer ordem, independentemente da consulta de agrupamentos, partidos ou organizações, ostensiva ou disfarçadamente destinados à conquista do poder público, Decreta:*

Nota-se que, inobstante o regime autoritário instalado, na medida em que o Estado, centralizador que era, interferia diretamente na economia, acabou por propiciar importante crescimento nesse setor.¹⁴⁴

Perquirindo alcançar o apoio popular, a política desenvolvida nesse período foi denominada “*política populista*”, oportunidade em que se consolidaram as Leis do Trabalho (*Consolidação das Leis do Trabalho – CLT*) e importantes outros direitos sociais.

No âmbito da relevância do citado contexto político que envolvia o Brasil durante o Governo Vargas, que, obviamente, influenciou diretamente na elaboração do texto constitucional de 1937, não foi possível, assim como também ocorreu com a Carta Maior anterior, que se dispusesse de algum resquício do princípio da publicidade dos atos processuais.

Entretanto, entendemos que o Ordenamento Constitucional estava se preparando para receber tal garantia, pois, mesmo sendo um texto autoritário, a Constituição de 1937 trazia em seu bojo direitos e garantias individuais, tais como o “*direito de representação perante as autoridades em defesa de direitos ou de interesse*

Art. 1º. Ficam dissolvidos, nesta data, todos os partidos políticos. § 1º. São considerados partidos políticos, para os efeitos desta lei, todas as arregimentações partidárias registradas nos extintos Tribunal Superior e Tribunais Regionais da Justiça Eleitoral, assim como as que, embora não registradas em 10 de novembro do corrente ano, já tivessem requerido o seu registro. § 2º. São, igualmente, atingidas pela medida constante deste artigo, as milícias cívicas e organizações auxiliares dos partidos políticos, sejam quais forem os seus fins e denominações. Art. 2º. É vedado o uso de uniformes, estandartes, distintivos e outros símbolos dos partidos políticos e organizações auxiliares compreendidos no art. 1º.; Art. 3º. Fica proibida, até a promulgação da lei eleitora a organização de partidos políticos, seja qual for a forma de que se revista a sua constituição, ainda que de sociedades civis destinadas ostensivamente a outros fins, uma vez se verifique haver na organização o propósito próximo ou remoto de transformá-la em instrumento de propaganda de ideias políticas.; Art. 4º. Aos partidos políticos compreendidos no art. 1º é permitido continuarem a existir como sociedade civil para fins culturais, beneficentes ou desportivos, desde que o não faça com a mesma denominação com que se registraram como partidos políticos. (...); Art. 6º. As contravenções a esta lei serão punidas com pena de prisão de dois a quatro meses e multa de cinco a dez contos de réis. O julgamento será da competência do Tribunal de Segurança Nacional, e o processo, a ser organizado no regimento interno do mesmo Tribunal, seguirá o rito sumaríssimo”.

¹⁴⁴ LENZA, Pedro. 2014. Op. Cit., p. 123.

geral” (art. 122, 7º), a ausência de censura prévia (art. 122, 15) e a vedação ao anonimato (art. 122, 15, d).¹⁴⁵

De passagem, registramos que, no que toca ao Poder Judiciário, como era de se esperar de uma Constituição ditatorial, seus órgãos foram minorados, uma vez que a justiça federal foi extinta,¹⁴⁶ afastando o sistema duo do Judiciário inaugurado, no Brasil, com a Constituição de 1891, como já tratado.

3.2.7. Constituição de 1946.

Assunto de grande relevo ao surgimento da Carta de 1946 foi a Segunda Guerra Mundial, mais precisamente quando o Governo brasileiro declarou “ofensiva” aos países do *Eixo* entrando no confronto ao lado dos *Aliados*, o que resultou na criação da Força Expedicionária Brasileira (FEB).

A opção por entrar na Guerra ao lado dos *Aliados*, fez com que Getúlio Vargas perdesse grande apoio político e midiático, situação essa materializada na publicação do *Manifesto dos Mineiros*, assinada por intelectuais que apontavam a contradição entre a política interna e a externa¹⁴⁷ (24 de outubro de 1943).¹⁴⁸

Ora, como seria possível explicar um Estado ditatorial, recheado de características fascistas, que envia seus cidadãos para lutar e morrer contra o

¹⁴⁵ Nota-se que tais garantias têm cunho material e não processual. Entretanto, defronte uma Constituição autoritária, é de se considerar tais evoluções democráticas como caminhos abertos ao que futuramente se entenderia por princípio da publicidade processual.

¹⁴⁶ O Poder Judiciário passou a ser integral apenas pelo Supremo Tribunal Federal, pelos juízes e tribunais dos estados e do Distrito Federal e dos territórios, e de juízes e tribunais militares.

Nesse sentido, ver MARCOS, Rui de Figueiredo; MATHIAS, Carlos Fernando; NORONHA, Ibsen. 2018. Op. Cit., p. 426.

¹⁴⁷ Diz-se isso pois, ao aderir a Guerra ao lado dos Aliados, enfrentando-se, dessa forma, as ditaduras fascistas de Mussolini e Hitler, parecia natural que o fascismo fosse abolido da realidade brasileira, não se sustentando, internamente, a contradição de manter um Estado arbitrário com base em uma Constituição inspirada no modelo fascista e, externamente, lutar contra esse regime.

¹⁴⁸ LENZA, Pedro. 2014. Op. Cit., p. 130.

fascismo e em favor de ideais antiautoritários? Não havia como, era sobremaneira contraditório.

Além disso, Getúlio enviou para a Alemanha nazista a judia Olga Prestes em retaliação ao envolvimento político de seu marido, Júlio Prestes, presidente da ANL (Aliança Nacional Libertadora).

Em uma outra mão diametralmente oposta, o próprio Governo Vargas havia prometido alcançar a redemocratização brasileira quando acabasse a Segunda Guerra Mundial, mas, assim como várias outras promessas, esta também acabou por cair no esquecimento.

Entretanto, em 1945, com o fim da Segunda Grande Guerra, as agitações populares pela redemocratização do Brasil inflamaram-se pelo país.

Seguindo a representatividade do *Manifesto dos Mineiros*, outros documentos foram elaborados. E essa crise acabou por forçar Getúlio Vargas a assinar o *Ato Adicional* em 1945 (Lei Constitucional nº 9, de 28.02.1945),¹⁴⁹ que convocava eleições presidenciais e marcava o final do Estado Novo.¹⁵⁰

O Presidente Vargas, pretendendo permanecer no poder, após suposto “clamor popular”, ou “clamor de alguns”, candidatou-se, fazendo nascer um movimento chamado “*queremismo*”, que, em outras palavras, significava “queremos Getúlio”.¹⁵¹

¹⁴⁹ BRASIL. **Lei Constitucional nº 9 de 28 de fevereiro de 1945**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCT/LCT009.htm Acesso em 18 de abril de 2019, às 22:07hs.

¹⁵⁰ O referido Ato adicional à Constituição de 1937 era, na verdade, um Decreto indicativo do novo código eleitoral, que serviu para estabelecer, para o dia 2 de dezembro de 1945, eleições gerais para Presidente da República e para a Assembleia Constituinte, que seria encarregada de elaborar o novo texto constitucional (quinta Constituição do Brasil). Agendadas as eleições, novos partidos políticos surgiram, como, por exemplo, a UDN (União Democrática Nacional), o PSP (Partido Social Progressista), o PSD (Partido Social Democrático), o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), e outros ainda saíram da clandestinidade, como foi o caso do PCB (Partido Comunista Brasileiro). Ver Marcos Costa. 2016. Op. Cit., p. 137.

¹⁵¹ “‘Nós queremos Getúlio’ era o slogan que se ouvia por todas as partes do País, encabeçando o movimento ‘continuista’, cujo objetivo era conservar Getúlio no poder, com a fórmula divulgada,

No decorrer da campanha eleitoral, mais precisamente em 29 de outubro de 1945, Getúlio tentou substituir o chefe de polícia do Distrito Federal por seu irmão, Benjamin Vargas. Também nomeou João Alberto como Prefeito do Rio de Janeiro.

Esses atos políticos desembocaram na expulsão de Vargas do poder pelos Generais Gaspar Dutra e Góis Monteiro, sendo, assim, deposto pelas Forças Armadas.¹⁵²

Nessa quadra, as Forças Armadas Brasileiras convocaram o Executivo, que passou a ser dirigido pelo então Presidente do Supremo Tribunal Federal, o Ministro José Linhares, que governou o Brasil de 20 de outubro de 1945 até 31 de janeiro de 1946, momento em que assumiu como Presidente da República Federativa do Brasil o General Gaspar Dutra, eleito com mais de 55% de aprovação.¹⁵³

A Lei Constitucional nº 13, de 12 de novembro de 1945¹⁵⁴ forneceu ao Parlamento os poderes constituintes para elaborar uma nova Constituição.

Dessa forma, a Assembleia Constituinte fora instalada em 2 de fevereiro de 1946,¹⁵⁵ sendo o texto constitucional promulgado em 18 de setembro de 1946.¹⁵⁶

disfarçada em movimento democrático, apoiado pelo povo: 'Constituinte com Getúlio Vargas'". In CRETELLA JÚNIOR, José. 1990. Op. Cit., p. 27.

¹⁵² LENZA, Pedro. 2014. Op. Cit., p. 130.

¹⁵³ Não podemos deixar de citar: há quem diga que, na realidade, por Vargas não ter apresentado qualquer resistência à sua deposição do poder, estava-se diante de um jogo de cartas marcadas, pois os envolvidos, sejam aqueles que se retiravam, sejam aqueles que ingressavam no poder, desejavam que tudo continuasse como estava. Inclusive, não obstante a saída da clandestinidade dos partidos comunistas quando do Ato adicional que estabeleceu a data das eleições, o governo do Presidente General Gaspar Dutra acabou por implementar forte repressão ao comunismo, inclusive caçando, em 1947, o registro do Partido Comunista do Brasil (PCB) junto ao STE (Supremo Tribunal de Justiça). Ver Marcos Costa. 2016. Op. Cit., p. 138.

¹⁵⁴ BRASIL. **Lei Constitucional nº 13, de 12 de novembro de 1945.** Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicon/1940-1949/leiconstitucional-13-12-novembro-1945-364994-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 19 de abril de 2019, às 12:01hs.

¹⁵⁵ “A Lei Fundamental de 1946 não contou, como ponto de partida (ao contrário das Constituições de 1891 e de 1934), com algum anteprojeto. Teve, porém, uma grande comissão de constituintes, integrada por 37 membros, que foi incumbida da elaboração de um projeto de Constituição. O Constituinte (...) tomou como matriz a Constituição de 1891, ainda que incorporasse também

A constituição de 1946 surgiu para coroar o movimento de redemocratização do Brasil, culminando no ponto final do Estado totalitário varguista que vigorava desde 1930.

Ao contrário do texto anterior, a Constituição de 1946 resgatou os ideais liberais da Carta de 1891 e o viés social da de 1934.¹⁵⁷

Retomando-se, como visto, a democracia, não é de espantar-se que o texto de 1934 tenha carreado em seu bojo grandes avanços no que tocam os direitos e garantias individuais.

Ainda, pode-se dizer que, em que pese não ter trazido em seus longos 222 artigos um regramento específico e geral sobre o princípio da publicidade dos atos processuais, inovou ao assegurar aos brasileiros e estrangeiros residentes no País o direito ao Devido Processo Legal (artigo 141, §§ 20º, 25º e 27º), bem como o direito de ciência dos interessados acerca dos despachos e informações processuais, assim como a expedição de certidões (art. 141, § 36, incisos II e III).

Nota-se que, em que pese a inexistência de previsão acerca da garantia em estudo, o legislador de 1946 privilegiou algumas outras importantes garantias que eram capazes de afastar o desacerbado arbítrio do judiciário.

Dessa forma, dando continuidade à preparação do ordenamento jurídico brasileiro para uma legislação futura garantista, tal como feito pelo texto constitucional

inovações dos chamados direitos de segunda geração, introduzidos pela Constituição de 1934, em particular no que dispunha sobre proteção ao trabalho e aos trabalhadores, à ordem econômica, à educação e à família". In MARCOS, Rui de Figueiredo; MATHIAS, Carlos Fernando; NORONHA, Ibsen. 2018. Op. Cit., p. 451.

Frisa-se, nesse sentido, que "a *Ordem dos Advogados do Brasil* chegou a indicar uma lista de estudiosos em legislação para a elaboração de um anteprojeto, a tentativa tinha por objetivo substituir a estrutura autocrática imposta em 1937". Ver SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 92, *apud* CASTRO, Flávia Lages de. 2017. Op. Cit., p. 504.

¹⁵⁶ BRASIL. **Constituição de 1946**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm Acesso em 19 de abril de 2018, às 12:29hs.

¹⁵⁷ "A Carta magna de 1949 toma como paradigma o modelo delineado em nossa Primeira Constituição da República, conjugada com a orientação da Constituição de 1934". In CRETELLA JÚNIOR, José. 1990. Op. Cit., p. 9.

anterior, a Carta de 1934 previu institutos que permitiam uma publicidade simbólica e discreta, notadamente vinculada ao devido processo legal e à defesa dos direitos individuais.

Novamente, o direito de qualquer cidadão adentrar ao judiciário em processos dos quais não façam parte estava limitado àqueles procedimentos em que houvesse atos lesivos ao patrimônio da União, dos Estados, dos Municípios, das entidades autárquicas e das sociedades de economia mista:

Art. 141, § 8º. Qualquer cidadão será parte legítima para pleitear a anulação ou a declaração de nulidade de atos lesivos do patrimônio da União, dos Estados, dos Municípios, das entidades autárquicas e das sociedades de economia mista.

Apesar do momento histórico não ter propiciado que o texto constitucional contasse com uma ferramenta específica de controle externo do judiciário, os princípios e garantias acima arrolados demonstram que o ordenamento constitucional estava em um processo de preparação, ainda que vagaroso, para atingir o ápice da ciência processual através do controle externo do Poder Judiciário.

Não obstante isso, como será visto mais adiante, quando da produção do texto de 1946, a norma infraconstitucional (Código de Processo Civil de 1939) já havia previsto, pela primeira vez, ainda que de forma modesta, o princípio da publicidade dos atos processuais.

3.2.8. Golpe Militar de 1964.

O lapso temporal compreendido entre os anos de 1945 a 1964, período este apelidado por alguns historiadores como experiência democrática, foi uma verdadeira bomba prestes a ser detonada por um mínimo de turbulência política.¹⁵⁸

É que, de um lado havia o operariado urbano que desejava uma maior participação política e melhoria social em sua vida, e junto com eles uma massa ascendente de pobres que começaram a habitar as favelas urbanas (comunidades onde centralizavam pessoas de baixa renda); de outro lado havia a elite brasileira, acostumada a impor, com certa facilidade, a sua vontade; já no meio dessas duas grandes classes sociais, nasceu a chamada classe média, que não era nem pobre nem rica, mas que estava ansiosa para ascender ao consumo assim como a classe alta.

Lado outro, pela mentalidade militar incorporada pelas altas patentes denominadas Sourbonne Brasileira, para a Academia Militar das Agulhas Negras, os inimigos a quem as forças armadas deveriam combater eram os indivíduos e grupos internos que, com alcunha comunistas, pudessem pôr em risco a ordem do País.¹⁵⁹

Assim, sob o argumento de estar a serviço do comunismo internacional, em 31 de março de 1964, o então Presidente João Belchior Marques Goulart (Jango) foi deposto por um movimento eminentemente militar.¹⁶⁰

¹⁵⁸ Sobre esse momento de instabilidade política vivenciada pelo Brasil, ver CASTRO, Flávia Lages de. 2017. Op. Cit., p. 523.

¹⁵⁹ PAES, Maria Helena Simões. **A década de 60: rebeldia, contestação e repressão política**. 4ª edição. São Paulo: Ática, 2001. p. 41.

¹⁶⁰ Destaca-se, segundo Marcos da Costa, 2016. Op. Cit., p. 150, a “*cronologia sumária do golpe: No dia 13 de março de 1964, João Goulart profere um discurso na Central do Brasil (Rio de Janeiro) para cerca de 200 mil pessoas, em que prega a reforma agrária e a nacionalização das refinarias estrangeiras de petróleo que operavam no Brasil. No dia 31 de março, o General Olympio Mourão Filho é acionado. Havia sido ele também o responsável pelo falso Plano Cohen, que, como vimos, foi o motivo para a instituição do Estado Novo, em 1937. Tropas mineiras sob*

O movimento militar de 1964 não surgiu de uma hora para outra, e tampouco teve origem em uma preocupação dos militares com o destino da nação, mas foi, antes de tudo, o momento culminante e o desfecho de uma longa crise gerada pelas instabilidades institucionais que assolavam a nação brasileira desde 1930.¹⁶¹

Frisa-se que motivos que podiam ser interpretados como danosos à ordem do País não faltavam na véspera do Golpe de 1964, além de ter vivido o Brasil um momento difícil economicamente, conforme descreve Elio Gaspari:

*“Os investimentos estrangeiros haviam caído à metade. A inflação fora de 50% em 1962 para 75% no ano seguinte. Os primeiros meses de 1964 projetavam uma taxa anual de 140% maior do século. Pela primeira vez desde o fim da Segunda Guerra a economia registrara uma contração na renda per capita dos brasileiros. As greves duplicaram, de 154 em 1962, para 302 em 63. O governo gastava demais e arrecadava de menos, acumulando um déficit de 504 bilhões de cruzeiros, equivalente a um terço do total das despesas. Num país onde a tradição dava aos ministros da Fazenda uma média de vinte meses de permanência no cargo, Goulart dera pouco mais de seis meses a seus cinco ministros”.*¹⁶²

Instalava-se no Brasil, dessa forma, uma nova ordem revolucionária.

O General Costa e Silva, o Brigadeiro Francisco Correia de Melo e o Almirante Augusto Rademaker constituíram o chamado Supremo Comando da Revolução, e, em 09 de abril de 1964, elaboraram o Ato Institucional nº. 1,¹⁶³ que carregava em seu bojo inúmeras restrições à democracia.¹⁶⁴

seu comando deslocaram-se para o Rio de Janeiro. NO DIA 1º DE ABRIL DE 1964, João Goulart estava em Brasília e resolve que partiria para Porto Alegre, onde, diante das circunstâncias, poderia organizar alguma reação. Nesse ínterim, o presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, decreta a vacância de Jânio Quadros –, ao presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli. Não houve resistência em Porto Alegre. Jango realmente resolveu desistir e partiu para o exílio no Uruguai. Neste dia 1º de abril de 1964 foi instituído o regime militar no Brasil (...).”

¹⁶¹ CASTRO, Flávia Lages de. 2017. Op. Cit., pp. 523-524.

¹⁶² GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 48.

¹⁶³ “Atribui-se a Francisco Campos a redação quase que exclusiva do Ato Institucional (que, na séria, tomou o nº 1), ato esse em que se evidencia a preocupação de definir a conquista castrense do governo, como uma autêntica revolução (e não um golpe de Estado). Está no preâmbulo do Ato em destaque: ‘É indispensável fixar o conceito do movimento civil e militar que acaba de abrir

Em 1966, o governo resolveu publicar um projeto de Constituição escrito pelo Ministro da Justiça, Carlos Medeiros Silva, e pelos renomados juristas Francisco Campos, Levi Carneiro, Temístocles Cavalcanti e Orozimbo Nonato.

Nesse novo sistema revolucionário, o Congresso Nacional foi fechado em 1966. Contudo, diante dos protestos realizados pelo MDB (partido de oposição ao governo) e pela Arena, o governo militar reabriu e convocou o Congresso para discutir e votar a nova Constituição,¹⁶⁵ entre 12 de dezembro de 1966 e 24 de janeiro de 1967.

Segundo Pedro Lenza, cujo posicionamento nos filiamos, em que pese alguns autores entenderem que o texto de 1967 foi promulgado, nos termos do art. 1º, § 1º, do Ato Institucional nº 4/66, na verdade foi outorgado, pois, em razão do autoritarismo implantado pelo Comando Militar da Revolução, não possuía o Congresso Nacional, recentemente reaberto, liberdade para alterar substancialmente o novo Estado que se instaurava.¹⁶⁶

Ressalta-se que, embora a Constituição de 1967¹⁶⁷ existisse, em verdade o País era governado por Atos Institucionais e Complementares, com o escopo de consolidar a Revolução Vitoriosa que nasceu da necessidade de acabar com o comunismo interno. A Carta de 1967 era, dessa forma, um mero formalismo que buscava dar alguma legitimidade ao governo militar.

no Brasil uma nova perspectiva sobre seu futuro. O que houve e continuará a haver neste momento, não só no espírito e no comportamento das classes armadas, como na opinião pública nacional, é uma autêntica revolução'. E por que essa preocupação? Precisamente, para justificar a investidura no poder constitucional ou, mais precisamente, no poder constituinte originário". In MARCOS, Rui de Figueiredo; MATHIAS, Carlos Fernando; NORONHA, Ibsen. 2019. Op. Cit., p. 457.

¹⁶⁴ LENZA, Pedro. 2014. Op. Cit., p. 133.

¹⁶⁵ O Congresso Nacional foi reaberto nos termos do Ato Institucional nº. 4. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-04-66.htm Acesso em 1º de abril de 2020, às 19:55hs.

¹⁶⁶ É que: Como esta Constituição não foi elaborada por uma Assembleia Constituinte, muitos autores afirmam que ela foi outorgada. Porém, outros estudiosos afirmam que a aprovação por parte do Congresso Nacional já bastaria para caracterizá-la como promulgada. *In* LENZA. 2014. Op. Cit., p. 133.

¹⁶⁷ BRASIL. **Constituição de 1967.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm Acesso em 19 de abril de 2019, às 13:01hs.

Seguindo a mesma linha da Constituição de 1937, a Carta de 1967 concentrou todo o poder no ente federal, enfraquecendo os Estados e Municípios ao mesmo tempo que conferia amplos poderes à União.

Já no que toca a existência ou não de algum instituto correlato ao princípio da publicidade dos atos processuais, mais uma vez, sobretudo por se tratar de uma Constituição elaborada em tempos de crise, mais especificadamente de uma revolução ditatorial, direitos e garantias foram afastados,¹⁶⁸ de modo que não havia espaço para a evolução de princípios processuais (contudo, como se verá, a legislação infraconstitucional foi uma exceção ao período ditatorial, vez que o Código de Processo Civil de 1973 trouxe significativas e relevantes novidades no que toca aos princípios e garantias processuais).

Entretanto, com o intuito de demonstrar certa legitimidade à Carta, que inclusive foi aprovada pelo Legislativo, como já visto, o “legislador” de 1967 reproduziu alguns direitos fundamentais da legislação constitucional anterior, tais como o Devido Processo Legal (art. 150, §§ 12 e 15), que funciona, mais uma vez, como um ambiente propício para uma futura evolução processual, que terá início, como antecipado, com o CPC/73.¹⁶⁹

¹⁶⁸ “Apresentada no Congresso foi aprovado sem qualquer alteração (...). A Constituição de 1967 era nada mais que a de 1946, extraídos os pontos democráticos demais e incluídos os Atos Institucionais. Nesse sentido, o Executivo ganhou muito poder, inclusive para apurar crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social etc.(...). O Poder Executivo também interfere na questão legislativa sempre que considerar necessário e em matérias de segurança pública ou matéria financeira (...)”. In CASTRO, Flávia Lages de. 2017. Op. Cit., 542.

¹⁶⁹ “(...) a Constituição de 1967 agasalhou os direitos fundamentais clássicos de primeira geração (direitos e garantias individuais), ainda que privilegiando aspectos da segurança nacional, de par com direitos ditos de segunda geração”. In MARCOS, Rui de Figueiredo; MATHIAS, Carlos Fernando; NORONHA, Ibsen. 2019. Op. Cit., p. 462.

3.2.8.1. Emenda Constitucional nº 1, de 1969. Constituição de 1969?

Durante a chamada Ditadura Militar, e em meio a uma grave crise política (e mais do que isso, institucional)¹⁷⁰ mais precisamente em 17 de outubro de 1969, elaborou-se a Emenda Constitucional nº 1,¹⁷¹ que não foi subscrita pelo então Presidente da República Costa e Silva, pois este estava impossibilitado de fazê-lo por conta de graves problemas de saúde.

Porém, com a vigência do Ato Institucional nº 12 de 1969,¹⁷² iniciou-se um governo de Juntas Militares, o que permitia que, enquanto o então Presidente Costa e Silva estivesse afastado, governassem livremente os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar.

Por conta de seu tamanho, alguns constitucionalistas, como José Cretella Júnior,¹⁷³ entendem que a Emenda Constitucional nº 1, de 1969, trata-se, na verdade, de um novo texto constitucional. Lado outro, justamente por conta de uma possível falta de legitimidade, a maioria da doutrina brasileira defende não se tratar de uma Constituição.¹⁷⁴

Segundo pontua o constitucionalista Manoel Gonçalves Ferreira Filho, certo é que, “*em alguns setores as modificações foram de peso*”, pois o “*texto acentuou a tendência autoritária presente na Constituição de 1967*”, e, “*no plano político, o*

¹⁷⁰ MARCOS, Rui de Figueiredo; MATHIAS, Carlos Fernando; NORONHA, Ibsen. 2019. Op. Cit., p. 468.

¹⁷¹ BRASIL. **Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc01-69.htm Acesso em 19 de abril de 2019, às 13:45hs.

¹⁷² BRASIL. **Ato Institucional nº 12, de 1º de setembro de 1969**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-12-69.htm Acesso em 17 de março, às 23:15hs.

¹⁷³ Segundo o reconhecido constitucionalista, “*preferimos denominar de Constituição a Carta Constitucional de 1969, tantas foram as alterações feitas, no texto emendado de 24 de janeiro de 1967, pela Junta Militar integrada por Augusto Hamann Rademaker Grunewald, Aurélio de Lyra Tavares e Márcio de Souza Mello. Ao passo que o texto emendado de 1967 é composto de 189 artigos, a emenda de 1969 é composta de 217 artigos*”. In CRETELLA JÚNIOR, José. 1990. Op. Cit., p. 45.

¹⁷⁴ Nesse sentido, ver MIRANDA, Pontes de. **Comentários à Constituição de 1967 com a Emenda nº 1 de 1969**. Vol. II. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

característico e mais saliente da EC n.º 1 é a desconfiança, senão a hostilidade contra o Congresso Nacional".¹⁷⁵

Nessa quadra, mesmo com essa grande Emenda Constitucional, o governo militar não se desincumbiu de produzir qualquer instituto análogo ao princípio da publicidade dos atos processuais, limitando-se a privilegiar, nos moldes anteriores, os direitos e garantias fundamentais.

Acreditamos que não era crível esperar algo diferente, pois, como visto, o cenário era de incertezas e hostilidades relativas à relação existente entre Governo Militar e Congresso Nacional, sendo essa, em suma, a preocupação quando da edição da Emenda Constitucional nº 1 ora retratada.

Em outra mão, quando do governo do Presidente Geisel, baixou-se o denominado Pacote de Abril de 1977, que dissolveu o Congresso Nacional e editou 14 emendas e 06 decretos.

A partir desse momento teve início o processo de redemocratização do Brasil que ascenderia durante a presidência de João Figueiredo (1979/1985), o qual teve a missão de colocar um ponto final no governo militar.

3.2.9. Constituição de 1988.

A partir do último ano de governo do Presidente General Ernesto Geisel, em 1978, os movimentos populares democráticos começaram a ressurgir no Brasil, de um modo um tanto quanto mais intenso que outrora.

O início deu-se em São Paulo, com as greves dos metalúrgicos, nas quais aproximadamente cem mil operários, em um ato simbólico, cruzaram os braços exigindo uma melhor remuneração.

¹⁷⁵ FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Comentários à Constituição Brasileira**. 5ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 1984. p. 33.

Em que pese a existência de legislação infraconstitucional que proibia a realização de greves, e apesar de vários líderes sindicais terem sido presos, este foi o primeiro indício que o Brasil vislumbrou de uma possível resistência.¹⁷⁶

Com o crescente descontentamento popular com os fatos vislumbrados durante a ditadura, sobretudo com as várias mortes e desaparecimento de opositores do governo, jornalistas e operários, a cúpula militar não tinha mais alternativas a serem tomadas para se evitar a redemocratização do Brasil.¹⁷⁷

Com o início das campanhas pelas eleições diretas para Presidente, intituladas “Diretas Já”, nos últimos meses de 1983, chegando ao seu auge em abril de 1984, com a Proposta de “Emenda Constitucional Dante de Oliveira”,¹⁷⁸ o governo ditatorial viu-se ainda mais encurralado.¹⁷⁹

Em 15 de janeiro de 1985, o Colégio Eleitoral, após mais de 20 anos de ditadura militar, elegeu, por meio de voto indireto, um civil para o cargo de Presidente, o político de carreira Tancredo Neves, mineiro da cidade de São João Del Rei, sob a promessa de estabelecer a Nova República, respeitando as ideologias da democracia e do bem-estar social.

Entretanto, na véspera de sua posse, o Presidente eleito Tancredo Neves acabou por contrair uma grave doença, vindo à óbito sem antes tomar posse. Pelo

¹⁷⁶ CASTRO, Flávia Lages de. 2017. Op. Cit., p. 559.

¹⁷⁷ Segundo Marcos Costa. 2016. Op. Cit., p. 164, “*João Figueiredo assume no dia 15 de março de 1979. E, como não há mal que dure para sempre, em 15 de agosto dá o primeiro passo para o fim da ditadura militar no Brasil com a Lei da Anistia. (...) nesse mesmo final dos anos 1970 tem início uma séria de greves e movimentos de operários em função da forte inflação verificada no período, que corrompia os salários. Era o início da abertura política. Os políticos, intelectuais e artistas que se encontravam exilados voltaram, e os partidos políticos ressurgiram, entre eles o PDT, o PMDB, o PT e o PTB. O próximo passo seria a luta pelas eleições diretas (...) que estavam suspensas desde 1965*”.

¹⁷⁸ SENADO FEDERAL. **Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 1983**. Disponível em <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/18035> Acesso em 19 de abril de 2019, às 08:08hs.

¹⁷⁹ Com o intuito de intimidar os parlamentares que votariam a emenda das denominadas Diretas Já, o Governo militar decretou medidas de emergência no Distrito Federal, nomeando o General Newton Cruz para executá-las. Com o clima de medo que assolava os Parlamentares, os governistas derrotaram a emenda.

ocorrido, seu vice, José Ribamar Ferreira de Araújo Costa (José Sarney), assumiu a presidência do Brasil, tornando-se, de fato, o primeiro presidente civil desde o movimento militar de 1964.

Embora não tenha efetivamente tomado posse, em homenagem ao falecido Tancredo Neves foi publicada a Lei nº 7.465/86,¹⁸⁰ que incluiu o seu nome na Galeria dos que foram ungidos pela Nação brasileira para a Suprema Magistratura, ou seja, passou a figurar na seleta galeria dos Ex-Presidentes da República.

Uma vez que Tancredo Neves foi eleito defendendo a elaboração de uma nova Constituição, José Sarney, considerando o compromisso assumido pela Aliança Democrática, instituiu, por meio do Decreto nº 91.450 de 1985,¹⁸¹ uma Comissão Provisória de Estudos Constitucionais para tanto. Pode-se dizer que o governo Sarney foi a solidificação da transição entre o antigo regime militar e a Nova República.¹⁸²

No entanto, essa Comissão, presidida por Afonso Arinos, teve o anteprojeto entregue em 26 de setembro de 1986 rejeitado pelo então Presidente José Sarney, uma vez que optava pelo sistema parlamentarista, o que, obviamente, diminuía os poderes do Presidente da República.

Com a formação de uma nova Assembleia Nacional Constituinte (1º de fevereiro de 1987),¹⁸³ agora sob a liderança do Ministro do Supremo Tribunal Federal, José

¹⁸⁰ BRASIL. **Lei nº 7.465, de 21 de abril de 1986.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L7465.htm Acesso em 19 de abril de 2019, às 12:32hs.

¹⁸¹ BRASIL. **Decreto nº 91.450, de 18 de julho de 1985.** Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91450-18-julho-1985-441585-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 19 de abril de 2019, às 12:41hs.

¹⁸² LENZA, Pedro. 2014. Op. Cit., p. 141.

¹⁸³ “*Em sua essência, tem-se que a Assembleia Constituinte de 1987 demonstrava a heterogeneidade das forças nacionais e a fragilidade dos elos entre sociedade e partidos políticos, à exceção do Partido dos Trabalhadores que, por sua origem, tinha possibilidade de estabelecer essa ligação*”. In MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virginia Maria. **História do Brasil Recente: 1964-1992.** 4ª edição. São Paulo: Ática, 2001. p. 90.

Carlos Moreira Alves,¹⁸⁴ em 5 de outubro de 1988 foi promulgada a nova e, até então vigente, Constituição do Brasil, redemocratizando, assim, o país.¹⁸⁵

Impera-se mencionar que, conforme dispõe o Preâmbulo da Constituição Federal de 1988, foi instituído um Estado Democrático de Direito,¹⁸⁶ destinado a assegurar os seguintes valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias: a) o exercício dos direitos sociais e individuais; b) a liberdade; c) a segurança; d) o bem-estar; e) o desenvolvimento; f) a igualdade; e, g) a justiça.¹⁸⁷

O Brasil, com a promulgação da Constituição de 1988, entra, definitivamente, no rol dos países democráticos, firmando-se como Estado de Direito ou Estado

¹⁸⁴ “No dia 1º de fevereiro de 1987, na sede do Congresso Nacional, às 16 horas, sob a direção do Presidente do Supremo Federal, Professor e Ministro José Carlos Moreira Aves, que instalou a sessão de abertura e pronunciou longo e erudito discurso de trinta e cinco minutos, anunciando ao povo brasileiro o novo momento da história constitucional do País. Compunham a Mesa, além do orador, o Presidente da República, José Sarney, o Deputado Ulysses Guimarães, o Senador Humberto Lucena, este último eleito, no mesmo dia, Presidente do Senado”. In CRETELLA JÚNIOR, José. 1990. Op. Cit., p. 63.

¹⁸⁵ **BRASIL. Constituição de 1988.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm Acesso em 19 de abril de 2019, às 12:50hs.

¹⁸⁶ Segundo o Planalto Nacional, “com a premissa de que todo o poder emana do povo prevista na Constituição Federal de 1988, a nação brasileira enquadra-se na categoria de Estado Democrático de Direito. Suas principais características são soberania popular; da democracia representativa e participativa; um Estado Constitucional, ou seja, que possui uma constituição que emanou da vontade do povo; e um sistema de garantia dos direitos humanos. Como o nome sugere, a principal ideia da categoria é a democracia. Esse conceito está explícito e explicado no primeiro artigo da Constituição Federal de 1988. Está na Carta Magna: “Todo o poder emana do povo (isso significa que vivemos em uma República), que o exerce por meio de representantes eleitos (esses são os termos de uma democracia indireta, por meio das eleições de vereadores, prefeitos, governadores, deputados, senadores e presidentes) ou diretamente, nos termos desta Constituição (este trecho estabelece que, no Brasil, também funciona a democracia direta, em que o povo é o responsável direto pela tomada de decisões)”. Disponível em <http://www2.planalto.gov.br/mandatomicheltemer/acompanhe-planalto/noticias/2018/10/entenda-o-que-e-o-estado-democratico-de-direito> Acesso em 03 de abril de 2019, às 20:33hs.

¹⁸⁷ “Essa lei das leis, na linha mais avançada do constitucionalismo contemporâneo, agasalha os direitos fundamentais ditos de terceira geração ou, mais precisamente, os direitos coletivos, os de solidariedade social e os interesses difusos, sem descurar, naturalmente, das garantias e direitos clássicos, tantos os individuais quanto os sociais”. In MARCOS, Rui de Figueiredo; MATHIAS, Carlos Fernando; NORONHA, Ibsen. 2018. Op. Cit., p. 477.

democrático de Direito.¹⁸⁸ Destacamos, a propósito, que o Estado de Direito é um modelo de Estado regido pela razão em que se deve buscar eliminar o arbítrio do poder através da existência de uma ordem jurídica preestabelecida e dotada de garantias inerentes a essa ordem, tais como a legalidade¹⁸⁹, o contraditório, a ampla defesa, a própria publicidade dos atos processuais etc.¹⁹⁰

Além do mais, posto que se trata de um texto democrático e liberal, a Constituição de 1988, que sofreu forte influência da Constituição Portuguesa de 1976,¹⁹¹ foi a que apresentou maior legitimidade popular.¹⁹²

¹⁸⁸ CRETELLA JÚNIOR, José. 1990. Op. Cit., p. 69.

¹⁸⁹ Nas palavras de René David acerca da legalidade como limitador do arbítrio do poder, “nas condições do mundo moderno e também por razões de ordem filosófica e política, considera-se hoje, de modo geral, nos países de família romano-germânica, que a melhor maneira de se chegar às soluções de justiça, que o direito impõe, consiste, para os juristas, em procurar apoio nas disposições de lei (...)”, na medida em que, “pelo rigor da redação que ela comporta, parece ser a melhor técnica para enunciar regras claras, numa época em que a complexidade das relações sociais obriga a conferir prioridade, entre os elementos de uma solução justa, às preocupações de precisão e clareza”. In DAVID, René. *Grandes Sistema Jurídicos Contemporâneos*. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2002. p. 120. **Apud** BESERRA, Fabiano Holz. **Limites Constitucionais ao Arbítrio Judicial**. Rio Grande do Sul: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2005. p. 7.

Segundo o il. Professor Doutor António Pedro Barbas Homem, 2001, op. Cit., p. 267, desde o “(...) pensamento filosófico das Luzes, o poder de julgar deve ser um poder nulo e os juízes pessoas fungíveis, no sentido da indiferença de quem julga para quem é julgado. Deste modo, a subordinação à lei é entendida também como um modo de garantir a independência e a imparcialidade dos juízes”. Segundo o referido Professor, “ficam assim identificados os pressupostos doutrinários da concepção liberal democrática de lei: (...) (iii) a lei como garantia dos direitos individuais contra o arbítrio do poder”.

¹⁹⁰ BESERRA, Fabiano Holz. 2005. Op. Cit., p. 7.

¹⁹¹ Segundo Mário Júlio de Almeida Costa. 2019. Op. Cit., p. 589, “na longa jornada de descontinuidades do constitucionalismo português, à ruptura institucional de 1974, seguiu-se a Constituição de 1976, em que avultava uma natureza programática e compromissória. Reflectiu uma concepção democrática do Estado, com uma feição em parte hoje diversa da que apresentou à nascença fruto de revisões ulteriores. Os parâmetros da nova ordem política que, sobretudo, interessa aqui salientar reconduzem-se à especial atenção prestada aos direitos fundamentais e ao reforço de fiscalização prestada aos direitos fundamentais e ao reforço de fiscalização da constitucionalidade”.

Nessa mesma linha, o renomado constitucionalista português Jorge Miranda, detalha relações existentes entre o constitucionalismo brasileiro e português observando que: “Tem havido uma constante interação dos constitucionalismos brasileiro e português: a nossa Carta Constitucional de 1926 decalca a Constituição brasileira de 1824 e a primeira Constituição republicana portuguesa, de 1911, recebeu vários institutos da primeira Constituição republicana brasileira de 1891, tal como o modelo autoritário e corporativo da Constituição de 1933 deixou fortes marcas na

No que toca ao problema posto pelo presente trabalho, a Constituição de 1988, até mesmo por colocar o Brasil no rol dos Estados Democráticos de Direito, foi a que, desde a Carta de 1824, ou seja, 164 anos depois, reintroduziu expressamente o instituto da publicidade dos atos processuais no Ordenamento Constitucional brasileiro, trazendo, em seu bojo, norma clara e abrangente tratando do assunto como nunca antes na história constitucional do país.

Entendemos que era de se esperar que a Constituição que redemocratizaria o Brasil trouxesse norma específica acerca da publicidade dos atos processuais, até mesmo porque, como visto ao longo do estudo do histórico das constituições anteriores, o constitucionalismo brasileiro estava a preparar-se para tal. Pode-se perceber dos tópicos anteriores, que mesmo sem norma expressa nesse sentido, os textos ultrapassados traziam, de forma tímida e fragmentada, mas frequente, pequenos apontamentos de direitos que poderiam suportar aquele em estudo, como, por exemplo, o devido processo legal constante das cartas de 1946 (art. 141, §§ 22º, 25º e 28º) e 1967 (art. 150, §§ 12º e 15º), e a viabilidade de acesso ao processo, por terceiros interessados, em casos específicos (art. 141, § 26, incisos II e III, da Constituição de 1946).

Rememora-se que, durante a vigência dos atos institucionais, portanto antes da promulgação do texto de 1988, o direito processual brasileiro ainda não era visto sob a ótica constitucional, uma vez que até então estava em vigor uma Constituição outorgada, cunhada por um contexto predominantemente autoritário e que pregava a necessidade de uma segurança nacional.¹⁹³

*Constituição de 1937. Não admira, por isso, que a Constituição portuguesa atual, tanto por razões de ordem cultural quanto por razões de imediata ordem política, tenha sido uma das fontes da nova Constituição do Brasil". In MIRANDA, Jorge. **Revista Brasileira de Direito Comparado**. Rio de Janeiro: Instituto de Direito Comparado Luso-brasileiro, editora Forense, 1990. pp. 27-38.*

¹⁹² Não obstante sua carga social, nem tudo são flores, pois há autores que entendem ser o texto de 1988 prolixo. Inclusive, chamou a Constituição de 1988 "Política silogística", Joaquim Nabuco (Jornal Gazeta Mercantil, 17 de março de 1990).

¹⁹³ Entretanto, com o advento da Carta de 1988, o pensamento jurídico tornou-se a ideia de que a Constituição agora era a norma fundamental do Estado e, com ela, todo o ordenamento jurídico devia se confirmar. Dessa forma, a Constituição realizaria três tarefas fundamentais: a) integração, estabelecendo a unidade do Estado, regulando o conflito de interesses que o forma; b) função de organização da ação dos órgãos estatais constituídos com a função da formação e conservação

Porém, com o advento da Carta democrática de 1988, esse cenário mudou. Transcreve-se o normativo constitucional que prevê expressamente a publicidade dos atos processuais:

Art. 93, IX. Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação;

Art. 5º. Inc. LX - a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem;

Com o advento da normalidade democrática brasileira, a Constituição Federal de 1988 consagrou o princípio da publicidade dos atos processuais como um direito fundamental¹⁹⁴ e como um princípio constitucional,¹⁹⁵ que, antes, como se verá, era assegurado apenas pela legislação ordinária.¹⁹⁶

Ainda, destacamos que o art. 93, IX, da CF, também previu a regra de que os processos e os atos processuais são de conhecimento público para que tal norma funcionasse como uma ferramenta garantidora da fiscalização externa das ações dos magistrados e dos coadjuvantes da relação jurídico-processual. Nesse sentido, confere-se a todos os integrantes da sociedade o direito de compulsar livremente os atos processuais, não somente para que tenham acesso às informações que sejam de seu interesse, mas também de modo profilático e

da unidade política; e, c) direção jurídica (função diretiva e jurídica = dotar os direitos fundamentais de força vinculante para todo o ordenamento jurídico). In JÚNIOR, Nelson. **Princípios do Processo na Constituição Federal**. 11ª edição. São Paulo: RT, 2013. p. 42.

¹⁹⁴ Ver art. 5º, LX, da Constituição Federal de 1988.

¹⁹⁵ Ver art. 93, IX, da Constituição Federal de 1988.

¹⁹⁶ Art. 155, do Código de Processo Civil de 1973, art. 972, do Código de Processo Penal de 1941, e art. 770, da Consolidação das Leis do Trabalho, de 1943.

educativo, uma vez que o serviço jurisdicional é de interesse público, não se limitando às pretensões individuais das partes que se encontram em conflito.¹⁹⁷

Nesse contexto, não podemos deixar de lado que a existência do processo em si não intranquiliza somente o autor e o réu. Mais do que isso, o conflito de interesses que envolve membros de uma determinada comunidade é capaz de retirar a tranquilidade de todas as demais pessoas daquela sociedade, sobretudo pelos efeitos que podem advir dos aspectos econômico e moral da controvérsia, diante da potencialidade de obstar a circulação de riquezas (em uma visão puramente econômica), prejudicando a via empresarial da sociedade, por exemplo. Todas essas circunstâncias são capazes de comprovar a necessidade de garantir que o processo seja marcado pela regra da publicidade.¹⁹⁸

Segundo Leonardo Greco, a publicidade é uma das mais importantes garantias existentes em um processo verdadeiramente democrático, por ser o único instrumento eficaz empunhado pela sociedade de *“controle social sobre a exação dos juízes, ao mesmo tempo em que é importante garantia para as partes, funcionando como um verdadeiro freio ao arbítrio do julgador, vez que os seus atos podem ser presenciados por pessoas do povo”*.¹⁹⁹

Assim, pode-se dizer do conjunto de informações que colocamos no presente capítulo, que, nos ditames da Carta Constitucional brasileira em vigência, a publicidade designa um conjunto de meios que permitem a informação ao público da existência, desenvolvimento e conclusão de uma instância jurisdicional, tornando-se, por sua vez, uma garantia, tanto de controle da atividade dos juízes, como também uma garantia do jurisdicionado contra o possível arbítrio do Poder Judiciário. A publicidade verificada com a Constituição de 1988 busca evitar os impropérios que o segredo de justiça pode causar.

¹⁹⁷ MONTEGEGRO FILHO, Misael. 2008. Op. Cit., pp. 211-213.

¹⁹⁸ MONTEGEGRO FILHO, Misael. 2008. Op. Cit., pp. 211-213.

¹⁹⁹ GRECO, Leonardo. **Instituições de Processo Civil. Introdução ao direito processual civil.** 2ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2010. Vol. I. p. 566.

Devemos lembrar, ainda, que o fato dos julgamentos definitivos de mérito proferidos pelo Poder Judiciário alcançarem um grau de estabilidade que não se verifica em outros atos estatais,²⁰⁰ aliado a irreversibilidade externa dos atos jurisdicionais que não enfrenta controle de outro poder (diferentemente do que ocorre com os Poderes Legislativo e Executivo),²⁰¹ acaba por atrair a imprescindibilidade de formação da opinião pública que será viabilizado pela publicidade externa dos atos processuais.

Ademais, temos que o princípio da publicidade dos atos processuais também serve, no viés ora estudado, como uma projeção da garantia constitucional do direito à informação, expressa no art. 5º, inciso XIV,²⁰² da Constituição de 1988.²⁰³

Em que pese a regra geral ser a publicidade dos atos processuais, não se está diante de uma publicidade desregulada ou desacerbada, de forma a transmitir informações processuais desenfreadamente. Pelo contrário, o próprio texto constitucional de 1988 deixa expressamente consignado que há hipóteses, a serem previstas por lei, em que deve imperar o segredo de justiça: “*a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem*”.²⁰⁴ Assim, além de confirmar a regra da publicidade, a mesma via legislativa trata das exceções em que deverá ser observado o segredo.

²⁰⁰ BESERRA, Fabiano Holz. 2005. Op. Cit., p. 9.

²⁰¹ Segundo o entendimento de Daniel Francisco Mitidiero, a jurisdição, em mão oposta do que acontece em relação aos Poderes Executivo e Legislativo, não têm seus atos sujeitos a revisão por entes externos. Segundo entendimento literal do referido autor, “*a irreversibilidade externa consiste simplesmente no fato de que é à jurisdição que cabe dar a última palavra sobre as situações colocadas ao seu exame (...)*”. In MITIDIERO, Daniel Francisco. **Comentários ao Código de Processo Civil**. Vol. I. São Paulo: Memória Jurídica editorial, 2004. p. 53.

²⁰² XIV – é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

²⁰³ DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de direito processual civil**. 6ª edição. São Paulo: Malheiros, 2009. Vol. I. p. 240.

²⁰⁴ Art. 5º, inciso LX, da Constituição de 1988.

Podemos dizer, portanto, que a regra geral é a publicidade dos atos processuais. Porém, existem duas exceções à essa regra, sendo a primeira ressalva constitucional a defesa da intimidade.

A intimidade está diretamente ligada à vida privada, que seria, na concepção de Jean Rivero, a esfera de cada existência onde ninguém pode penetrar sem ser convidado. Liberdade à vida privada seria, nesse contexto, o reconhecimento, em proveito individualizado, do âmbito de atividades do sujeito que lhe é própria, e que o titular dessa zona tem o direito de proibir acesso a quem julgar conveniente.²⁰⁵

Considerando a primeira barreira constitucional, se estiver em jogo a intimidade do sujeito processual, *“deixará o ato processual de ser público para ser íntimo, privado, correndo o processo em segredo de justiça, quer no juízo cível, quer no juízo criminal”*.²⁰⁶

Segundo José Cretella Júnior, a expressão defesa da intimidade, para a finalidade ora estudada, recebe um sentido de resguardo da vida íntima, de proteção quanto a terceiros. Dessa forma, o litigante pode solicitar, do Poder Judiciário, que os atos processuais sejam mantidos em segredo para resguardar questões pessoais concernentes ao decoro, à honra, à vida íntima das partes.²⁰⁷

A primeira exceção trazida pelo texto constitucional busca evitar que, em ações, por exemplo, de anulação de casamento ou de separação judicial, em que existem determinados fatos de conhecimento único do casal, que tais informações sejam divulgadas, por que se o fossem, trariam às partes e às suas famílias prejuízos irreparáveis em todas as ordens.

Por essa razão, o legislador constitucional elegeu a defesa da intimidade como direito subjetivo do ofendido que se ergue, como primeira exceção, ao princípio, também constitucional, da publicidade dos atos processuais.

²⁰⁵ RIVERO, Jean. **Les Libertés Publiques**. Vol. II. Paris, 1977. p. 66.

²⁰⁶ CRETELLA JÚNIOR, José. 1990. Op. Cit., p. 549.

²⁰⁷ CRETELLA JÚNIOR, José. 1990. Op. Cit., p. 549.

Uma segunda situação que excepciona a publicidade dos atos processuais é a verificação do interesse social.

Ao passo que a primeira restrição ao princípio pesquisado tem por titular o particular e a sua família, a segunda tem como único titular o Estado. A situação capaz de amoldar-se ao conceito de interesse social deve ser apreciada caso a caso, de acordo com a potencial ofensividade à coletividade e aos planos estatais.

Quando se fala em interesse social, a doutrina faz uma ligação à ideia de interesse público – de prevalência da preservação do interesse público sobre a publicidade externa, geral.

O interesse social, ou melhor, interesse público, como dito, deve ser avaliado caso a caso. Porém, podemos exemplificar situações aptas a justificar o processo sob o segredo de justiça, como, por exemplo, os casos que envolvem questões de Estado, de natureza estratégica, demandas cuja publicidade possa comprometer a segurança nacional e a manutenção da ordem pública etc.²⁰⁸

Por outro lado, como já dito, com o advento da redemocratização do Brasil a norma processual ordinária passou a ser interpretada de acordo com os princípios constitucionais, razão pela qual a aplicabilidade do princípio da publicidade dos atos processuais (1988) será retomada ao tratarmos dos Códigos Processuais no próximo tópico (Códigos processuais de 1973 e 2015).

²⁰⁸ Nesse sentido, ver ABDO, Helena Najjar. Op. Cit., p. 2.902 e GOMES DA CRUZ, José Raimundo. Segredo de Justiça. In **Revista Justitia**. Vol. 110. Julho-setembro, 1980. pp. 154-165.

3.3. Códigos Processuais Cíveis Brasileiros.

Em que pese a indiscutível relevância do estudo da história geral do Processo Civil,²⁰⁹ o presente trabalho dedica-se, como já dito, à análise regionalizada do tema, atendo-se, dessa forma, à evolução da legislação editada no Brasil a partir do movimento de Independência.

Entretanto, no que toca à história geral, não é demasiado custoso rememorar, para um melhor aproveitamento da pesquisa, que, em que pese os gregos terem apresentado sinais de um processo civil rudimentar, uma vez que já conheciam as figuras dos juízes e dos tribunais,²¹⁰ assim como também ocorrera com os egípcios, considera-se que o surgimento histórico das leis processuais deu-se, em verdade, com a civilização romana.

Da fundação de Roma até o ano de 149 a.C., compreendeu-se o primeiro período do processo civil romano. A esse período, denominado *LEGIS ACTIONES*,²¹¹

²⁰⁹ Sobre a ciência do Direito Processual e sua Origem Próxima, ver DIAS, Rosana Josefa Martins. **Proteção ao Processo**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1994. pp. 29 e ss.

²¹⁰ Não podemos deixar de lado a importância dos gregos para o Direito Processual, até mesmo porque, conforme salienta Nicola Picardi *apud* Leonardo Greco, o princípio do contraditório tem origem grega. Ver GRECO, Leonardo. In **Revista Dialética de Direito Processual**. Nº 24, março de 2005. p. 71.

²¹¹ O período denominado “*LEGIS ACTIONES*”, - fase considerada a mais antiga dos períodos processuais civis romano –, também referenciado como “Período Primitivo”, compreende o período entre a fundação de Roma (754 a.C.) até o ano de 149 a.C. Tal momento histórico ficou conhecido como das *Legis Actiones* (ações das leis) por relacionar-se com a famosa Lei das XII Tábuas (450 a.C.), oriunda do mais antigo direito. Nota-se que o procedimento nessa fase era eminentemente formal e solene, sendo obrigatório o transcurso de um ritual específico. O procedimento manifestava-se oralmente e em duas fases: *in iure* e *in iudicio*. A primeira etapa (*in iure*) desenvolvia-se perante o magistrado, que concedia ou não a ação. Já a segunda fase (*in iudicio*), corria diante de um árbitro ou de jurados, oportunidade em que se produziam as provas e, logo após, a sentença era proferida. Esse árbitro não era um servidor estatal, e, em todo o procedimento, as partes deviam postular pessoalmente, uma vez que não havia a figura do advogado. Sobre essa fase, ver HESPANHA, Antônio Manuel. **Panorama Histórico da Cultura Jurídica Europeia**. Portugal: Publicações Europa-América, 1997. p. 77.

seguiu o FORMULÁRIO,²¹² que se estendeu até ao ano de 200 d.C., quando teve início, então, o período da COGNITIA EXTRAORDINARIA.²¹³

Mais adiante, deparando-se com o enfraquecimento da unidade política romana²¹⁴ em razão da invasão dos bárbaros, o processo romano foi, aos poucos, modificando-se por força da infiltração de princípios processuais germânicos, formando-se, desse modo, o chamado processo romano-barbárico, que vigorou até o período feudal (ano 1000).²¹⁵

²¹² Estende-se do ano 149 a.C. até o séc. II d.C., o denominado Período Formulário. Os procedimentos romanos das *legis actiones* e o *ius civile* só se aplicavam aos cidadãos romanos. Entretanto, aos estrangeiros, cada vez mais presentes no território romano, começaram a ser aplicadas novas fórmulas, que lhes eram dadas pelo Pretor Peregrino para que comparecessem perante de um juiz. Este deveria conhecer os fatos e, ao final, estabelecer uma sentença. Esse novo sistema, com o tempo, passou a ser aplicado, também, ao povo romano. No sistema Formulário, o procedimento permaneceu dividido em duas fases: *in iure* e *in iudicio*. A primeira fase (*in iure*) desenrolava-se diante de um Pretor, que concedia ou não a ação e entregava a fórmula escrita apropriada ao caso. Na segunda fase (*in iudicio*), desenvolvida perante um árbitro ou colégio de juízes, ocorria o julgamento e a elaboração da sentença. Destaca-se que, na fase do Formulário, todo o procedimento desenvolvia-se oralmente, com exceção da fórmula, que era escrita. A obrigatoriedade das sentenças não vinha da autoridade do juiz, uma vez que este não era servidor estatal, mas da convenção entre as partes quando da anuência para com a fórmula, oportunidade em que ambos concordavam em cumprir com o que viesse a ser decidido pelo árbitro. A figura do advogado começou a fazer-se presente e os princípios do contraditório das artes e do livre convencimento do juiz passaram a ser observados.

Acerca do livre convencimento do julgador, reportemo-nos, mais uma vez, às palavras de HESPANHA, Antônio Manuel, 1997. Op. Cit., p. 78: “atribui ao pretor a possibilidade de redigir uma fórmula, espécie de programa de averiguação dos factos e de sua valorização”.

²¹³ O procedimento da *Cognitio Extraordinária* (ou da *Cognitio Extra Ordinem*) vigorou do governo do Imperador Diocleciano (294 d.C.) até a codificação de Justiniano (528-534) (SANTOS, Moacyr Amaral, 1981, p. 43). Nessa fase, a função jurisdicional passou a ser exclusiva do Estado, sem a participação de árbitros privados. Os procedimentos eram realizados pela forma escrita. Nesse momento histórico, a obrigatoriedade da sentença advinha do fato de ser o juiz um servidor do Estado e representante do poder coercitivo deste. Contra as sentenças, passaram a admitir recursos para a autoridade hierarquicamente superior, que poderia a reformar. A partir dessa fase, o processo civil contemporâneo desenvolveu-se. Ver ESPANHA, Antônio Manuel, 1997, op. Cit.

²¹⁴ “Nesses três períodos iniciais, a característica do processo era a existência de duas fases de procedimento: a do procedimento “IN JURE” e a do “IN JUDICIO”. O primeiro desses procedimentos desenrolava-se perante um representante do Estado, que era o Magistrado; o segundo ficava a cargo de cidadãos especialmente escolhidos como árbitros, aos quais competia a decisão”. LEVENHAGEN, Antônio José de Souza. **Manual de Direito Processual Civil**. Varginha: editora ATLAS, 1976. pp. 17-19.

²¹⁵ Importante rememorarmos que, o descenso do Império Romano, no ano de 476 d.C., acabou por concretizar uma significativa modificação no curso evolucionista do direito processual até então vigente na Europa. A evolução alcançada pela ampla utilização da cultura romana até então

Mais adiante, com o surgimento das primeiras universidades da Europa, inicia-se o período do processo comum, que perdurou até a metade do século XVI. Justamente nesse período tem-se a origem do movimento dos glosadores,²¹⁶ oriundo da Universidade de Bolonha e guiado por Imerius.²¹⁷

Posteriormente, Accursio reuniu a denominada Glosa Ordinária, aprimorando-a com o processo consuetudinário de sua época e, também, porque não dizer, com a influência do direito canônico. Surgia, nesse momento histórico, o movimento dos pós-glosadores, do qual participava, dentre outros discípulos de Accursio, o mestre Ferrari.²¹⁸

Com os denominados Pós-glosadores, instituiu-se o processo romano-canônico, oportunidade em que apareceu o rito sumário, implantado pelo Papa Clemente V, o que simplificou o então vigente processo comum.²¹⁹

sofreu um considerável retrocesso com o domínio de seus territórios pelos germânicos. Diz-se isso, pois, as noções jurídicas dos povos bárbaros, além de ultrapassadas, não tinham uniformidade, uma vez que estas variavam de acordo com o grupo social que lhe exercia. Nessa fase histórica, a jurisdição era exercida por assembleias populares formadas por homens livres. O procedimento desenvolvia-se oralmente e as partes, livremente, comprometiam-se a acatar as decisões proferidas pela Assembleia. O processo bárbaro era acusatório, ou seja, recaía sobre o acusado o ônus da prova. Os rituais e conhecimentos místicos ditavam os procedimentos, e não a lógica. Destaca-se que, entre os meios de provas, havia o juramento da parte e as ordálias ou juízo de deus, que consistiam em experimentos violentos impostos ao réu com o escopo de descobrir-se a verdade. Assim, a decisão descrita na sentença dependia do resultado do experimento. As decisões eram irrecorríveis, pois inexistia um poder acima da Assembleia. Ver, no nesse sentido, SANTOS, Moacyr Amaral. **Primeiras linhas de direito processual civil. Vol. 1.** São Paulo: Saraiva, 1981. p. 45.

²¹⁶ Segundo Mário Júlio de Almeida Costa, 2019, p. 236, “o verdadeiro renascimento do direito romano, quer dizer, o estudo sistemático e a divulgação, em largas dimensões, da obra jurídica justianeia, inicia-se apenas no século XII, com a escola de Bolonha”.

²¹⁷ SANTOS, Amaral, 1981. Op. Cit., pp. 45-46, ressalta que, “à insistente reação do direito romano e à extensão do campo de aplicação do direito canônico, de fundo justinianeu, a oporem obstáculos à prática exclusiva do processo romano-barbárico, se acrescentou, no século XI, um fato novo, de larga e profícua repercussão, decisivo na evolução do processo. Foi a criação das Universidades, a primeira das quais em Bolonha, no ano 1088”.

²¹⁸ LEVENHAGEN, Antônio José de Souza. **Manual de Direito Processual Civil.** Varginha: editora ATLAS, 1976. p. 18.

²¹⁹ Relembremos, por oportuno, que a fusão das três vertentes, o direito germânico, o direito canônico e o direito romano, acabou por viabilizar a formação do denominado direito comum e, via de consequência, o chamado processo comum, que veio a vigorar na Europa entre os séculos XI e XVI. Esse processo desenvolvia-se pela via escrita, de forma complexa e lenta. Diante da

Destaca-se que a maioria dos países europeus sofreu preponderante influência do direito romano-canônico, e com Portugal não foi diferente.

Em 1139, em um Portugal já independente da Espanha, passaram a vigorar leis esparsas chamadas de Forais,²²⁰ e a vigência dessas leis perdurou até que D. Luiz determinou a aplicação da LEI DAS SETE PARTIDAS, do rei de Castela, que influenciou sobremaneira as Ordenações portuguesas.

Em 1447²²¹ foram publicadas as Ordenações Afonsinas²²² por Afonso V.²²³

Tem-se que o escopo perquirido com a edição do Código Afonsino era consolidar o direito então existente, de forma a sanar as “*dúvidas e ambiguidades quanto à vigência de leis e outros elementos normativos*”,²²⁴ e não revogar o direito pretérito. Afinal de contas, “*encontrando-se em vigor no século XV legislação com*

inspiração canônica, adotou-se o procedimento sumário, que perquiria eliminar alguns formalismos. Já com a Revolução Francesa, o livre convencimento do juiz começou a ser novamente considerado. Nessa fase, o processo comum ou romano-canônico, da península itálica, começou a expandir-se por toda a Europa. Ver, nesse sentido, SOUSA, Simoni Brum de. **Direito Processual**. 2019, p. 1. Disponível em <https://pt.scribd.com/document/414388548/Direito-processual> Acesso em 03 de fevereiro de 2020, às 21:26hs.

²²⁰ Sobre os Forais ver valiosa lição em FERNANDES, Ernesto; RÊGO, Anibal. **História do Direito Português**. Súmula das lições proferidas pelo Exmo. Prof. Doutor Marcelo Caetano. Lisboa, 1941. pp. 201-207 e sobre sua superação, ver ALMEIDA Costa, 2019, Op. Cit., pp. 494-497.

²²¹ Segundo Mário Júlio de Almeida Costa, 2019, p. 306, “*afigura-se sistematizado, que nos anos de 1446 e de 1447 foram, presumivelmente, o da entrega do projecto concluído e o da publicação das Ordenações*”.

²²² “*Os elementos essenciais relativos à história das Ordenações Afonsinas constam do proêmio do seu Livro I. Aí se referem os pedidos insistentes, formulados em Cortes, no sentido de ser elaborada uma colectânea do direito vigente que evitasse as incertezas derivadas da grande dispersão e confusão das normas, com graves prejuízos para a vida jurídica e a administração da justiça. Tinha-se acumulado, de facto, um núcleo muito vasto de sucessivos preceitos dimanados de várias fontes. Cada vez se tornava mais árdua a sua coordenação, a fim de se apurar o direito aplicável aos diversos casos concretos*”. In COSTA, Mário Júlio de Almeida. 2018. Op. Cit., p. 305.

²²³ Segundo o renomado Professor António Pedro Barbas Homem, “*a obra conhecida desde o século XVIII como Ordenações Afonsinas conheceu uma longa gestação. Foi iniciada no reinado de D. João I e ficou concluída no reinado de D. Afonso V, sendo regente, na menoridade deste, o seu tio D. Pedro*”. In HOMEM, António Pedro Barbas. **A Lei da Liberdade. Volume I. Introdução Histórica ao Pensamento Jurídico Épocas Medieval e Moderna**. Cascais: Principia, 2001. p. 71.

²²⁴ HOMEM, António Pedro Barbas. 2001. Op. Cit., p. 71.

mais de duzentos anos, compreende-se as dificuldades sentidas pelos práticos do direito".²²⁵

Já havia sido solicitado muito antes à D. João I, pelos povos em Corte, a elaboração de uma coletânea de todas as Leis do Reino, com o escopo de evitar grandes incertezas resultantes de sua *"dispersão tormentosa e a propiciar uma boa administração da justiça"*.²²⁶ Não obstante os esforços de D. João terem prosseguido durante o reinado de D. Duarte, o monarca faleceu antes que a desejada compilação estivesse pronta. Tem-se que o impulso decisivo acerca da edição das Ordenações Afonsinas deu-se pelo Infante D. Pedro, regente na menoridade de D. Afonso V.²²⁷

A edição da compilação Afonsina liga-se, dessa forma, diretamente ao *"fenómeno geral da luta pela centralização"*.²²⁸

Destacamos, ainda, que a entrada em vigor das Ordenações Afonsinas deve ter enfrentado grandes dificuldades. É que, em uma mão, a reprodução manuscrita do texto não representava uma fácil tarefa, e estava longe de não carrear qualquer erro. Em outra mão, a preparação desigual entre os magistrados e juristas que trabalhavam na capital e aqueles outros que exerciam o direito no interior, ou melhor, fora da capital, não auxiliava a célere propagação do conteúdo das Ordenações. Dessa forma, não é descabido sustentar que a difusão da compilação Afonsina ocorreu progressivamente.²²⁹

As referidas Ordenações assumem um papel de destaque na história do Direito português, pois *"constituem a síntese do trajecto que desde a fundação da nacionalidade, ou, mais aceleradamente, a partir de Afonso III, afirmou e*

²²⁵ HOMEM, António Pedro Barbas. 2001. Op. Cit., p. 71.

²²⁶ MARCOS, Rui de Figueiredo; MATHIAS, Carlos Fernando; NORONHA, Ibsen. Op. Cit., p. 57.

²²⁷ MARCOS, Rui de Figueiredo; MATHIAS, Carlos Fernando; NORONHA, Ibsen. Op. Cit., pp. 57-58.

²²⁸ COSTA, Mário Júlio de Almeida. 2019. Op. Cit., p. 311.

²²⁹ Ver COSTA, Mário Júlio de Almeida. Nota de Apresentação. In **Ordenações Afonsinas**, reedição da iniciativa da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1984. pp. 5 e ss.

consolidou a autonomia do sistema jurídico nacional no conjunto peninsular”,²³⁰ além de representar “*o suporte da evolução subsequente do direito português*”.²³¹

Conforme salienta a Professora Doutora Míriam Afonso Ribas, as Ordenações do Reino podem ser consideradas como um marco que divide duas épocas distintas, o período do direito anterior à sua elaboração e a posterior. A ilustre autora, sobre o assunto, ainda indica que Almeida e Costa identifica a Ordenações Afonsinas como o fator que iniciou uma nova fase da cultura jurídica nacional, tamanha a sua relevância para o ordenamento jurídico português.²³²

Não é custoso lembrarmos, apesar de estar fora de nosso escopo, que o Brasil nasceu – em 1500 –, sob a vigência das Ordenações Afonsinas.²³³

No Brasil, em 1521, as Ordenações Manuelinas substituíram as Afonsinas, substituindo, por sua vez, a legislação anterior nas normas processuais.²³⁴

O processo de edição das Ordenações Manuelinas teve início em 1505, quando o Rei D. Manuel encarregou da reforma do direito então existente, através da elaboração de uma nova compilação de leis, três notáveis juristas, quem sejam Rui Boto, Chanceler Mor; João Cotrim, corregedor dos feitos cíveis; e Rui da Grã, licenciado.²³⁵

²³⁰ COSTA, Mário Júlio de Almeida. 2019. Op. Cit., pp. 310-311.

²³¹ COSTA, Mário Júlio de Almeida. 2019. Op. Cit., p. 311.

²³² RIBAS, Míriam Afonso. 2017. Op. Cit., p. 21.

²³³ Destaca-se, por oportuno, que as Ordenações Afonsinas tiveram como fontes: a legislação costumeira ou feudal, o direito romano-justineu inserido no “*corpus juris*”, o direito canônico e as Decretas de Gregório IX, vigorando no Brasil até 1521. Sobre esse ponto, ver FRANCO, Loren Dutra. **Processo Civil – Origem e Evolução Histórica**. p. 7. Disponível em http://intranet.viannajr.edu.br/revista/dir/doc/art_20002.pdf Acesso em 05 de março de 2020, às 23:51hs.

²³⁴ Matéria processual civil das Ordenações: Afonsinas – Livro III; Manuelinas – Livro III, com exceção da regulamentação das audiências, que constava de seu Livro I, Título LXXVII – Nota-se que, no referido título que trata do Regimento das Audiências (Livro III Título LXXVII), pode-se verificar a utilização dos termos “publicará” e “publicar”, relacionados aos feitos e despachos – porém, tais termos são utilizados em âmbito diverso da presente pesquisa, razão pela qual não serão objeto de apreciação. Ver PASSOS, José Joaquim Calmon. O Processo Civil em sua Origem. In **Revista de Direito Processual de São Paulo**. 1961. p. 134.

²³⁵ HOMEM, António Pedro Barbas. 2001. Op. Cit., p. 217.

As razões por de trás da necessidade de novas Ordenações estavam envoltas na confusão e desatualização das leis então existentes,²³⁶ tal qual ocorrera quando do compilado anterior, e no desenvolvimento da imprensa, fato que passou a permitir uma larga e mais segura divulgação da legislação.²³⁷

Damião de Góis, em uma visão um pouco mais lúdica, trazendo uma pitada da personalidade de D. Manuel ao processo de edição das novas Ordenações, descreveu que o Soberano, sendo amador da honra e desejoso de deixar acerca de si na história memória e boas leis, iniciou a reformulação das Ordenações antigas do Reino, com o escopo de alterar, suprimir e acrescentar o que fosse necessário ao seu texto. Desse modo, encomendou a homens notáveis a tarefa de rever o texto dos cinco livros da compilação Afonsina “*pêra bom regimento do Reino e ordem da Justiça*”.²³⁸

De mais a mais, com a introdução da Imprensa, que vem a ocorrer pelos finais do século XV, viu-se a oportunidade de, pela primeira vez no Reino, “*oferecer à estampa o corpo de leis que regiam o País*”.²³⁹ Ademais, diante dessa nova técnica de reprodução dos escritos, era possível, a um só tempo, evitar a propagação de erros, como ocorria com as cópias manuscritas das Ordenações anteriores, e possibilitar uma difusão eficaz da nova compilação em todos os âmbitos do Reino.

²³⁶ HOMEM, António Pedro Barbas. 2001. Op. Cit., p. 217.

²³⁷ “Logo no comêço do século XVI, el-rei D. MANUEL ordenou a três jurisconsultos da sua corte que revissem as Ordenações Afonsinas. Estas não tinham sido impressas: a invenção da imprensa permitia agora uma maior divulgação das leis gerais do reino e por isso o monarca mandou proceder à revisão”. In FERNANDES, Ernesto; RÊGO, Anibal. **História do Direito Português. Súmula das lições proferidas pelo Exmo. Prof. Doutor Marcelo Caetano**. Lisboa, 1941. p. 286.

²³⁸ GÓIS, Damião. **Crônica do Felicíssimo Rei D. Manuel**. Coimbra, 1949. p. 227.

²³⁹ MARCOS, Rui de Figueiredo; MATHIAS, Carlos Fernando; NORONHA, Ibsen. Op. Cit., pp. 61-62.

O processo de elaboração das novas Ordenações só alcançaria seu fim dezesseis anos mais tarde, em 1521, com a impressão completa de seus cinco livros – foi esse texto de 1521, já definitivo, que circulou como lei no Brasil.²⁴⁰

Ao contrário do que ocorrera com as Ordenações Afonsinas, com a edição da codificação Manuelina, D. Manuel determinou a revogação das leis anteriormente vigentes, “*com excepção daquelas que se acharem escritas no <<livrinho da Nossa Relação, que agora novamente mandamos fazer, que por nós será assinado>> (Casa da Suplicação)*”.²⁴¹

Durante o reinado de Filipe II de Espanha e I de Portugal, em 1603 passaram a vigorar as Ordenações Filipinas.²⁴²

Nas Cortes de Tomar (1581), Filipe I assumiu o compromisso de reger e governar o Reino de Portugal em consonância com as leis e costumes característicos deste mesmo Reino. Dessa forma, por volta de 1583, o referido monarca determinou que as Ordenações então existentes fossem reformadas, em clara resposta às solicitações que lhe foram dirigidas.²⁴³ Em 1595 as Ordenações Filipinas foram

²⁴⁰ Com o escopo de extirpar possíveis hesitações, a Carta Régia de 15 de março de 1521 determinou a destruição, no prazo de três meses, de todos os exemplares da edição anterior das Ordenações Manuelinas. Àqueles que desobedecessem a essa ordem haveria a aplicação das sanções de multa e degredo. Nesse mesmo prazo, deveriam os conselhos proceder à aquisição das Ordenações de 1521 – presava-se, dessa forma, a certeza do direito que vigia em Portugal. Ver, no mesmo sentido, MARCOS, Rui de Figueiredo; MATHIAS, Carlos Fernando; NORONHA, Ibsen. Op. Cit., p. 63.

²⁴¹ HOMEM, António Pedro Barbas. 2001. Op. Cit., p. 220.

²⁴² A propósito, segundo Antônio Pereira Gaio Júnior, “o *Direito Processual Civil brasileiro* teve longo período da sua história dominada pelas Ordenações Filipinas, também chamadas de ‘Ordenações do Reino’, - desde a sua entrada em vigor, (...), por Alvará de Felipe I de Portugal (D. Felipe II da Espanha) até cerca de 1850”. In GAIO JÚNIOR, Antônio Pereira. **Direito Processual Civil. Teoria Geral do Processo, Processo de Conhecimento e Recursos**. Volume 1. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2017. p. 6.

²⁴³ Segundo COSTA, Mário Júlio de Almeida. 2019. Op. Cit., p. 321, “*impunha-se uma reforma profunda das Ordenações Manuelinas, cada vez mais urgente. Até porque estas ao realizarem a transformação jurídica que o seu tempo aclamava (...). Tem-se mencionado um possível aproveitamento político da urgência de coordenação e modernização do corpo legislativo. O ensejo permitiria a Filipe I demonstrar pleno respeito pelas instituições portuguesas e empenho em actualizá-las dentro da tradição jurídica do País*”.

aprovadas por Felipe I,²⁴⁴ mas, apenas com a Lei de 11 de janeiro de 1603, no reinado de Filipe II de Portugal, a legislação entrou em vigor.²⁴⁵

Mesmo após a Revolução de 1640, as Ordenações Filipinas continuaram a vigorar por meio de Lei promulgada por D. João IV, em 29 de janeiro de 1643, e tal ordem estendia-se ao Brasil.²⁴⁶

Devemos observar que, em que pese terem vigorado no Brasil todas as Ordenações editadas pelo Reino, foi a codificação Filipina, a rigor, a fonte primeira do processo civil brasileiro. As Ordenações anteriores não se refletiram diretamente na legislação brasileira, sendo que seus reflexos fizeram-se sentir no referido ordenamento, no muito, indiretamente através do compilado Filipino.²⁴⁷

Diante da vigência das Ordenações Filipinas no Brasil, considerando-se como termo *a quo* o período pós Independência como ponto de partida de rigor, passa-se à análise da legislação processual cível brasileira.

Destacamos rapidamente que, como bem assinalou Waldemar Ferreira ***apud*** PACHECO, José da Silva, a história do direito brasileiro é anterior à história do

²⁴⁴ De destacar-se, acerca do Código Filipino, que não se trata de uma obra inovadora, pois, no fundo, o objetivo principal foi reunir, em um mesmo texto, aquilo que constava das Ordenações Manuelinas, a legislação de Duarte Nunes do Leão e as leis que foram editadas posteriormente.

²⁴⁵ Acerca da data de encomenda da produção das Ordenações Filipinas e alguns assuntos correlatos, reportemo-nos às preciosas e didáticas lições do ilustre Professor Dr. Antônio Pedro Barbas Homem, 2019, op. Cit., pp. 222-223: “*Em data que não se encontra exatamente precisa, mas possivelmente depois de 1583, Filipe I de Portugal encomendou a reforma das Ordenações existentes, correspondendo a pedidos que lhe foram dirigidos. Da tarefa foram encarregados magistrados das instituições superiores da monarquia: nos trabalhos preparatórios terão trabalhado Duarte Nunes de Leão, Jorge de Cabedo e Afonso Vaz Tenreiro, mas outros autores podem ter participado na preparação do texto e na sua revisão final. (...) Em 5 de junho de 1595 as Ordenações foram aprovadas por Filipe I, mas não chegaram a entrar em vigor, por motivos até hoje não estudados. Apenas pela Lei de 11 de janeiro de 1603, reinado Filipe II de Portugal entrariam finalmente em vigor. Mais tarde, em 29 de Janeiro de 1643, D. João IV confirma e revalida as Ordenações*”.

²⁴⁶ Nos moldes das lições de Mário Júlio de Almeida Costa. 2019. Op. Cit., p. 324, “*em Lei de 29 de Janeiro de 1643, procedeu-se à expressa confirmação e revalidação das Ordenações. Nesse mesmo diploma, o monarca manifestou o designo de determinar a sua reforma, como era vontade das Cortes. O que, porém, não se concretizaria*”.

²⁴⁷ OLIVEIRA JÚNIOR, Waldemar Mariz. 1973. Op. Cit., p. 50.

Brasil,²⁴⁸ e, por esse motivo, ainda que não seja o escopo do presente trabalho, temos revolido em alguns momentos traços das legislações editadas pelo Reino de Portugal.

3.3.1. O Direito Anterior: As Ordenações Filipinas. O Regramento do Supremo Tribunal de Justiça. Regulamento nº 737, de 1850.

Em Portugal as Ordenações Filipinas foram revogadas definitivamente com o advento do Código Civil de 1º de Julho de 1867,²⁴⁹ enquanto no Brasil, mesmo após a proclamação da Independência em 1822 e advento da Constituição Imperial de 1824, elas continuaram sendo aplicadas²⁵⁰ até a edição e consequente vigência do primeiro Código Civil de 1916 (Lei nº 3.071 de 1916).²⁵¹

Não obstante o Código Filipino ter trazido em seu bojo questões atinentes ao processo civil, não verificamos qualquer norma que pudesse se referenciar à

²⁴⁸PACHECO, José da Silva. **Evolução do Processo Civil Brasileiro**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1999. p. 25.

²⁴⁹ O primeiro Código Civil português teve origem no projeto de António Luís de Seabra, que era desembargador da Relação do Porto, vindo o referido projeto a ser aprovado pela Carta de Lei de 1º de julho de 1867. Sobre o Código Civil de 1867, ver COSTA, Mário Júlio de Almeida. Enquadramento histórico do Código Civil Português *apud* Bol. Da Faculdade de Direito, vol. XXXVII, pp. 138 e ss; e, MARQUES, Mário Reis. **O Liberalismo e a Codificação do Direito Civil em Portugal**. Coimbra: Almedina, 1987. pp. 147 e ss.

²⁵⁰ Com o advento da independência do Brasil, e uma vez aberta a Assembleia Constituinte em 03 de maio de 1823, foi elaborada a Lei de 20 de outubro de 1823, que, em seu art. 1º, definia que “as ordenações, leis, regimentos, alvarás, decretos e resoluções promulgadas pelos Reis de Portugal, e pelas quaes o Brazil governava-se até o dia 25 de abril de 1821 (...) ficam em inteiro vigor na pare, em que não tiverem sido revogadas”. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/antioresa1824/lei-40951-20-outubro-1823-574564-publicacaooriginal-97677-pe.html Acesso em 21 de março de 2019, às 21:22hs.

O Brasil nasceu sob o império das Ordenações Afonsinas, passando, outrora, à régia das Ordenações Manuelinas e, mais tarde, das Filipinas.

²⁵¹ Em Portugal, as Ordenações Filipinas tiveram longa vigência, “a mais duradora que um monumento legislativo conseguiu (...)”, in COSTA, Mário Júlio de Almeida Costa, 2019, op. Cit., p. 322, nota nº 1.

publicidade dos atos processuais.²⁵² Muito pelo contrário, como já tratamos ao percorrermos sobre o que se passava em Portugal no séc. XIX, a regra do segredo de justiça que imperava em terras lusitanas influenciara fortemente a compilação Filipina.²⁵³

Destacamos que, não obstante as Ordenações de Felipe I, por si só não preencherem todos os requisitos atinentes ao presente trabalho, uma vez que não editadas no Brasil, ainda assim delas cuidamos por tratar-se de um Código de grande significado, até porque teve vigência secular em terras tupiniquins, além de ter sido fonte do direito processual brasileiro.

Valendo-nos das palavras dos historiadores Rui, Carlos e Ibsen, para demonstrar o relevo das Ordenações do Reino, temos que *“para o direito brasileiro, as Ordenações Filipinas (...) constituem um monumento jurídico do maior significado”*.²⁵⁴

No contexto da vinda da família real portuguesa para o Brasil – situação já relatada nos tópicos anteriores –, tornou-se inviável a remessa de autos processuais e apelações para a Casa da Suplicação de Lisboa. Assim, D. João, por meio de um alvará datado de 10 de maio de 1808, transformou a Relação do Rio de Janeiro em Casa da Suplicação do Brasil²⁵⁵:

²⁵² É digno de nota que as Ordenações Filipinas, em que pese não terem apresentado avanços na seara processual cível, foram-no para o Processo Penal. Nota-se, ademais, que foram pesquisadas todas as alterações legislativas relativa à codificação vigente no Brasil.

Não obstante o trabalho ser delimitado pelas legislações editadas no Brasil, ainda assim convém destacar que nas Ordenações anteriores que vigoraram em terras tupiniquins (Afonsinas e Manuelinas), também não se verifica qualquer introdução da publicidade dos atos processuais.

²⁵³ A propósito, tão clara era a regra do segredo nas Ordenações do Reino, que Ferreira Borges, *apud* Graes, Isabel, op. Cit., 2019, p. 23, descreveu que, em oitocentos, após o movimento constitucionalista vintista, *“tudo o que segundo a Ordenação é incompatível com a publicidade ordenada na Constituição está abrogado”*.

²⁵⁴ MARCOS, Rui de Figueiredo; MATHIAS, Carlos Fernando; NORONHA, Ibsen. Op. Cit., p. 68.

²⁵⁵ ALMEIDA, Carla Beatriz. **O Supremo Tribunal de Justiça no Segundo Reinado (1849 a 1855): um pouco de homens, outro pouco de instituição**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora – Instituto de Ciências Humanas – Departamento de História. 2013. p. 26.

I. A relação desta cidade se denominara Casa da Supplicação do Brazil, e será considerada como Supremo Tribunal de Justiça; para se findarem ali todos os pleitos em ultima instancia, por maior que seja o seu valor, sem que das últimas sentenças proferidas em qualquer das Mezas da sobredita Casa se possa interpor outro recurso, que não seja o das Revistas nos termos restrictos do que se acha disposto nas Minhas Ordenações, Leis e mais Disposições. E terão os ministros a mesma alçada que tem os da Casa da Supplicação de Lisboa.

A propósito, no âmbito da “Casa da Supplicação do Brazil”, em 24 de janeiro de 1809 criou-se o cargo de distribuidor com o escopo de reafirmar e garantir a manutenção da regra do segredo judicial²⁵⁶.

Como já visto, a Constituição brasileira de D. Pedro I (1824), permitiu grandes avanços no que diz respeito à organização da justiça, ao passo que, não obstante ter previsto o questionado Poder Moderador, concedeu certa independência ao Poder Judiciário, inclusive trazendo diretrizes acerca da criação de um tribunal superior – Supremo Tribunal de Justiça.²⁵⁷

²⁵⁶ Criou-se o cargo de distribuidor “*para distribuir as acções cíveis, e crimes, que se intentão, e processão nos Juizos das Correições do Cível, e Crime da Corte da casa da Supplicação do Brazil; não só porque há em cada hum deles dous escrivães, como foi determinado no Alvará do primeiro de Abril do anno passado, entre os quaes deve haver igual numero de processos; mas também porque cumpre saber por este meio quantos existem, sem que seja fácil desaparecerem por dolo, ou omissão dos Escrivães; devendo com tudo ser exceptuados os procedimentos criminaes, em que há o perigo de se malograrem as diligencias de justiça decretadas pelas Minhas Leis contra os Réos por falta de segredo, e de presteza, a que dá ocasião o não serem feitas as distribuições pelos mesmos Ministros Criminaes, a quem os queixosos se soccorrem: Hei por bem, e me Praz Crear o Officio de Distribuidor dos Juizos das Correições do Cível, e Crime da Corte da casa da suplicação deste Estado do Brazil; e ordenar, que a elle fique pertencendo distribuir as acções civéis, e criminaes, que correrem nos referidos juízos, exceptuadas somente as devassas, querelas, denuncias, e autos summarios, que continuarão a ser distribuídos pelo competente magistrado*”.

²⁵⁷ Art. 163, da Constituição de 1824: “*Na capital do Império, além da Relação, que deve existir, assim como das demais Províncias, haverá também um Tribunal com a denominação de – Supremo Tribunal de Justiça – composto por Juizes Letrados, tirados das Relações por suas antiguidades; e serão condecorados com o Título do Conselho. Na primeira organização poderão ser empregados neste Tribunal os Ministros daquelles, que se houverem de abolir*”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm Acesso em 07 de março de 2020, às 15:23hs.

O preceito carreado pela Constituição de 1824 foi efetivado pela Lei de 18 de setembro de 1828, projetada por Bernardo Pereira Vasconcelos,²⁵⁸ aprovada pela Câmara e pelo Senado e, posteriormente, sancionada pelo Imperador – A norma era destinada a regulamentar e organizar o Supremo Tribunal de Justiça.

Deste modo, a “Casa da Supplicação do Brasil”²⁵⁹ – criada por meio do Alvará de 10 de maio de 1808 de D. João –, foi abolida pela norma criadora do Supremo Tribunal de Justiça.

No que toca ao problema colocado pelo trabalho, temos que a Lei de 18 de setembro de 1828 foi de suma importância, pois a referida legislação foi a primeira de origem genuinamente brasileira, no âmbito infraconstitucional, a apresentar um instituto correlato ao princípio da publicidade processual, uma vez que descreveu, em seus artigos 29 e 31, hipóteses em que a sessão de julgamento seria pública:

Art. 29. Em seguimento, a sessão se tornará secreta, e se discutirá a materia, no fim do que, declarando os Ministros, que estão em estado de votar, continuará a sessão em publico; proceder-se-ha a votação, não estando presentes o accusador, o réo, nem seus procuradores, Advogados, e defensores, nem tendo voto o Ministro, que formou o processo, nem os que intervieram na pronuncia. Em caso de empate, quér sobre a condenação, quér sobre o gráo de pena, seguir-se-ha a parte mais favoravel ao réo. Esta sentença poderá ser uma só vez embargada.

*Art. 31. O interrogatório das testemunhas, e todos os actos do processo, depois da pronuncia, serão públicos.*²⁶⁰

²⁵⁸ Acerca desse importante personagem, ver Bernardo Pereira de Vasconcelos, Organização de José Murilo de Carvalho. São Paulo, 1999.

²⁵⁹ Ver, acerca da Casa da Supplicação do Brasil, SCHWARTS, Germano; DEZORZI, Diego. A história da Corte Suprema no Brasil: da Casa da Supplicação até a criação do Supremo Tribunal Federal. *In Revista da Ajuris: Associação dos juizes do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul*. Nº 112. Dezembro de 2008, pp. 103-104.

²⁶⁰ BRASIL. Lei de 18 de setembro de 1828. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38214-18-setembro-1828-566202-publicacaooriginal-89822-pl.html Acesso em 07 de março de 2020, às 16:49hs.

Destacamos que, tal qual ocorrera com a Constituição Imperial de 1824, a Lei de regulamentação e organização do Supremo Tribunal de Justiça, limitou a publicidade aos processos criminais. Porém, uma vez que o regramento como um todo não se delimitava às matérias criminais, o tratamos da forma esperada e com as devidas ressalvas.²⁶¹

Prosseguindo, até o ano de 1850, com exceção do direito processual criminal, o regime processual civil geral que vigiava no Brasil ainda era aquele previsto nas Ordenações Filipinas.²⁶²

Porém, nesse mesmo ano de 1850, aprovou-se o Código Comercial brasileiro,²⁶³ resultado de um projeto da lavra de José Antônio Lisboa, Inácio Ratton, Lourenço Westin e Guilherme Midosi.

Não obstante as Ordenações Filipinas apenas viessem a ser revogadas integralmente com o Código Civil de Clóvis Beviláqua de 1916, esse novo normativo Comercial surgiu para substituir muitas regras que existiam nas compilações Filipinas, uma vez que os ideais liberais já influenciavam diretamente a sociedade comercial brasileira da época.

O referido Código Comercial apenas revogou as Ordenações Filipinas no que concerne às regras comerciais, restando ileso, portanto, o restante do direito privado.

Nessa toada, ainda quando do processo de elaboração do dito Código Comercial de 1850, surgiu uma dúvida no cenário legislativo brasileiro, qual seja: como dar efetividade ao novo direito comercial? Para responder tal pergunta, organizaram-se os tribunais de comércio com o escopo de ofertar uma nova ordem processual.

²⁶¹ Ora, em que pese a norma estivesse direcionada aos feitos criminais, cremos que, como o texto legal não era exclusivamente criminal, tinha-se uma abertura para a disseminação do ideal da publicidade dos atos processuais para as demais searas do direito.

²⁶² Ver Livro III das Ordenações.

²⁶³ BRASIL. **Lei nº 556, de 25 de junho de 1850.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l0556-1850.htm Acesso em 22/04/2019, Acesso em 22 de abril de 2019, às 21:17hs.

Nasceu, nesse contexto, o denominado Regulamento nº 737 de 1850 (25.11.1850),²⁶⁴ que serviu, de fato, como um Código de Processo Civil do Império, destinado a regular, em um primeiro momento, apenas as situações descritas no Código Comercial.²⁶⁵

O referido Regulamento mostrou-se historicamente relevante,²⁶⁶ uma vez que levou melhorias processuais e procedimentais ao ordenamento jurídico brasileiro, tais como a inquirição pública,²⁶⁷ a supressão das exceções incidentes e a economia e simplicidade dos procedimentos.

Cremos que a regulamentação do processo das causas comerciais foi a primeira manifestação realmente relevante de autonomia legislativa no campo do processo civil brasileiro, porém, também não se desincumbiu de prever alguma forma clara de princípio da publicidade dos atos processuais.

Em outra mão, no ano de 1871 consolidou-se todas as leis processuais civis então vigentes, que constavam, basicamente, das Ordenações Filipinas e de leis complementares. O referido trabalho de aglutinação foi elaborado pelo jurista e Conselheiro Ribas e aprovado através de uma resolução imperial denominada de “Consolidação das Leis de Processo Civil”.²⁶⁸

No âmbito de nosso problema, como cuidava-se, a Consolidação das Leis de Processo Civil de uma mera reunião normativa daquilo que já existia, também não se vislumbrou o acréscimo, no ordenamento brasileiro, do princípio em análise.

²⁶⁴ BRASIL. **Decreto nº 737, de 25 de novembro de 1850**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dim/DIM0737.htm Acesso em 22 de abril de 2019, às 21:29hs.

²⁶⁵ LOPES, José Reinaldo de Lima. **O Direito na História**. 5ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2014. pp. 283-284.

²⁶⁶ Sobre os avanços trazidos pelo Regulamento nº 737 de 1850, ver REZENDE FILHO, Gabriel José Rodrigues de. **Direito Processual Civil. Vol. I**. São Paulo: Saraiva, 1944. pp. 46-60 e SANTOS, Moacyr Amaral. **Primeiras Linhas de Direito Processual Civil. Vol. I**. São Paulo: Saraiva, 1968. pp. 57-81.

²⁶⁷ Capítulo XI – Da dilação das provas. Art. 137.

²⁶⁸ GAIO JÚNIOR, Antônio Pereira. **Direito Processual Civil. Teoria Geral do Processo, Processo de Conhecimento e Recursos**. Volume 1. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2017. p. 7.

Já com a Proclamação da República, nos últimos suspiros do séc. XIX, uma das primeiras medidas tomadas pelo então governo com relação ao processo civil, através da edição do Regulamento nº 763, de 19 de setembro de 1890,²⁶⁹ foi a de aplicar, ao processo, julgamento e execução das causas cíveis, o Regulamento nº. 737/1850.²⁷⁰ Contudo, ainda continuaram em vigor as disposições das Ordenações Filipinas que regulavam os processos especiais, que não haviam sido contemplados pelo referido Regulamento.²⁷¹

O governo republicano brasileiro buscava a unificação do regramento instrumental até mesmo porque vivenciava-se, naquele momento, o surgimento da ciência do direito processual, que, segundo o Professor Doutor João de Castro Mendes, nasceu em 1868 com a publicação do livro de Von Bulow denominado *Die Lehre von den Prozesseinreden und die Prozessvoraussetzungen* (Teoria das exceções e pressupostos processuais).²⁷²

O processo civil brasileiro continuou sendo regido pelo Regulamento nº 737 de 1850 até a promulgação do Código de Processo Civil de 1939, concomitantemente aos regramentos constantes das Ordenações do Reino acerca dos processos especiais.

²⁶⁹ BRASIL. **Regulamento nº 763, de 19 de setembro de 1890.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D763.htm Acesso em 09 de março de 2020, às 21:04hs.

²⁷⁰ Moacyr Amaral Santos, salienta que, “considerando-se a época em que se elaborou as condições brasileiras, o Regulamento nº 737, não só pela linguagem clara e precisa, como ainda pela simplificação dos atos processuais, redução dos prazos e melhor disciplina dos recursos, não obstante fiel às linhas mestras do direito filipino, marcou sem dúvida uma fase de progresso em nosso direito processual, que, nele, ainda hoje, vai encontrar uma das fontes de numerosas instituições”. In SANTOS, Moacyr Amaral. **Primeiras linhas de direito processual civil.** V. 1. 9ª edição. São Paulo: Saraiva, 1981. p. 52.

²⁷¹ Segundo a didática lição de Antônio Pereira Gaio Júnior. Op. Cit., p. 7, “com a proclamação da República, o Decreto 763, de 1890, estabeleceu que o Regulamento 737 passaria a reger também o processo das causas cíveis, entretanto ficaram excluídos da aplicação do Regulamento 737 os processos especiais, tais como: as ações de despejo de casas, as ações de honorários de médicos e farmacêuticos, as ações de reforma de autos, etc. além destes, ficaram excluídos também os procedimentos de jurisdição graciosa (voluntária), como a nomeação e remoção de tutores, a arrecadação e administração de heranças jacentes dentre outros”.

²⁷² MENDES, João de Castro. **Direito Processual Civil.** Apontamentos das lições dadas ao 4º ano de 1973-1974, pelo Prof. Doutor João de Castro Mendes, redigidos com a colaboração do Assistente Dr. Armindo Ribeiro Mendes. Lisboa: Faculdade de Direito de Lisboa. p. 3.

Como bem descreve Antônio Pereira Gaio Júnior,²⁷³ o referido Regulamento foi elogiado por muitos juristas da época, sobretudo por conta de sua clareza e precisão de sua linguagem e da simplificação do procedimento filipino.

Porém, os louvores ao Regulamento nº 737/50 não eram unânimes, pois parcela da doutrina, tal como José Frederico Marques, entendia que o Regulamento serviu apenas para simplificar o procedimento já previsto nas Ordenações Filipinas, o que demonstrava que o referido estatuto é a expressão da falta de cultura da época em que foi elaborado. Por esse motivo, tratando-se de uma mera reprodução melhorada do regramento até então em vigo no Brasil, continuava a vigorar o obsoleto procedimento do direito romano-canônico.²⁷⁴

3.3.2. Códigos de Processo Civil dos Estados.

Como já havíamos antecipado, a Constituição Republicana de 1891, ao instaurar no Brasil a forma federativa e o sistema republicano de governo, buscando ofertar mais poder aos Estados membros, além de implantar o sistema de dualidade de justiça (a Justiça da União e a dos Estados), criou uma dualidade de processos, ao passo que atribuiu o poder de legislar sobre o processo civil tanto à União quanto aos Estados.²⁷⁵

Tinha-se, desse modo, um direito processual da União (até então regido pelo já tratado Regulamento nº 737 de 1850 – ampliado para os processos cíveis pelo Regulamento nº 763 de 1890, com exceção dos processos especiais, que

²⁷³ GAIO JÚNIOR, Antônio Pereira. 2017. Op. Cit. pp. 7-9.

²⁷⁴ MARQUES, José Frederico. **Instituições de Direito Processual Civil**. São Paulo: Millennium, 1966. pp. 100-128.

²⁷⁵ À época, no contexto do advento da Constituição Republicana de 1891, surgiu grande discussão sobre a competência federal ou estadual para legislar sobre o processo civil, o que acabou por mobilizar grandes autoridades da época. Em artigo científico sobre este período, Fernanda Duarte e Andrei Koerner observam que a discussão fez-se forte entre Republicanos defensores da competência da União para legislar sobre processo de um lado; e de outro, lideranças regionais ligadas ao Federalismo, como Campos Salles e Júlio de Castilhos, a favor da competência estadual. *In* DUARTE; KOERNER. 2014. Op. Cit., p. 21.

continuavam regidos pelas Ordenações Filipinas) e os Códigos Processuais Civis estaduais, que tinham por base o modelo federal.

O primeiro Código de Processo Civil Estadual foi o do Pará (1905), seguido dos do Rio Grande do Sul (1906), do Maranhão (1911), da Bahia (1915), do Rio de Janeiro e Goiás (1919), do Piauí, Sergipe e Paraná (1920), do Ceará (1921), do Rio Grande do Norte e Minas Gerais (1922), de Pernambuco (1924), de Santa Catarina (1928), da Paraíba, Espírito Santo e São Paulo (1930).²⁷⁶

Dentre os referidos códigos regionais, no que concerne ao problema por nós colocado, destaca-se o de São Paulo, que discriminou expressamente que os “*actos judiciaes serão públicos*”. Veja-se:

*Art. 138 - Os actos judiciaes serão públicos, e sómente realizaveis das seis às dezoito horas.*²⁷⁷

Indo mais além, a legislação paulista também previu uma hipótese genérica de exceção ao princípio da publicidade dos atos processuais em seu art. 138, § 1º:

§1º - Se houver receio de escandalo, ou de perturbação da ordem, poderá o juiz determinar, em despacho fundamentado, ex-officio ou a requerimento de qualquer das partes, que os actos probatorios e decisorios sejam presenciados unicamente pelos litigantes, procuradores e pessoas judicialmente convocadas.

Dissemos ser genérica a disposição acima, pois o normativo em espeque limita-se à indicar que poderá o juiz determinar que os atos probatórios e decisórios sejam presenciados apenas pelos litigantes, procuradores e pessoas convocadas,

²⁷⁶ Os Estados do Amazonas, Alagoas e Mato Grosso não elaboraram suas espécies processuais. In OTHON SIDO, José Maria. **Dicionário Jurídico: Academia Brasileira de Letras Jurídicas**. 7ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 164.

²⁷⁷ SÃO PAULO. **Lei nº 2.421, de 14 de janeiro de 1930**. Disponível em <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1930/lei-2421-14.01.1930.html> Acesso em 09 de março de 2020, às 22:28hs.

se “*houver receio de escândalo, ou de perturbação da ordem*”, deixando de discriminar o que seriam, de fato, tais situações autorizadoras da exceção.²⁷⁸

Da mesma forma, bem à frente de seu tempo, o código processual do Estado do Pernambuco de 1924 também privilegiou, com esmero, diga-se de passagem, a regra da publicidade dos atos processuais, ao dispor que “*os actos judiciais praticados em audiencia ou fóra do juizo serão publicos, salvo as restricções do art. 42*”²⁷⁹:

Art. 49. Os actos judiciais praticados em audiencia ou fóra do juizo serão publicos, salvo as restricções do art. 42, e deverão celebrar-se nos dias uteis, das 6 ás 18 horas.

O nível de modernidade alcançado pela legislação pernambucana era tamanha, que, além de ter previsto a publicidade dos atos processuais como norma geral, também trouxe exceções a serem observadas quando da realização das audiências – hipóteses muito similares às de segredo de justiça que existem hoje no ordenamento brasileiro em que “*as audiencias poderão realizar-se a portas cerradas*”:

Art. 42. As audiencias poderão realizar-se a portas cerradas, quando o exigirem o decoro ou o interesse publico, admittindo-se em taes casos unicamente as pessoas interessadas e as que oficialmente forem chamadas.

Acreditamos que o Código Processual Civil de Pernambuco, editado em 1924, apresentou o princípio da publicidade dos atos processuais de forma clara,

²⁷⁸ Destacamos, ademais, que havia, na referida norma, situações em que se determinavam a publicação das sentenças na imprensa. Ver art. 574, por exemplo.

²⁷⁹ PERNAMBUCO. **Decreto nº 16.752, de 31 de dezembro de 1924**. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-16752-31-dezembro-1924-516249-publicacaooriginal-139889-pe.html> Acesso em 09 de março de 2020, às 22:15hs.

sobretudo ao indicar que quando fosse exigido pelo decoro ou pelo interesse público, as audiências correriam “*a portas cerradas*”.²⁸⁰

Dissemos que o Código processual de Pernambuco apresentou o referido princípio de forma clara, mas foi a codificação de Minas Gerais que primeiramente, e de forma ainda mais ampla, apresentou a determinação de publicidade dos atos processuais, ao prever em seus artigos 138 e 140, que “*os actos judiciais praticados em audiencia ou fóra do juízo, serão publicos*”, “*salvo os casos previstos em lei ou de exigir o interesse publico que o acto se realize a portas cerradas*”, e que “*as audiências serão públicas, a portas abertas*”²⁸¹:

Art. 138. Os actos judiciais, praticados em audiencia ou fóra do juízo, serão publicos e celebrar-se-ão em todos os dias uteis, desde o nascer até o pôr do sol, salvo os casos previstos em lei ou de exigir o interesse publico que o acto se realize a portas cerradas.

Art. 140. As audiências serão publicas, a portas abertas, em predio para esse fim destinado, com a assistencia dos escrivães e officiaes de justiça, annunciando-se a sua abertura e encerramento pelo toque da campainha e pregão de quem exercer as funções de porteiro.

Ao privilegiar, a legislação mineira, o princípio da publicidade dos atos processuais, ela foi ainda mais abrangente do que os códigos de São Paulo e de Pernambuco, pois, além de a exceção do sigilo ter alcançado qualquer ato processual, e não apenas as audiências, também expôs que o segredo seria imposto nos “*casos previstos em lei ou de exigir o interesse publico*”.

Dessa forma, podemos dizer que, diante do estudo das codificações estaduais, em que pese outros Estados terem tratado da garantia em análise, o Código de Processo de Minas Gerais foi o primeiro a prever a regra da publicidade dos atos

²⁸⁰ Nota-se que a exceção à publicidade prevista pelo art. 42 do código pernambucano não diz que o processo correrá em sigilo ou em segredo de justiça, mas sim “a portas cerradas”. Porém, para nosso escopo, o termo “a porta cerradas” é suficiente para transmitir a ideia de oposição à publicidade dos atos processuais tida por regra – hipótese de segredo de justiça, em outras palavras.

²⁸¹ MINAS GERAIS. **Lei nº 830, de 7 de setembro de 1922**. Disponível em <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/4744> Acesso em 10 de março de 2020, às 19:01hs.

processuais em 1922 e também aquele que cuidou do assunto de forma mais abrangente.

Apesar da relevância das codificações estaduais ao estudo da disciplina processual, ainda mais se considerarmos a sua evolução no que concerne ao princípio da publicidade, ainda assim seus efeitos eram limitados às barreiras regionais, o que impossibilitou uma maior abrangência do princípio no território brasileiro.

Ademais, apesar da quantidade de Códigos elaborados pelos Estados brasileiros, cremos que a falta de preparo científico dos legisladores regionais²⁸² foi um entrave para a criação de codificações inovadoras.²⁸³ Talvez, por essa razão, a maioria das codificações regionais deixaram de reportar-se ao princípio da publicidade dos atos processuais.

Em termos gerais, segundo Waldemar Mariz de Oliveira Júnior, processualista brasileiro que vivenciou a vigência dos códigos estaduais, essas codificações regionais em nada inovaram no sentido de refletir as ideias científicas que dominavam os processualistas europeus.²⁸⁴

Destacamos que, em que pese a experiência dos códigos processuais não ter sido das melhores no que diz respeito à aplicação do direito instrumental e à própria abrangência das suas regras, que não extrapolavam, por óbvio, o limite territorial dos Estados,²⁸⁵ ainda assim devemos considerar sua importância para a

²⁸² Pela indisponibilidade dos textos dos códigos estaduais na rede mundial de computadores, a maioria das consultas deram-se através de cópias dos originais que constam em bibliotecas públicas, como a do Estado de Minas Gerais.

²⁸³ Sobre a incapacidade dos legisladores do início do Século XX auxiliarem na produção de uma codificação processual atualizada e inovadora, ver THEORORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil. Teoria Geral do Direito Processual Civil e Processo de Conhecimento**. Vol. I. 47ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007. p. 17; COSTA, Lopes da. **Manual Elementar de Direito Processual Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 1956. p. 57; e, DURA, Nancy. História da formação da Ciência do Direito Processual Civil no mundo e no Brasil. In **Revista Jus Navigandi**. Teresina. Ano 13, abril de 2008, nº 1.759.

²⁸⁴ OLIVEIRA JÚNIOR, Waldemar Mariz de. 1946. Op. Cit., p. 55.

²⁸⁵ Relembramos, acerca da péssima experiência inaugurada pela Constituição de 1891, que os operadores do Direito, em um país de dimensões continentais, viram-se obrigados a estudar mais de um código para exercerem sua profissão de forma ampla.

evolução da disciplina processual brasileira, ao passo que apresentou, em algumas versões (paulista, pernambucana e mineira, por exemplo), mesmo que de forma regionalizada, o importante princípio da publicidade dos atos processuais, tendo, inclusive, excepcionado a regra da publicidade em situações específicas em que deveria ser adotado o segredo.

3.3.3. Código de Processo Civil de 1939.

O contexto político-governamental vivenciado pelo Brasil na Década de 1930 com Getúlio Vargas no Poder, estava envolto em uma política eminentemente centralizadora.

Relembra-se, inclusive, que o então governante dissolveu o Congresso Nacional, apropriando-se, via de consequência, dos Poderes Executivo e Legislativo, ao passo que também destituiu os Governadores dos Estados nomeando interventores federais, com a exceção de Minas Gerais.

Diante desse cenário político obscuro, a Constituição de 1934 foi gerada com um viés centralizador, com o objetivo de concentrar no legislador federal o máximo de competências possíveis.

O então Ministro da Justiça Francisco Campos justificou a centralização do processo civil nas mãos da União:

“o regime instituído em 10 de novembro de 1937 constituiu na restauração da autoridade e do caráter popular do Estado. O Estado caminha para o povo e, no sentido de garantir-lhe o gozo dos bens materiais e espirituais assegurado na Constituição, o Estado teve que reforçar a sua autoridade a fim de intervir de maneira eficaz em todos os domínios que viessem a revestir-se de caráter público, ora, se a justiça, em regime liberal, poderia continuar a ser campo neutro em que todos os interesses privados procurariam, sob a dissimulação das aparências públicas, obter pelo duelo judiciário as maiores vantagens compatíveis com a observância formal de regras de caráter puramente técnico, no

*novo regime haveria de ser um dos primeiros domínios, revestidos de caráter público, a ser integrado na autoridade do Estado*²⁸⁶.

No campo do processo civil, como a experiência dos códigos estaduais inaugurada pela Constituição republicana de 1891, que de um modo geral já não tinha andado muito bem, tinha-se mais uma razão para que a Constituição de 1934, alterando a regra anteriormente vigente, ditasse expressamente, em seu art. 5º, XIX, “a”,²⁸⁷ a competência exclusiva da União para legislar sobre o Processo Civil brasileiro.²⁸⁸

Além do mais, havia uma clara lacuna entre o direito substancial, a partir da edição do Código Civil de 1916, que vigia em todo o território brasileiro, e o direito processual, que estava até então fracionado.

Diante de tais situações, tornou-se necessário elaborar um Código de Processo Civil único para vigorar em todo o território brasileiro, oportunidade em que o então Ministro da Justiça, Francisco Campos, organizou uma Comissão de juristas encarregados da tarefa.²⁸⁹

²⁸⁶ CAMPOS, Francisco. **PROCESSO Oral 1ª série. Coletânea de estudos de juristas nacionais e estrangeiros, nº 1**. Rio de Janeiro: Forense, 1940. p. 254.

²⁸⁷ Art. 5º. Compete privativamente à União: XIX – Legislar sobre: a) direito penal, comercial, civil, aéreo e processual, registros públicos e juntas comerciais.

²⁸⁸ Frisa-se: O Presidente Getúlio Vargas, por intermédio de um discurso eminentemente fundamentalista, que era calcado na pauta de unificação nacional e aumento dos poderes da União, através da Constituição de 1934, trouxe de volta para as mãos da União a competência para legislar, sozinha, sobre processo civil (art. 5º, inciso XIX), desprestigiando, assim, os Estados membros, que haviam sido privilegiados pela Constituição Republicana de 1891 (a referida Constituição, como já vimos, desejava dar mais poderes aos estados federados, não apenas no âmbito econômico, mas também legislativo). O artigo 11 das Disposições Transitórias da Constituição de 1934 determinava que o governo nomearia “*uma comissão de três juristas para elaborar o Código de Processo Civil e Comercial*”. Entretanto, houve o golpe que instaurou o Estado Novo, revogando, dessa forma, a Constituição de 1934 e dissolvendo, por completo, o Congresso Nacional. A Constituição de 1937, que marcou o início da ditadura do Estado Novo, de autoria de Francisco Campos (Ministro da Justiça), manteve a disposição constitucional de resguardar a competência privativa da União para legislar sobre direito processual (rememorar capítulo sobre o tema).

²⁸⁹ GRINOVER, Ada Pellegrini. **Teoria Geral do Processo**. 19ª edição. São Paulo: Malheiros, 2003. p. 107.

Um dos membros dessa comissão,²⁹⁰ o advogado Pedro Batista Martins, apresentou um anteprojeto que, após ser revisto pelo Ministro da Justiça, por Guilherme Estellita e por Abgar Renault, veio a ser aprovado como o Código de Processo Civil de 1939²⁹¹ através do Decreto-Lei nº 1.608 de 1939.²⁹²

A nova norma processual deveria entrar em vigor em 1º de fevereiro de 1940, porém, por força do Decreto-Lei nº 1.965 de 1940, o Código aprovado só entrou em vigor no dia 1º de março de 1940.

Além do mais, destacamos que o Código em análise foi influenciado pelos estudos de Franz Klein quando da reforma da legislação processual austríaca de 1898, pelo projeto da codificação italiana elaborado por Giuseppe Chiovenda (1919) e pelas reflexões, ponderações e conclusões do ilustre jurista José Alberto dos Reis, autor do projeto do Código de Processo Civil de português publicado no ano de 1930.

Era assente na doutrina da época que esse novo Código instrumental carregava uma parte geral moderna e avançada, ao mesmo tempo em que continha uma parte especial ultrapassada e antiquada. Nas palavras de Humberto Theodoro Júnior, *“dizia-se, com razão, que dois espíritos coabitavam o Código, formando uma parte geral impregnada de ideias novas, enquanto as que tratavam dos*

²⁹⁰ A comissão organizada era composta pelos juristas Álvaro Berford, Edgard Costa, Goulard de Oliveira, Álvaro Mendes Pimentel, Múcio Constantino e Pedro Batista Martins.

²⁹¹ BRASIL. **Lei nº 1.608, de 18 de setembro de 1939.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del1608.htm Acesso em 22 de abril de 2019, às 21:38hs.

²⁹² Para enriquecimento do conhecimento, não é demais descrever a forma de sintetização do Código de processo Civil de 1939: O texto do CPC/39 era dividido em quatro partes fundamentais, sendo que a primeira parte ocupava-se com o chamado processo de conhecimento (artigos 1º ao 297). A segunda e maior parte de todas abrangia os numerosos procedimentos (artigos 298 ao 781). A terceira era dedicada aos recursos e processos de competência originária dos tribunais (artigos 782 ao 881). A quarta e última parte tinha por objeto o processo de execução (artigos 882 ao 1.030). Sobre a disposição do CPC/39, ver MONTENEGRO FILHO, Misael. **Código de Processo Civil Comentado e Interpretado.** São Paulo: Editora Atlas, 2008.

procedimentos especiais, dos recursos e da execução se ressentiam de um execrável ranço medieval".²⁹³

Segundo os historiadores do processo brasileiro, a maior virtude da codificação de 1939 não estava em um instituto em específico, mas sim em ter finalmente libertado o Ordenamento jurídico brasileiro do "*obsoleto procedimento do direito romano-canônico*".²⁹⁴

Em que pese a divergência acerca das características e inovações da legislação de 1939, temos que o Código de Processo Civil de 1939 foi o marco da reunificação da legislação processual civil brasileira. A partir do referido Código instrumental houve uma mudança de paradigma, pois o país, como um todo, passaria a ser regido por um único instrumento processual civil, algo que, a nosso ver, influenciava diretamente no próprio preparo dos juristas da época.

Acerca do problema posto pelo presente trabalho, vimos no tópico anterior que alguns códigos estaduais elaborados entre os anos de 1922 a 1930 já traziam previsão expressa acerca do princípio da publicidade dos atos processuais, sendo que alguns deles alcançaram tamanha evolução, que apresentaram até mesmo hipóteses excepcionais em que era lícito o trâmite processual em segredo de justiça, como foi o exemplo das codificações de Pernambuco e de Minas Gerais.

Acreditamos que o caminho para o Código de Processo Civil de 1939 já estava traçado, pois bastava que fosse retirado, da legislação então vigente, aquilo que lhe interessava.

Ademais, diante da já estudada evolução das constituições brasileiras, não podemos nos esquecer que estava sendo construído, pouco a pouco e ao longo da história da legislação constitucional, desde 1824, um ordenamento envolto em uma principiologia garantista, o que também refletia, no ano de 1939, na própria legislação ordinária a ser editada.

²⁹³ THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil. V. 1.** 46ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2007. p. 17.

²⁹⁴ OLIVEIRA JÚNIOR, Waldemar Mariz de. 1973. Op. Cit., p. 57.

Por tais motivos, cremos que o primeiro código formal de processo civil brasileiro andou bem, pois, logo em seu art. 5º já trouxe norma expressa segundo a qual *“os atos judiciais serão públicos”*:

Art. 5º. Os atos judiciais serão públicos, salvo quando o contrário for exigido pelo decoro ou interesse social, e realizar-se-ão em dias úteis, das seis (6) às dezoito (18) horas.

Nesse âmbito, destacamos que, segundo Antônio Pereira Braga, processualista contemporâneo à época em estudo, a publicidade dos atos judiciais, na vigência do CPC/39, com o escopo de evitar os impropérios que poderiam advir do segredo, era tida como uma *“exigência da boa justiça e como garantia da retidão e imparcialidade dos juízes, por sujeitá-los ao julgamento da opinião pública”*.²⁹⁵

Vê-se, portanto, que já havia uma ideia legislativa e doutrinária ligada ao controle externo do Poder Judiciário pela sociedade, através do *“julgamento da opinião pública”*.²⁹⁶

Nota-se, ainda, que mesmo possuindo um texto simples, até mesmo se comparado às codificações estaduais, o art. 5º, ao apresentar a publicidade dos atos processuais como a regra a ser seguida, já faz ressalvas descrevendo a exceção para quando o segredo de justiça for exigido para resguardar o decoro ou o interesse social.

Acerca da primeira exceção à publicidade dos atos processuais, isto é, quando for exigido pelo decoro, entendia-se tratar, tal hipótese, do resguardo à moral para evitar-se escândalo pela divulgação de situações vexatórias que demandam discrição.²⁹⁷

Para Borges da Rosa, em uma análise realizada em 1940 e voltada para o cenário de recém edição do CPC/39, excepcionar a publicidade pelo decoro

²⁹⁵ BRAGA, Antônio Pereira. **Exegese do Código de Processo Civil**. Vol. III. São Paulo: Max Limonad Ltda., 1943. p. 24.

²⁹⁶ BRAGA, Antônio Pereira. 1943. Op. Cit., p. 24.

²⁹⁷ BRAGA, Antônio Pereira. 1943. Op. Cit., p. 26.

objetivava “evitar escândalo, mau exemplo para pessoas inexperientes, mulheres, menores, ofensa à dignidade, ao bom nome, à honra, à boa reputação de uma pessoa, de um funcionário, de uma repartição, de um tribunal, etc. e semelhantes”.²⁹⁸

Temos, portanto, que o segredo de justiça a imperar nos casos de defesa do decoro, buscava assegurar proteção à moral das pessoas, no âmbito familiar, funcional etc., bem como evitar a propagação de maus exemplos para defender as “pessoas inexperientes” da sociedade.

Por outro lado, a exceção ligada ao interesse social era compreendido, na época, como motivo que pudesse causar qualquer dano à sociedade, à coletividade, ao País, ao Estado, ao Município, à Justiça, ou a outros estabelecimentos de caráter público ou social, ou ao bem-estar, ordem, paz, sossego ou segurança pública.²⁹⁹

Em que pese o Código de Processo Civil de 1939 ser silente acerca da nulidade dos atos processuais não praticados de forma pública fora das hipóteses legalmente previstas de segredo de justiça, a doutrina já defendia, diante da imensidão da afronta ao ordenamento recém implantado, a aplicação da referida sanção pela inobservância da regra da publicidade dos atos processuais:

“(...) embora o Código não o estatua expressamente, são nulos os atos praticados sem publicidade, sendo também nulo o ato que por lei deva ser público se o respectivo escrito não se declarar que se realizou com a exigida publicidade (...). a razão seria tratar-se de uma formalidade essencial, que interessa à ordem pública. Em primeiro lugar, porém, se a audiência deve ser nula quando o respectivo termo não declarar que foi pública, igualmente nulos deveriam ser todos os demais atos quando o respectivo escrito não atestasse a publicidade, pois para todos é de modo geral determinado no art. 5º que sejam públicos. Em segundo lugar, o pressuposto fundamental da nulidade, em bora hora adotado, salvo expressa cominação é tão somente prejuízo que possa causar (art. 275).³⁰⁰

²⁹⁸ ROSA, Inocêncio Borges da. **Processo Civil e Comercial**. Vol. I. Porto Alegre: Globo, 1940. p. 161.

²⁹⁹ Nesse sentido, ver ROSA, Inocêncio Borges da. 1940. Op. Cit., p. 161.

³⁰⁰ BRAGA, Antônio Pereira. 1943. Op. Cit., p. 26.

No mais, fora dos debates envoltos na qualidade e modernidade do Código instrumental de 1939, destacamos que a referida codificação foi de importância ímpar para o processo civil brasileiro, eis que, além da publicidade dos atos processuais, *“o texto legal trazia, ainda, a adoção de princípios que, muito mais tarde, seriam aclamados pela ciência processual, tais como o da imediatidade, da unirecorribilidade das sentenças e da eventualidade”*.³⁰¹

3.3.4. Código de Processo Civil de 1973.

Segundo o processualista Cândido Rangel Dinamarco, que teve a oportunidade de acompanhar o processo de reflexão e o nascimento do Código de Processo Civil de 1973, a segunda metade do séc. XX caracterizou-se, na doutrina internacional do processo civil, como um momento de profundas mudanças. Tinha-se, nesse cenário, e diante dos esforços dos idealistas da efetividade processual e da busca pelo denominado acesso à justiça, um ambiente reformista pronto para dar mais um passo no âmbito processual, o que, naturalmente, se lastreou para o cenário jurídico brasileiro.³⁰²

Contudo, na contramão dessa onda renovatória, vigia no Brasil o Código instrumental de 1939, que, como já antecipado, desde seu nascimento atraiu críticas de várias ordens.

A maioria da doutrina da época entendia que a codificação de 1939 não havia alcançado o seu ideal, de modo que deixava de abranger todo o processo civil e comercial brasileiro para confiar uma parte de sua matéria à legislação esparsa – relembramos que o ideal da codificação de 1939 foi unificar o regramento

³⁰¹ VIANA, Juvêncio Vasconcelos. **História do Processo: Uma análise do Código de Processo Civil de 1939 sob o Prisma Terminológico**. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br:8080/portal/sites/default/files/anexos/18284-18285-1-PB.pdf> Acesso em 21 de março de 2019, às 21:46hs.

³⁰² DINAMARCO, Cândido Rangel. **A Reforma do Código de Processo Civil**. 2ª ed. São Paulo: Malheiros, 1995. p. 19.

processual, porém, importantes matérias instrumentais foram deixadas de fora pelo legislador da época.³⁰³

Nesse sentido, o Professor Alfredo Buzaid, na preleção de seu curso universitário, ao retratar o anseio do Governo Vargas em inovar e trazer ao ordenamento jurídico brasileiro uma nova codificação, afirmou que o Código de 1939, *“foi obra de vergonhosa improvisação, ao faltar uma preparação científica indispensável não só em relação aos princípios fundamentais que o informam na sua primeira parte, mas, sobretudo, por não evitar a desarmonia com as outras partes, especialmente aquelas que regulam os recursos e a disciplina da execução”*.³⁰⁴

Em outro ponto de vista, diante das inúmeras reformas realizadas ao longo de sua vigência, o Código de 1939 acabou por ficar mais emendado do que uma *“colcha de retalhos”*.

Surgiu, nesse contexto jurídico, a necessidade de elaborar-se um novo Código instrumental, missão essa incumbida ao Professor da Faculdade de Direito de São Paulo, Doutor Alfredo Buzaid, em 1961, pelo então Ministro da Justiça Oscar Pedroso Horta.

Em janeiro de 1964, três anos depois de receber a incumbência, o Professor Buzaid apresentou ao Governo o anteprojeto que objetivava tornar-se o novo Código de Processo Civil.

Com o escopo de evitar os erros cometidos quando da elaboração e aprovação do Código de 1939, que foi, como dito pela doutrina, produto da ansiedade do legislativo, no ano de 1963 o Instituto de Direito Processual Civil promoveu um congresso nacional, com o objetivo de examinar e criticar exaustivamente o anteprojeto do novo Código.

³⁰³ Câmara Leal, *apud* PACHECO, José da Silva. **Evolução do processo civil brasileiro: desde as origens até o advento do novo milênio**. 2ª edição, Rio de Janeiro: Renovar, 1999. p. 213.

³⁰⁴ IL PROCESSO civile brasiliano. In **RICERCHE sul processo. A cura di Nicola Picardi e Alessandro Giuliani**. Rimini: Maggioli, 1988. Vol. 4. p. II.

Após os debates promovidos pelo Instituto, o anteprojeto foi submetido à revisão por José Frederico Marques, Luís Machado Guimarães e Luís Antônio de Andrade, e, depois, foi encaminhado à apreciação do Congresso Nacional, que o transformou no Projeto de Lei nº 810/1972.

Exatamente após doze longos anos do início dos trabalhos, o referido projeto, através da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973,³⁰⁵ foi promulgado como o Código de Processo Civil de 1973.³⁰⁶

Acerca da qualidade jurídica e a modernidade alcançada pela nova codificação, Cândido Rangel Dinamarco destaca que, embora o Código de Processo Civil de 1973 tenha sido elaborado para ser um relance de um novo ordenamento, devendo refletir, dessa forma, o estado da doutrina brasileira da época, *“ele não apresentou uma revolução em relação ao anterior, pois consagrava um modelo processual equivalente ao antecessor”*. E, segundo o autor, *“embora tenha apresentado melhor aspecto estético, no tocante a alguns institutos e aperfeiçoou tantos outros, pode ser considerado um Código individualista como dantes, pois o estilo de processo e os procedimentos que oferece são os mesmos de outrora”*.³⁰⁷

O referido processualista ainda dispõe acerca da comparação do CPC/73 com o CPC/39 que, *“considerando globalmente por suas grandes linhas, mesmo no plano técnico-processual o Código vigente não inovou revolucionariamente em relação ao de 1.939”*. É que, segundo o autor, *“as categorias fundamentais que compõem a ordem processual – jurisdição, ação, processo e defesa – estão*

³⁰⁵ BRASIL. **Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5869impressao.htm Acesso em 22 de abril de 2019, às 21:49hs.

³⁰⁶ Com o escopo de enriquecer o conhecimento, não é sobremaneira penoso deixar de citar que, originariamente, o Código de Processo Civil de 1973 era dividido em cinco livros. O primeiro ocupava-se com o processo de conhecimento; o segundo, com o processo de execução; o terceiro livro, com o processo cautelar; o quarto, com os procedimentos especiais; e, por fim, o quinto livro ocupava-se das disposições gerais e transitórias. Ver MONTENEGRO FILHO, Misael. 2008. Op. Cit., p. 7.

³⁰⁷ DINAMARCO, Cândido Rangel. **A reforma do código de processo civil**. 4ª edição. São Paulo: Malheiros, 2001. pp. 24-25.

*modeladas e entrelaçadas agora, como estavam no estatuto de 1.939, sem alterações substanciais. Assim é no processo de conhecimento (...). assim é no processo executivo (...). Assim é no processo cautelar (...). Assim é no sistema recursal. (...). Assim é na disciplina geral de competência”.*³⁰⁸

Entendemos, na linha de Ernane Fidélis dos Santos,³⁰⁹ que o CPC/73, em sua essência, nada mais foi do que uma reforma doutrinária realizada no CPC/39 com o acréscimo de algumas novas conquistas da ciência processual, e solução de alguns equívocos terminológicos que haviam sido cometidos pela legislação anterior.³¹⁰

Em que pese a doutrina apresente diversos pontos de vista no que toca às evoluções temáticas e textuais carreadas pelo Código de 1973, certo é que, quanto ao problema posto pelo presente trabalho ele andou bem, pois apresentou regramento expresso acerca do princípio da publicidade dos atos processuais em seu artigo 155. Veja-se:

Art. 155. Os atos processuais são públicos. (...).

A propósito, a situação já estava desenhada nesse sentido, pois Enrico Túlio Liebman, fundador da doutrina processual paulista que foi a base adotada por Buzaid na elaboração do CPC/73, já tinha uma ideia bem sedimentada no sentido de que a história do processo podia ser concebida como a história dos esforços dos legisladores e juristas no sentido de limitar o âmbito do arbítrio do juiz.³¹¹ Nesse sentido, o princípio da publicidade dos atos processuais acompanhado de quase todas as garantias processuais como, por exemplo, a inércia da jurisdição,

³⁰⁸ DINAMARCO, Cândido. 1995. Op. Cit. pp. 22-23.

³⁰⁹ SANTOS, Ernane Fidélis dos. **Estudos de Direito Processual Civil. Jurisdição, Processo, Ação**. Uberlândia: Edições da Faculdade de Direito da Universidade de Uberlândia, 1975. pp. 1-2.

³¹⁰ O CPC/39 não fazia, por exemplo, distinção entre processo e procedimento.

³¹¹ LIEBMAN, Enrico Tullio. Do Arbítrio à Razão: reflexões sobre a motivação da sentença. Tradução de Tereza Celina de Arruda Alvim. In **Revista de Processo**. Nº 29. São Paulo: Revista dos Tribunais. Jan./Mar. 1983.

o contraditório,³¹² a ampla defesa, a fundamentação das decisões etc., estavam voltadas à redução do arbítrio judicial de forma a promover maior racionalidade no exercício do poder jurisdicional.³¹³

Desse modo, como podemos notar da doutrina da época, o princípio da publicidade dos atos processuais era considerado uma “*arma da sociedade para a fiscalização da Justiça*”, razão pela qual a função típica de julgar não poderia ser secreta e muito menos arbitrária. Buscava-se evitar os impropérios do manejo desacerbado do segredo.³¹⁴

Por conta desse viés tendente a impedir os indesejados resultados que poderiam vir a ser alcançados pelo julgador quando da utilização do segredo, Pontes de Miranda esclarece e defende em sua clássica obra, que a publicidade devia apanhar todos os atos processuais, quer aqueles produzidos em audiência, quer aqueles verificados em sessões, em termos nos autos, em documentos depositados em cartório para se inserirem aos autos etc.³¹⁵

Ademais, o próprio artigo 155 trouxe exceções à norma geral da publicidade prevista na codificação de 1973,³¹⁶ sendo certo que o processo deveria correr em

³¹² Temos, seguindo a orientação de Rodrigo Ramina de Lucca, que a atuação do Estado por intermédio de um procedimento desenvolvido em contraditório atrai o respeito a certas garantias e faculdades que são atribuídos aos interessados, de modo a reduzir o arbítrio e legitimando o resultado que será ao final obtido. *In* LUCCA, Rodrigo Ramina de. **A Motivação das Decisões Judiciais Civil em um Estado de Direito: Necessária Proteção da Segurança Jurídica**. São Paulo: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2013. p. 59.

³¹³ LUCCA, Rodrigo Ramina de. 2013. Op. Cit., p. 59.

³¹⁴ ALBERTON, Cláudia Marlise da Silva. **Publicidade dos atos processuais e direito à informação**. 1ª edição. Rio de Janeiro: AIDE Editora, 2000. p. 44.

³¹⁵ MIRANDA, Pontes. **Direito Processual Civil Brasileiro**. Vol. IV. Rio de Janeiro: Forense, 1974. p. 61.

³¹⁶ Importante salientar que se prezou não apenas pela regulamentação das hipóteses de segredo de justiça, mas também criou-se formas de sancionar a quebra do sigilo dos atos processuais. “*No que se refere às questões que envolvem o estado da pessoa, em curso pelas Varas de Família, o segredo de justiça é assegurado a partir da distribuição do processo, de modo automático, devendo ser preservadas pelos auxiliares do juízo e pelo próprio magistrado. A eventual infração ao segredo de justiça pode resultar a nulidade do processo e o ingresso da ação de indenização por perdas e danos, contra o auxiliar do juízo, o magistrado e/ou o Estado, em face da aplicação da teoria objetiva, presente no § 6º, do art. 37, da CF. No mesmo conduto de exposição, parte da jurisprudência defende a nulidade do processo preservado pelo segredo de justiça, quando o caso*

segredo de justiça quando exigisse o interesse público (inciso I) e quando a matéria dos autos dissesse respeito a casamento, filiação, separação dos cônjuges, conversão desta em divórcio, alimentos e guarda de menores (inciso II).³¹⁷

Nesse íterim, destacamos que todos os sujeitos processuais tinham o dever de, nas hipóteses de sigilo, guardar o segredo. Caso o segredo fosse quebrado, ou em outras palavras, indevidamente revelado, a pessoa que deu notícia do ocorrido no processo responderia pela violação cível ou criminalmente.³¹⁸

Ainda, caso o processo estivesse tramitando em segredo de justiça, e mesmo assim o escrivão expedisse certidão de qualquer dos atos sem precedência de despacho autorizativo do juiz, aquele estaria prevaricando.³¹⁹

Acerca das hipóteses de segredo de justiça, questão tormentosa sempre foi decifrar o que viria a ser interesse público para o Código de Processo Civil de 1973 quando da análise do princípio da publicidade dos atos processuais.

Para José Raimundo Gomes da Cruz, interesse público seria, para o fim de segredo de justiça, *“certas questões de Estado, de natureza estratégica,*

concreto não reclamava a proteção legal, por infração ao princípio da publicidade, que habita o inciso IX do art. 93, da CF’. In MONTENEGRO FILHO, Misael. 2008. Op. Cit., pp. 212-213.

³¹⁷ Na segunda hipótese de exceção ao princípio da publicidade dos atos processuais pela existência de matérias que digam respeito a casamento, filiação, separação dos cônjuges, conversão desta em divórcio, alimentos e guarda de menores, o raciocínio é o mesmo desenvolvido quando do estudo da Constituição brasileira de 1988, quando tratamos do afastamento da publicidade em observância da defesa da intimidade. Não obstante isso, tem-se que, segundo a jurisprudência formada no Supremo Tribunal Federal, esse rol previsto no inciso II, do art. 155, é meramente exemplificativo, uma vez que correrá em segredo de justiça sempre que necessário à defesa da intimidade (STF – RDPPr 24/360).

³¹⁸ *“Sempre que o juiz ou o tribunal, de ofício ou a requerimento das partes, ou de alguma das partes, ou qualquer auxiliar do juiz, ou do tribunal, como o perito ou intérprete, as pessoas presentes têm o dever e a obrigação de guardar segredo. Se o segredo foi atendido por constituir em defesa da moral pública, qualquer pessoa que não estava presente e deu notícia do ocorrido responde pela violação do dever de sigilo, quer civilmente, quer penalmente”.* In MIRANDA, Pontes. 1794. Op. Cit., pp. 61-62.

³¹⁹ MARTINS, Pedro Batista. **Comentários ao Código de Processo Civil**. Vol. I. Rio de Janeiro: Forense, 1960, p. 104, *apud* FADEL, Sérgio Sahione. **Código de Processo Civil Comentado**. Tomo I. 3ª Edição. Rio de Janeiro: José Konfino Editor. 1975. pp. 266-267.

*admitindo-se sua extensão aos particulares, para garantia de direitos, como os referentes a invenções”.*³²⁰

Já para o administrativista Celso Antônio Bandeira de Melo, interesse público seria “*o interesse do todo, do conjunto social, nada mais é do que a dimensão pública dos interesses individuais, ou seja, dos interesses de cada indivíduo enquanto participe da Sociedade, encarados em sua continuidade histórica, tendo em vista as futuras gerações*”³²¹.³²²

Nessas hipóteses, o direito de consultar os autos e de pedir certidões de seus atos restringia-se às partes e a seus procuradores.³²³ Entretanto, caso houvesse um terceiro que comprovasse, perante o juiz da causa, o seu interesse jurídico, poderia, da mesma forma, requerer a expedição de uma certidão do dispositivo da sentença, bem como de inventário e partilha resultante do desquite (art. 155, parágrafo único, do CPC/73).³²⁴

³²⁰ CRUZ, José Raimundo Gomes da. Segredo de Justiça. In **Justitia**. São Paulo: jul./Set., 1980, vol. 42, nº 110. pp. 154-165.

³²¹ MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 17ª edição. São Paulo: Malheiros, 2004. pp. 51-52.

³²² Destaca-se a jurisprudência brasileira da época: “(...) *É permitida a vista dos autos em Cartório por terceiro que tenha interesse jurídico na causa, desde que o processo não tramite em segredo de justiça*”. (Recurso Especial nº 656.070/SP, Rel. Ministro Humberto Gomes de Barros, 3ª Turma, 15/10/2007).

³²³ Art. 155. Parágrafo único. O direito de consultar os autos e de pedir certidões de seus atos é restrito às partes e a seus procuradores. O terceiro, que demonstrar interesse jurídico, pode requerer ao juiz certidão do dispositivo da sentença, bem como de inventário e partilha resultante do desquite.

³²⁴ Importante frisar-se que o terceiro interessado não podia simplesmente se dirigir ao balcão da secretaria e requisitar a certidão desejada, muito pelo contrário, o requerimento era direcionado ao juiz competente para o processamento de julgamento da lide. Nota-se, aqui, a possibilidade da intervenção de um terceiro nos casos em que tiver sido determinado o segredo de justiça, desde que, por óbvio, a sentença atinja a sua esfera jurídica de interesse.

Mesmo não sendo o escopo do presente trabalho, interessante dizer que o Código de Processo Penal de 1942 (até então vigente no Brasil), também apresenta restrições ao princípio da publicidade dos atos processuais em seus artigos 483 (*o juiz não permitirá que os acusadores ou os defensores perturbem a livre manifestação do conselho, e fará retirar da sala aquele que se portar inconvenientemente, impondo-lhe multa, de duzentos a quinhentos mil-réis*) e 792, § 2º (*se da publicidade da audiência, da sessão ou do ato processual, puder resultar escândalo, inconveniente grave ou perigo de perturbação da ordem, o juiz, ou o tribunal, câmara ou turma,*

Salientamos que a relevância e amplitude sistêmica do Código de Processo Civil de 1973 deram-se com a redemocratização do Brasil, razão pela qual uma leitura constitucionalizada se faz necessária.³²⁵ Nota-se que, com o advento da Constituição Cidadã de 1988,³²⁶ esta passou a ser o ápice do ordenamento jurídico brasileiro, motivo pelo qual ganhou força a “*teoria da inconstitucionalidade*” e a “*teoria da recepção*”.³²⁷

Nessa seara histórico-interpretativa, tem-se que a publicidade dos atos processuais era considerada um princípio, porque se tratava, claramente, de uma das bases do processo, ou seja, cuidava-se de um instrumento intrínseco ao processo, vindo a tornar-se, inclusive, uma garantia constitucional com a Carta de 1988.

poderá, de ofício ou a requerimento da parte ou do Ministério Público, determinar que o ato seja realizado a portas fechadas, limitando o número de pessoas que possam estar presentes).

³²⁵ Segundo Misael Montenegro Filho, op. Cit., pp. 211-213, “*como forma de garantir a fiscalização das ações dos magistrados, dos protagonistas e dos coadjuvantes da relação jurídico-processual, o inciso IX do art. 93 da CF prevê a regra de que os processos e os atos processuais são de conhecimento público, em respeito ao princípio da publicidade, sendo conferido a todos os integrantes da comunidade o direito de compulsar os autos dos processos, não apenas para terem acesso às informações do seu interesse, como também de modo profilático ou educativo, já que o serviço jurisdicional é do interesse público, não se limitando às pretensões das partes em conflito. A existência do processo não intranquiliza apenas o autor e o réu. Mais do que isso, o conflito de interesses que ata membros da comunidade intranquiliza todas as demais pessoas, pelos aspectos econômicos e morais da controvérsia, impedindo a circulação de riquezas (numa visão meramente econômica), prejudicando a vida empresarial do país, etc. todas essas circunstâncias demonstram a necessidade de garantir que o processo seja marcado pela regra da publicidade*”.

³²⁶ “Constituição Cidadã” foi o apelido dado à Constituição de 1988, devido ao seu longo conteúdo garantidor e a maciça participação democrática em sua feitura.

³²⁷ Em pouquíssimas palavras, pode-se sintetizar as referidas teorias como: a) teoria da constitucionalidade – as normas infraconstitucionais produzidas após a vigência da Constituição devem nesta buscar validade, caso contrário, a norma será considerada inconstitucional; b) teoria da recepção: caso uma norma anterior à vigência da Constituição não seja com ela compatível, será considerada não recepcionada, ou caso seja compatível, será considerada recepcionada. Tal noção interessa mais ao direito constitucional do que ao presente trabalho, razão pela qual não carece de grandes explicações e aprofundamentos. Sobre o tema, ver MIRANDA, Jorge. **Manual de Direito Constitucional**. 2ª ed. Coimbra: Coimbra editora, 1988.

Segundo Roffo, a publicidade não se restringe aos atos endo processuais, mas abrange também o acesso direto do público às audiências, bem como a publicação através da imprensa.³²⁸

Com a Constituição brasileira de 1988, estabeleceu-se que vigia no país o Estado Democrático de Direito³²⁹ e, dessa forma, em uma análise derradeira, o povo deveria ser o juiz dos juízes, razão pela qual a presença do público nas audiências e a possibilidade de exame dos autos por qualquer pessoa, salvo as exceções legais³³⁰ (segredo de justiça), representaram importante instrumento de fiscalização popular sobre os atos dos magistrados (juízes), dos promotores públicos, dos advogados e dos demais sujeitos processuais.

Nesse cenário, o *“sistema da publicidade dos atos processuais situa-se entre as maiores garantias de independência, imparcialidade, autoridade e responsabilidade do juiz”*.³³¹

³²⁸ “La mayor parte de los Códigos habla de la ‘publicidad’ de los procedimientos. Hace un siglo, por publicidad sólo podía entenderse el acceso directo del público a los actos del procedimiento o a su publicación por la prensa. Hoy comprende todo eso, pero también, cada vez más, su difusión por otros medios a veces más accesibles al gran público, como la fotografía y la televisión, que transforman em ‘público’ – auditivo y visual – no ya sólo al ciudadano que concurre a la audiencia, sino a todo aquel que sintoniza la audición que transmite la misma”. In ROFFO, Juan Carlos. **Publicidad del Proceso. La justicia y el periodismo**. Argentina, Abeledo-Perrot: s.d., p. 43.

³²⁹ Rememora-se, por ser didático, que o Estado Democrático de Direito é um conceito jurídico-político que se refere a um Estado no qual existe um relevante respeito pelos direitos humanos e pelas garantias fundamentais. Deve, nesse modelo de Estado, existir a garantia dos direitos individuais e coletivos, dos direitos sociais e dos direitos políticos. Nesse diapasão, é dizer que, para que um Estado atinja o objetivo de ser enquadrado como um Estado Democrático de Direito, todos os direitos relativos aos seus cidadãos devem gozar de proteção jurídica e de garantia estatal. O Brasil é um Estado Democrático de Direito, nos moldes do texto do art. 1º, da Constituição Federal de 1988 (Carta Cidadã).

³³⁰ Como visto, o artigo 155, do Código de Processo Civil de 1973, trouxe exceções à regra geral da publicidade dos atos processuais, sendo certo que correria em segredo de justiça quando exigisse o interesse público (inciso I) e quando a matéria dos autos dissesse respeito a casamento, filiação, separação dos cônjuges, conversão desta em divórcio, alimentos e guarda de menores (inciso II). Nessas hipóteses, o direito de consultar os autos e de pedir certidões de seus atos restringira-se às partes e a seus procuradores. Entretanto, caso houvesse um terceiro que comprovasse seu interesse jurídico, poderia, da mesma forma, requerer a juiz da causa uma certidão do dispositivo da sentença, bem como de inventário e partilha resultante do desquite (parágrafo único).

³³¹ CINTRA, Antônio Carlos Araújo. **Teoria Geral do Processo**. 11ª edição. São Paulo: Malheiros Editores, 1995. p. 69.

Dividiu-se, ademais, a publicidade processual em *publicidade restrita* e *publicidade irrestrita*.

Pela *publicidade restrita*, entendia-se que a presença do público em geral nas audiências e sessões de julgamento tanto era possível quanto essencial ao justo rito processual, assim como a possibilidade do exame dos autos por qualquer sujeito estranho à relação processual, sendo ele interessado ou não. Lado outro, a *publicidade restrita* previa que o processo e os seus atos tinham caráter público apenas para as partes e seus patronos, portanto, um número reduzido de agentes processuais.³³²

A referida divisão levou em consideração, como referência de *publicidade irrestrita*, a redação do art. 10 da Declaração Universal dos Direitos do Homem (aprovada na III Sessão Ordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas), segundo o qual “*todo homem tem direito, em plena igualdade, a uma justa e pública audiência, por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir de seus direitos e deveres ou do fundamento de qualquer acusação criminal contra ele*”. Nota-se que, para o art. 10, qualquer pessoa pode ter acesso às audiências públicas e ao exame dos autos e, por isso, a publicidade é irrestrita.³³³

Por outro lado, exemplo de *publicidade restrita* seria a previsão constitucional segundo a qual “*a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem*” (art. 5º, inciso LX, da Constituição de 1988), e, “*todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a*

³³² ALBERTON, Cláudia Marlise da Silva. **Publicidade dos atos processuais e direito à informação**. 1ª edição. Rio de Janeiro: AIDE Editora, 2000. p. 49.

³³³ Segundo Elpídio Donizetti Nunes, quando o acesso aos autos do processo, bem como aos atos praticados no curso deste como audiências, sessões e julgamentos, forem franqueados ao público em geral, diz-se que a publicidade é geral ou plena. Lado outro, quando este acesso for restrito aos sujeitos da relação processual, fala-se em publicidade restrita, específica ou especial. NUNES, Elpídio Donizetti. **Curso didático de direito processual civil**. 13ª edição. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2010. p. 89.

preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação” (art. 93, da Constituição de 1988).³³⁴

Diante desse arcabouço, podemos concluir que o Código de Processo Civil de 1973 consagrou o princípio da publicidade restrita, uma vez que, como visto, dispôs como regra a determinação de publicidade dos atos processuais e, no mesmo regramento, trouxe as exceções aplicáveis³³⁵ (art. 155 e seus incisos e parágrafo único),³³⁶ consoante à previsão constitucional,³³⁷ razão pela qual, frisa-

³³⁴ Abre-se um parêntese para, chamando a atenção dos administrativistas, salientar que, quando a situação estiver envolta em decisões administrativas oriundas dos tribunais, estas deverão ser motivadas em sessão pública de seus órgãos específicos. Entretanto, nesse caso, a publicidade será restrita quanto aos votos de seus membros, uma vez que assim determina o inciso X, do art. 93, da Constituição de 1988: *“as decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e em sessão pública, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros”* (tal redação fora ofertada pela Emenda do Judiciário – Emenda Constitucional nº 45, de 2004).

³³⁵ Segredo de justiça que ocorreria nas exceções previstas pelo próprio art. 155, do CPC/73. Tinha por preceito o resguardo do interesse público e a garantia constitucional à vida privada, intimidade, honra e imagem. Temas largamente enfrentados pelo presente trabalho.

³³⁶ Art. 155. Os atos processuais são públicos. Correm, todavia, em segredo de justiça os processos: I - em que o exigir o interesse público; II - que dizem respeito a casamento, filiação, separação dos cônjuges, conversão desta em divórcio, alimentos e guarda de menores. Parágrafo único. O direito de consultar os autos e de pedir certidões de seus atos é restrito às partes e a seus procuradores. O terceiro, que demonstrar interesse jurídico, pode requerer ao juiz certidão do dispositivo da sentença, bem como de inventário e partilha resultante do desquite.

Importante relembrar que o Poder Judiciário passou a se preocupar com o indevido abuso do princípio da publicidade dos atos processuais, sobretudo com o atual excesso da divulgação da mídia e a excessiva curiosidade popular no que se refere aos “processos midiáticos”. É que, os cada vez mais modernos meios de comunicação, tornaram-se, muitas vezes, perigos tão grandes, ou ainda maiores, que o próprio segredo de justiça, outrora combatido pela publicidade ampla. Os danos advindos da ampla publicidade midiática podem ser irreversíveis. Não raras vezes, no Brasil, vemos programas televisivos noticiando provas que sequer passaram pelo crivo do contraditório e da ampla defesa, quiçá respeitaram o devido processo legal e serão aceitas ou não como provas legítimas. Sem qualquer juízo de valor político, ver o exemplo das escutas clandestinas da Ex-Presidente da República Dilma Rousseff. Notícia disponível em <https://www.conjur.com.br/2017-jul-30/moro-seguiu-constituicao-divulgar-grampo-lula-dilma> Acesso em 23 de abril de 2019, às 19:31hs.

Ainda, frisa-se que a legislação esparsa era fértil em excepcionar a publicidade dos atos processuais, como no caso dos artigos 143, 144 e 247, do Estatuto da Criança e do Adolescente, que determinava o sigilo dos atos judiciais que digam respeito a crianças e adolescentes.

O legislador, ao prever e, via de consequência, permitir o sigilo (segredo), deixa claro que a publicidade dos atos processuais, como um princípio que é, não é absoluta.

³³⁷ art. 5º, inciso LX, e art. 93, ambos da Constituição de 1988.

se, por oportuno, fora considerada norma recepcionada pelo atual ordenamento jurídico brasileiro.

Nota-se, ao final, que o Código de Processo Civil de 1973 foi de uma importância sem precedentes para a disciplina processual no Brasil, sobretudo pela regulamentação do princípio da publicidade dos atos processuais e consequentes exceções que antecederam, até mesmo, a Constituição que redemocratizou o Brasil (1988).

O Brasil adotou, na oportunidade (CPC/73), uma publicidade capaz de permitir a fiscalização externa sobre o Poder Judiciário, mas que, por questões específicas que refletiam o interesse público-social, tornou-se restrita para alguns casos, sendo amparado, nessa peculiaridade, pela Carta maior de 1988.³³⁸

3.3.4.1. As funções da garantia da publicidade dos atos processuais após 1988.

Em que pese já termos tratado dos efeitos oriundos da publicidade dos atos processuais no Código de Processo Civil de 1973, não é demasiado custoso destacar, autonomamente, esse ponto no cenário jurídico percebido após o advento da Constituição de 1988.

Para nós, a publicidade dos atos processuais, por cuidar-se, em verdade, de uma garantia instrumental posta a serviço das partes e da sociedade, não é uma garantia constitucional e processual que se exaure em si mesma.³³⁹

³³⁸ Repete-se, por esclarecedor: Considerando-se que o Código de Processo Civil de 1973 é anterior à Constituição de 1988, assim como aquele normativo já trazia em seu texto exceções à ampla publicidade (hipóteses em que se determinava o sigilo processual), bem como que a Carta em vigência privilegiou as situações excepcionais já regulamentadas, houve clara recepção do CPC/73 nessa peculiaridade.

³³⁹ Segundo ABDO, Helena Najjar, Op. Cit., p. 2904, trata-se, a publicidade dos atos processuais, de uma garantia instrumental de segundo grau.

Dessa forma, a publicidade dos atos processuais possui duas funções características, sendo a primeira proteger as partes contra juízos arbitrários e secretos, garantindo a efetivação do devido processo legal, e a segunda função é viabilizar a participação e controle externo do público em geral sobre o exercício da atividade do Poder Judiciário.

Segundo a orientação de Mauro Cappelletti, a função protetiva das partes consiste em salvaguardar o jurisdicionado de procedimentos e julgamentos parciais, arbitrários, secretos e inquisitoriais.³⁴⁰

A ideia que foi firmada na origem da garantia é a de que, ao realizar um julgamento público, ou seja, a portas abertas, o juiz tende a limitar-se à aplicação de critérios jurídicos, abstendo-se de influências espúrias, de forma a manter sua independência no exercício de seu *múnus* estatal.³⁴¹

Quem efetivamente aproveita desse primeiro viés da publicidade dos atos processuais é o jurisdicionado, interessado no desenvolvimento de um processo justo, através de um desenrolar procedimental legítimo, imparcial e de acordo com o *due process of law*.

Por outro lado, a publicidade é justificada pela imprescindibilidade de se viabilizar, ao público em geral, a participação na administração da justiça e, de uma certa forma, também de controlá-la.³⁴²

Esse segundo escopo da publicidade corrobora, no ordenamento jurídico brasileiro, com o que dispõe o art. 37, da Constituição de 1988,³⁴³ que impõe a publicidade aos atos da administração pública. Ora, sendo a atividade jurisdicional uma expressão do próprio poder estatal, é mais do que esperado que seus atos sejam realizados sob a observância pública.

³⁴⁰ CAPELLETTI, Mauro. **Processo e Ideologie**. Bolonha: Il. Mulino, 1969. p. 28.

³⁴¹ Nesse sentido, ver ADBO, Helena Najjar. Op. Cit., p. 2.904.

³⁴² ADBO, Helena Najjar. Op. Cit., p. 2.905.

³⁴³ Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...).

Aliás, bem antes do advento da normalidade democrática brasileira, Pontes de Miranda já salientava que a publicidade prende-se à necessidade de os atos processuais serem fiscalizados pelo público como verdadeiros “*autenticadores*” do serviço jurisdicional.³⁴⁴

A publicidade dos atos processuais, já no Código de Processo Civil de 1973, no período antidemocrático, já fazia parte da segurança da justiça.³⁴⁵

Segundo Carvalho Santos, a publicidade dos atos processuais interessava igualmente à própria justiça e aos cidadãos em geral, pois garantia àquela confiança e respeito, enquanto que a estes o direito de fiscalização externa das atividades dos juízes.³⁴⁶

Assim, podemos dizer que o segundo objetivo da publicidade consistia, no CPC/73 em um cenário pós Constituição de 1988, em servir como um verdadeiro instrumento da fiscalização da sociedade sobre o exercício jurisdicional.

³⁴⁴ MIRANDA, Pontes. 1974. Op. Cit., p. 63.

³⁴⁵ FADEL, Sérgio Sahione. **Código de Processo Civil Comentado**. Tomo I. Rio de Janeiro: José Knfino editor, 1975. p. 265.

³⁴⁶ CARVALHO SANTOS. **Código de Processo Civil Interpretado**. Tomo I. Rio de Janeiro: Editora Freitas Bastos, 1964. p. 106.

3.3.5. Código de Processo Civil de 2015.

O Brasil passou, sobretudo entre as décadas de 1990 e 2000, por incontáveis reformas no texto do Código de Processo Civil de 1973. Em razão da perda de consistência e coesão dos textos processuais, esse movimento de reformas parciais sempre foi algo duramente criticado pela doutrina e jurisprudência brasileira.³⁴⁷

Além do mais, o novo ordenamento inaugurado com o advento da Constituição de 1988 não era suportado, em sua integralidade, pelo Código instrumental de 1973, uma vez que, editado na vigência de um regime militar, não havia privilegiado todos os direitos fundamentais capazes de suportar o viés garantista da Constituição democrática que passou a reger todo o sistema jurídico brasileiro. Era preciso ver o processo através de uma visão constitucionalizada.

Dessa forma, considerando-se, também, o longo lapso temporal de vigência e, porque não dizer, decadência, tornou-se necessário renovar a legislação processual brasileira, de forma a deixar para trás o Código de 1973, que nessa altura mais se parecia um quebra-cabeças, tendo em vista as incontáveis reformas sofridas,³⁴⁸ e alcançando-se um “*Código atualizado, condizente com a evolução da sociedade que influenciou no próprio direito processual*”.³⁴⁹

³⁴⁷ PICARDI, Nicola; NUNES, Dierle. O Código de Processo Civil Brasileiro. Origem, formação e projeto de reforma. In **Revista de Informação Legislativa**. V. 48, nº 190. Abril – junho de 2011. Brasília: Senado Federal, 2011. p. 100.

³⁴⁸ Para ter-se uma ideia da quantidade de reformas sofridas, em 2005, o Código de Processo Civil de 1973 sofreu a alteração legislativa de todo o seu capítulo de execução pela Lei nº 11.232, de 2005. Ver CARMONA, Carlos Alberto. Apresentação. In BAUMÖHL, Débora Inês Kram. **A Nova Execução Civil: a desestruturação do processo de execução**. Coleção Atlas de Processo Civil. São Paulo: Atlas, 2006. pp. XIII-XIV.

³⁴⁹ Não podemos deixar de citar que alguns estudiosos do direito clamavam pela vinda de um novo código de processo civil que pudesse solucionar a crise por que passava o exercício da jurisdição, sobretudo pela demora na prestação jurisdicional. Sobre essa reclamação, contudo, recaíam fortes críticas, pois havia parcela doutrinária que defendia não ser suficiente a alteração da legislação sem alterar, substancialmente, o aparato judiciário, acrescentando novos juízes e servidores. Nesse sentido, ver MOURÃO, Luiz Eduardo Ribeiro. O Sono Dogmático e o Projeto de um Novo CPC. In **Revista Brasileira de Direito Processual. RBDPro**. Ano 20, nº 80. Outubro-dezembro, 2012. Belo Horizonte: Editora Fórum. pp. 101-108.

Entendia-se ser o momento de criar uma codificação voltada à evolução propriamente dita. Dessa forma, tentou-se formar uma Comissão de juristas contemporâneos para elaborar um aglomerado de regras tendente a acompanhar o novo mundo. Buscava-se, assim, um código atualizado com olhos voltados para o futuro, abraçando o que havia de bom no antigo código, de forma atualizada, desprezando-se e reformulando o que era dispensável ou indesejado. Pelo menos era isso que esperavam e acreditavam os idealizadores do projeto.

Nesse cenário, foi apresentado, em 2010, o Projeto de Lei nº 8.046, na Câmara dos Deputados e nº 166, no Senado Federal, com texto elaborado por uma seleta gama de juristas, como, por exemplo, o baiano Fredie Didier Júnior, o carioca Alexandre Freitas Câmara e o mineiro Dierle Nunes. Destaca-se a diversidade regional de representação na Comissão formada, o que, por certo, buscou superar a dicotomia existente das escolas processuais brasileiras, de um lado a Escola Mineira de Processo e, de outro, a Escola Paulista de Processo.³⁵⁰

O referido projeto perpetuou-se no Legislativo brasileiro por quatro longos anos, quando foi aprovado definitivamente pelo Senado Federal em 17 de dezembro de 2014, seguindo para sanção presidencial, ocorrida em 16 de março de 2015.³⁵¹

O denominado Novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015),³⁵² em suma, prega a celeridade processual, a boa-fé processual³⁵³ e a ampla cooperação entre os agentes do processo.³⁵⁴

³⁵⁰ Apenas a título de curiosidade, a Escola Paulista, liderada por Enrico Túlio Liebman, sempre teve por tradição a defesa da instrumentalidade processual e do ativismo do judiciário, ao passo que a Escola Mineira, que tem como grandes expoentes os professores Rosemiro Pereira Leal e Ronaldo Bretas, defende, desde a década de 1970, um processo constitucionalizado e garantista.

³⁵¹ Considerando-se a *vacatio legis* de um ano, o Código de Processo Civil de 2015 entrou em vigência em 18 de março de 2016.

³⁵² BRASIL. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm Acesso em 23 de abril de 2019, às 20:27hs.

³⁵³ Art. 5º, do CPC/2015. Aquele que de qualquer forma participa do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé.

³⁵⁴ Art. 6º, do CPC/2015. Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva.

É, segundo a doutrina contemporânea, uma codificação editada para corresponder com a expectativas de um Estado Democrático de Direito, razão pela qual acreditamos que ela se amoldou, sem muitas dificuldades, ao texto constitucional de 1988.

Relembramos, por oportuno, que a preocupação de correlacionar o processo com a Constituição não é de hoje.

No cenário internacional, desde a Segunda-Guerra Mundial o processo passou a se consolidar como uma garantia constitucional, através da consagração de princípios de direito processual nas Constituições da Itália, França, Alemanha e Espanha.³⁵⁵ No Brasil, desde a Constituição de 1988, esse movimento de constitucionalização do processo vem tomando forma.³⁵⁶

Essa ideia de um Direito Processual Constitucional consiste, em síntese, “*na condensação metodológica e sistemática dos princípios constitucionais do processo*”.³⁵⁷

Nunca houve dúvidas, desde antes da edição do CPC/15, que o Brasil, no âmbito processual, estava sob o teto da constitucionalização do processo, sendo que a leitura das regras processuais, por óbvio, prestavam continência às normas constitucionais.

O novo *códex* instrumental, surfando na onda do processo constitucional, reafirmou, em seu art. 1º, que “*o processo civil será ordenado, disciplinado e interpretado conforme os valores e as normas fundamentais estabelecidos na*

³⁵⁵ ARAÚJO, Fabrício Simão da Cunha. O processo constitucional como elemento de proteção dos direitos fundamentais no Estado Democrático de Direito. *In Revista Brasileira de Direito Processual. RBDPro*. Ano 20, nº 80. Outubro-dezembro, 2012. Belo Horizonte: Editora Fórum. pp. 72-99.

³⁵⁶ Ver BRÊTAS, Ronaldo de Carvalho Dias. **Processo Constitucional e Estado Democrático de Direito**. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

³⁵⁷ BARACHO, José Alfredo de Oliveira. **Processo Constitucional**. Rio de Janeiro: Forense, 1984. pp. 125-126.

*Constituição da República Federativa do Brasil, observando-se as disposições deste Código”.*³⁵⁸

Dessa forma, uma vez que a própria Constituição de 1988, como visto, prevê expressamente a garantia da publicidade dos atos processuais,³⁵⁹ o Código de Processo Civil de 2015, em consonância com o viés do processo constitucional, trouxe regra acerca do referido princípio em seu art. 189, sendo indubitável que ampliou o regramento constante no CPC/73, sobretudo ao destrinchar as hipóteses em que se daria o segredo de justiça:

Art. 189. Os atos processuais são públicos, todavia tramitam em segredo de justiça os processos:

I - Em que o exija o interesse público ou social;

II - Que versem sobre casamento, separação de corpos, divórcio, separação, união estável, filiação, alimentos e guarda de crianças e adolescentes;

III - em que constem dados protegidos pelo direito constitucional à intimidade;

IV - Que versem sobre arbitragem, inclusive sobre cumprimento de carta arbitral, desde que a confidencialidade estipulada na arbitragem seja comprovada perante o juízo.

§ 1º O direito de consultar os autos de processo que tramite em segredo de justiça e de pedir certidões de seus atos é restrito às partes e aos seus procuradores.

§ 2º O terceiro que demonstrar interesse jurídico pode requerer ao juiz certidão do dispositivo da sentença, bem como de inventário e de partilha resultantes de divórcio ou separação.

Ainda:

³⁵⁸ BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm Acesso em 16 de março de 2020, às 20:32hs.

³⁵⁹ Artigos 5º, LX e 93, IX, da Constituição de 1988.

Art. 11. Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade³⁶⁰.

Parágrafo único. Nos casos de segredo de justiça, pode ser autorizada a presença somente das partes, de seus advogados, de defensores públicos ou do Ministério Público.

Tal como ocorria quando da vigência do Código instrumental anterior (1973), em um primeiro momento, visa o princípio da publicidade dos atos processuais permitir o acesso amplo das partes e dos terceiros (sociedade) aos atos praticados dentro do processo.

É assente que esse princípio constitui preciosa garantia do indivíduo no tocante ao exercício da jurisdição, de forma a evitar que o exercício desta se torne arbitrária e fuja de seus objetivos institucionais.

Podemos dizer, portanto, que a publicidade dos atos processuais permaneceu sendo o meio mais eficaz de controle do comportamento do juiz, dos advogados, do promotor e, até mesmo, das partes.

Ao admitir-se a publicidade dos atos, permitindo a presença de qualquer pessoa em uma audiência, acesso direto aos autos do processo a qualquer um que, por qualquer razão que seja, queira conhecer seu teor, bem como a leitura do diário oficial, garante a efetividade da garantia em estudo.³⁶¹

No processo civil, revisado pelo novo *códex* (2015), a publicidade é a norma geral, ou seja, qualquer pessoa pode ter livre acesso aos atos processuais, e de forma imediata (faculta-se a presença de qualquer pessoa no momento da prática do ato). Esse é o motivo pelo qual qualquer sujeito, ainda que não demonstre

³⁶⁰ Acerca do art. 11, do CPC/15, a doutrina brasileira, ao se perguntar se outros atos que não os julgamentos, também correriam publicamente, alcançou uma conclusão positiva. Assim, apesar do art. 11 dispor acerca dos julgamentos, deve-se ler como “atos processuais”. Sobre essa questão, ver NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de Direito Processual Civil**. Volume único. 9ª edição. Salvador: Editora JusPODIVM, 2017. p. 197.

³⁶¹ Nesse sentido, ver NEVES, Daniel Amorim Assumpção. 2017. Op. Cit., p. 196, e THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil. Vol. I**. 57ª ed. Rio de Janeiro: 2016. pp.93-95.

qualquer interesse na demanda, pode assistir a uma audiência, a uma sessão de julgamento ou analisar os autos do processo em cartório.³⁶²

Nota-se que, com a evolução da sociedade brasileira, a publicidade tem se revelado até mesmo pela mídia televisiva, uma vez que os julgamentos de grande repercussão, principalmente os oriundos do Supremo Tribunal Federal, têm sido transmitidos ao Vivo (Canal TV Justiça).³⁶³

Entretanto, em que pese o grande acesso aos atos processuais observado com a evolução dos meios de comunicação, o legislador percebeu que a publicidade ampla e irrestrita pode ser danosa a alguns determinados valores essenciais garantidos pela Constituição de 1988. Desse modo, valendo-se também da ideia de um processo constitucional, adaptou-se ao previsto no art. 5º, LX, da referida Carta, permitindo, dessa forma, a restrição da publicidade dos atos processuais quando o exigirem a intimidade e o interesse social.

Como dito, o novo Código de Processo Civil detalhou bem as hipóteses de segredo de justiça³⁶⁴ de forma que restringiu a publicidade em conformidade com a previsão constitucional.

No primeiro inciso do art. 189, há previsão de restrição da publicidade quando “*o exija o interesse público ou social*”. Nessa quadra, traduzindo o que seria “interesse público ou social”, impor-se-ia o segredo quando se tratar de um interesse transindividual, ou seja, aquilo que transpõe o interesse privado das partes dentro de um determinado processo.³⁶⁵

³⁶² NEVES, Daniel Amorim Assumpção. 2017. Op. Cit., pp. 196-198.

³⁶³ Os julgamentos do Supremo Tribunal Federal - STF podem ser acompanhados ao vivo pela televisão ou mesmo pela internet, através do seguinte link: <http://www.tvjustica.jus.br/>

³⁶⁴ Contemporaneamente tem-se discutido no cenário jurídico brasileiro a utilização do termo “segredo de justiça” em detrimento da expressão “sigilo”. Isto porque, tem-se defendido que nenhum processo corre efetivamente em “segredo de justiça”, pois isso equivaleria à não aplicação da publicidade dos atos processuais, sendo que a lei nesses casos apenas mitiga a publicidade, restringindo-a às partes e a seus advogados. Sobre a referida crítica, ver NEVES, Daniel Amorim Assunção. 2017. Op. Cit., p. 196.

³⁶⁵ NEVES, Daniel Amorim Assumpção. 2017. Op. Cit., p. 197.

Já o inciso II apresenta um rol, segundo a doutrina contemporânea, meramente exemplificativo de processos que devem seguir com a publicidade mitigada. Dessa forma, reproduzindo-se o texto do Código de Processo Civil anterior (1973), continuam tramitando em segredo os processos que versam sobre casamento, separação de corpos, divórcio, separação, união estável, filiação, alimentos e guarda de crianças e adolescentes.

O inciso III cuida do segredo dos processos nos quais constem dados protegidos pelo direito constitucional à intimidade (consagrando-se no diploma processual, dessa forma, a regra constitucional – art. 5º, LX, da Constituição de 1988).

Por fim, uma inovação legislativa é o inciso IV, que dispõe sobre o segredo nos processos que digam respeito à arbitragem, ou sobre o cumprimento da carta arbitral, desde que a confidencialidade entabulada na arbitragem seja comprovada perante o Juízo.

O Código atual está longe de ofertar toda a amplitude desejada pelo Poder Constituinte expressamente consignada na Carta de 1988. Entretanto, podemos dizer que, com a recente redemocratização do país, é interessante a evolução do princípio que, mesmo tímido e de pouco trato doutrinário, vem sendo efetivado cada vez mais.

Com o Código de Processo Civil de 2015, sobretudo diante de sua leitura constitucionalizada, cremos que foi revigorada a ideia envolta no controle externo do Poder Judiciário através da publicidade de seus atos (censura da sociedade).

Ora, afinal de contas, entendemos que o princípio da publicidade dos atos processuais deve ser visto como um dos alicerces do Estado Democrático de Direito, pois, como bem asseverou Rui Portanova, “*a democracia não se compraz com o secreto, com o que não é notório*”.³⁶⁶

Valendo-nos das colocações de Patrícia Teixeira de Rezende Flores e Andréa Pécora, a garantia da publicidade dos atos processuais “*constitui elemento*

³⁶⁶ PORTANOVA, Rui. **Princípios de processo civil**. 3ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999. p. 167.

necessário e imprescindível para evitar-se arbitrariedades, ilegalidades ou abusos de poder".³⁶⁷

Nota-se, ainda em uma análise constitucionalizada da publicidade, que a referida garantia irradia-se, como regra, a todos os âmbitos de atividade pública, sendo um princípio aplicável não apenas ao Poder Judiciário, mas a toda atividade exercida pelo Estado.³⁶⁸

3.3.6. Processo Judicial Eletrônico.

A partir do Séc. XX a sociedade mundial ingressou em um momento histórico denominado Revolução da Informação ou Revolução do Conhecimento, através do qual a informação e o conhecimento passaram a desempenhar um papel imprescindível e central na atividade social como um todo.

Nesse íterim, a informatização, como produto da informação e do conhecimento, passou a ser uma ferramenta indispensável ao trabalho do ser humano em suas mais diversas áreas de atuação.

Diante desse cenário de revolução informacional, segundo defende Guasque e Freitas, os avanços da tecnologia acabariam, mais cedo ou mais tarde, atingindo a forma de se fazer Justiça. Esse novo estilo de vida das pessoas, agora adequado às novas tecnologias, não facultou ao Judiciário a possibilidade de afastar-se dessa evolução.³⁶⁹

³⁶⁷ **Apud** PORTO, Sérgio Gilberto. Coord. **As garantias do cidadão no processo civil. Relações entre Constituição e Processo**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003, p. 109.

³⁶⁸ Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...).

³⁶⁹ GUASQUE, Barbara; FREITAS, Cinthia Obladen de Almeida. Política Judiciária e Processo Eletrônico: eficácia socioeconômica. In **Direito e Justiça**. Vol. 39, nº 1. 2013. pp. 58-98.

Nessa seara evolucionista, já em 1984 o legislativo brasileiro iniciou um movimento tendente a modernizar o Judiciário com a edição da Lei nº 7.244,³⁷⁰ que disciplinava o funcionamento do Juizado Especial de Pequenas Causas, ao prever a possibilidade de gravar, em fita magnética, os atos que fossem realizados em audiência de instrução e julgamento, como, por exemplo, o depoimento das partes. Essa nova ferramenta modificou sobremaneira o modo de captura e armazenamento do conteúdo das audiências, exigindo, via reflexa, do próprio Poder Judiciário, uma estrutura mínima na área da informática.

Mais adiante, com o escopo de adequar-se a essa nova e crescente realidade tecnológica, os primeiros indícios de uma possível informatização processual começaram a aparecer no Brasil na década de 1990, quando alguns tribunais, como o pioneiro Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, passaram a implementar, antes mesmo da popularização da internet no país, o então denominado sistema de consulta processual por meio do *bulletin board system*.³⁷¹

É curioso que o cenário para o surgimento da informatização do processo não se deu pelo Direito em si, mas sim porque na década de 1990, diante do grande número de ações ajuizadas, o Brasil passou a enfrentar sérios problemas relacionados ao acesso ao judiciário e à morosidade processual.³⁷²

Ao considerar a situação vivenciada pelo Sistema Judiciário brasileiro, teorizou-se, e com acerto, em nosso sentir, que o acesso a uma ordem jurídica justa e

³⁷⁰ BRASIL. Lei nº 7.244, de 07 de novembro de 1984. Disponível em <https://legis.senado.leg.br/norma/549120> Acesso em 16 de março de 2020, às 21:24hs.

³⁷¹ ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo. A segurança da informação no processo eletrônico e a necessidade de regulamentação da privacidade de dados. In **Revista de Processo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, ano 32, nº 157, outubro de 2007. pp. 165-180.

³⁷² Não obstante a década de 1990 ter sido o ápice das reclamações contra o Poder Judiciário, nota-se, pelos dados fornecidos pelo Conselho Nacional de Justiça, que a situação, em que pese menor, não alcançou significativa melhora, pois é nítido que duas a cada quatro reclamações recebidas pela ouvidoria dizem respeito à demora no tramite processual. Dados disponíveis em <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/62126-morosidade-da-justica-e-a-principal-reclamacao-recebida-pela-ouvidoria-do-cnj> Acesso em 01 de abril de 2019, às 20:28hs.

A propósito, acerca das necessidades que auxiliaram o surgimento do processo desmaterializado em Portugal, ver MADEIRA, Luís Cláudio Magalhães. Peças e Actos Processuais Judiciais por Transmissão Electrónica via Internet. In **Direito da Sociedade da Informação**. Vol. IX. Coimbra: Coimbra Editora, 2011. pp. 57 e ss.

completa deve estar inserido no núcleo intangível dos Direitos Humanos e ser elevado à categoria de direito fundamental e essencial do qual emana os demais direitos.³⁷³

Frisa-se que esse cenário era de completo descrédito no Judiciário, uma vez que os processos só tinham data de início (ajuizamento da ação), sem haver, contudo, qualquer vislumbre de seu fim. Não se vislumbra o que pudesse vir a ser a razoável duração do processo, ou melhor, um trâmite em prazo razoável do processo judicial.

Diante da ingerência dos processos pelo Poder Judiciário brasileiro, no ano de 1999, no ápice do movimento reformista, com o escopo de garantir-se uma melhora no acesso à justiça, foi elaborada a denominada “Lei do Fax”³⁷⁴ (Lei nº 9.800/99),³⁷⁵ que, infelizmente, pouco contribuiu para um verdadeiro processo informatizado, uma vez que apenas permitia às partes a utilização de sistema de transmissão de dados (fac-símile ou outro similar) para a prática de atos processuais que dependessem de petição escrita, excluindo-se, dessa forma, os demais.

³⁷³ BEZERRAM, H. J. S. A. **Educação para formação de juízes-gestores: um novo paradigma para um judiciário em crise.** p. 1. 2010. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/estrategia/wp-content/uploads/2010/03/Higyna-Formacao-de-Juizes-Gestores.pdf> Acesso em 12 de março de 2019, às 20:17hs.

³⁷⁴ BRASIL. **Lei nº 9.800, de 26 de maio de 1999.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9800.htm Acesso em 23 de abril de 201, às 20:43hs.

³⁷⁵ Não podemos deixar de citar que, para alguns doutrinadores, na verdade, o primeiro diploma a tratar do uso de meios eletrônicos de comunicação para a prática de atos processuais não foi a Lei do Fax (nº 9.800/99), mas sim a Lei do Inquilinato (nº 8.245/91), que, em através de seu artigo 58, inciso IV, permitiu a utilização de *telex* ou *fac-símile* para a citação da parte adversa em uma ação de despejo, consignação em pagamento de aluguel e acessório da locação, revisional de aluguel ou renovatória, desde que seja a locatária uma pessoa jurídica ou, pelo menos, um empresário individual e que haja a previsão contratualmente descrita pelas partes. Ocorre que tal não é considerado pela maioria da doutrina por dois motivos: primeiramente, porque a lei é de direito material, sendo certo que não era comum o tratamento misto dos modos legislativos. Segundo, porque, como bem ressaltou Almeida Filho (p. 26), não há conhecimento que este procedimento tenha sido utilizado algum dia na prática forense, nem mesmo que haja alguma jurisprudência sobre o assunto. Ver, nesse sentido, ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo. 2007. Op. Cit., pp. 165-180.

De mais a mais, a Lei do Fax serviu apenas para postergar o protocolo presencial da via original, já que esta deveria ser apresentada em Juízo em até cinco dias do término do prazo (art. 2º).³⁷⁶

Já em 2001, com a criação dos Juizados Especiais Federais pela Lei nº 10.259/01,³⁷⁷ pela primeira vez uma legislação brasileira viabilizou a prática dos atos processuais de forma inteiramente eletrônica, ou seja, sem a necessidade de apresentação posterior dos originais em forma física e presencialmente,³⁷⁸ tal qual era exigido pelo texto da Lei do Fax.

A Justiça Federal, na oportunidade, criou um sistema eletrônico conhecido como e-Proc, que eliminou por completo o uso do papel e dispensou o deslocamento dos advogados e das partes à sede da unidade judiciária. Todos os atos processuais, seja de qual sujeito processual partissem, passaram a ser realizados pela via digital, desde a petição inicial até a determinação de arquivamento do feito.

³⁷⁶ “As first albeit shy step towards the use of digital technologies in procedural acts, Law n. 9,800 of May 26, 99 has created the possibility of submitting procedural documents via facsimile. Although such innovation definitely eased compliance with legal deadlines excluding possible inconveniences and costs implied in having to file procedural documents in person, Article 2 of the referred law provides that an original, physical counterpart of the documents sent via facsimile had to be delivered to the court in up to five days after the end of the deadline”. In RINALDO FILHO, Demócrito. **A informatização do processo judicial – Da Lei do fax à Lei 11.419/06: Uma breve retrospectiva legislativa.** In VINCENZI, Brunela Vieira de; SAMPAIO, Luiza Saito. The Eletronic Proceeding in Brazil. In **Revista Brasileira de Direito Processual – RBDPro.** Doutrina e Resenhas. Volume 78. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2012. p. 48.

³⁷⁷ BRASIL. **Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10259.htm Acesso em 23 de abril de 2019, às 20:45hs.

³⁷⁸ “A further step was taken by Law n. 10,259 of July 12, 2001, which then stimulated the use of information technology to procedural acts before the federal courts set up by such law, and not only to the transmission of procedural documents. In this sense, Article 8, § 2 of Law n. 10,259/01 authorizes the implementation of electronic services for the communication of procedural acts and allows for the submission of digital documents without the subsequent need to deliver a printed counterpart of such documents. A very pragmatic, interesting rule was ser by Article 14, §3, according to which judges responsible for standardizing the case law (Turma de Uniformização Jurisprudencial) and residing in different cities should set meetings to be conducted by distance, digital means”. VINCENZI, Brunela Vieira de; SAMPAIO, Luiza Saito. The Electronic Proceeding in Brazil. In **Revista Brasileira de Direito Processual – RBD Pro.** Doutrina e Resenhas. Volume 78. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2012. p. 48.

Ainda no ano de 2001, editou-se outro regramento sobre o processo judicial eletrônico,³⁷⁹ sendo ele a Medida Provisória nº 2.200/01,³⁸⁰ que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP Brasil, com o objetivo de garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos produzidos eletronicamente por meio do uso de certificados digitais, legalizando-se, assim, a assinatura digital no Brasil.³⁸¹

Em 19 de dezembro de 2006, a utilização de forma ampla do Processo Eletrônico foi disciplinada pela Lei nº 11.419/06,³⁸² que dispôs sobre a informatização do

³⁷⁹ O Processo Judicial Eletrônico pode ser definido, nas palavras da jurista Marcialina Leal como *“a relação abstrata existente entre as partes e o juiz, submetida estritamente ao império da justiça do contraditório em seu desenvolvimento, de forma eletrônica, que pode ser mais facilmente entendido como a completa substituição do meio físico papel pelos meios de armazenamento disponibilizados pela informática. O processo eletrônico é o processo judicial sem papel, no qual os atos processuais são realizados por meio do computador conectado à internet diretamente nos sítios eletrônicos dos tribunais. Considerando-se meio eletrônico qualquer forma de armazenamento ou tráfego de documentos e arquivos digitais”*. No entender da referida autora, são as características do processo judicial eletrônico: a) publicidade; b) celeridade; c) comodidade; d) facilidade de acesso às informações; e) diminuição do contato pessoal; f) automação das rotinas e das decisões judiciais; g) digitalização dos autos; h) preocupação com a segurança e autenticidade dos dados processuais; i) reconhecimento da validade das provas digitais; e, j) surgimento de uma nova categoria de excluídos processuais (a adoção de tecnologia no acesso à justiça, apresenta-se como mais um obstáculo àqueles que não dispõem de conhecimento em informática, os chamados analfabetos digitais. Aqueles que nem ler conseguem se sentirão ainda mais excluídos num ambiente de computadores completamente distante de sua peculiar realidade). In LEAL, Marcialina. **O acesso à justiça no contexto do procedimento eletrônico**. Rio de Janeiro: Editora Autografia, 2019. pp. 88 e 97-105.

³⁸⁰ BRASIL. PRESIDENTE DA REPÚBLICA. **Medida Provisória nº 2.220, de 24 de agosto de 2001**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/Antigas_2001/2200-2.htm Acesso em 23 de abril de 2019, às 20:51hs.

³⁸¹ Tal informação será de maior relevo quando da análise da segurança do processo judicial eletrônico, no próximo subitem (3.3.6.1).

³⁸² BRASIL. **Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/11419.htm Acesso em 23 de abril de 2019, às 20:59hs.

Destacamos que, em que pese a Lei nº 11.419 de 2006 ter sido a mais importante legislação brasileira sobre o processo judicial eletrônico, tem-se que, no mesmo ano de 2006, a Lei nº 11.382/06 trouxe importantes regulamentações do que se denominou, na prática forense, como “penhora online”, possibilitando ao juiz a realização da penhora não apenas de ativos depositados ou aplicados em estabelecimentos bancários, mas também de bens móveis por meio do computador (art. 659, § 6º). Ainda, a Lei nº 11.341/06, permitiu o uso de repertórios eletrônicos de jurisprudência credenciados para a devida comprovação dos julgados utilizados, viabilizando, até mesmo, a utilização de julgados retirados dos sites dos próprios tribunais (art. 541, parágrafo único).

processo judicial, autorizando o uso do meio eletrônico na tramitação de todas as ações cíveis, trabalhistas e penais, em qualquer grau de jurisdição.³⁸³

Essa Lei (11.419/06) foi o marco regulatório sobre o uso de meios eletrônicos na tramitação de processos, na comunicação de atos e transmissão de peças. A partir desse regramento foi concedida a permissão para a informatização de todos os atos e fases processuais, supostamente possibilitando um julgamento célere, com poucos custos e sem a impressão de nenhuma folha de papel.³⁸⁴

Criou-se, em um primeiro momento pós edição da Lei nº 11.419/06, a ideia de que o processo judicial eletrônico resultaria em uma prestação jurisdicional em tempo razoável, cumprindo, dessa forma, o mandamento constitucional previsto no inciso LXXVIII, do art. 5º, da Constituição Federal Brasileira de 1988.³⁸⁵

³⁸³ Frisa-se ainda que, em que pese a Lei nº 11.419 de 2006 ter disposto sobre a tramitação de todos os processos pela via eletrônica, isto não foi um acontecimento imediato, sendo certo que até os dias de hoje ainda não há uma hegemonia do meio de tramitação, uma vez que vários procedimentos, até mesmo tribunais, ainda utilizam a forma física do processo. Ver Justiça em números Disponível em <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/85273-processo-eletronico-do-cnj-pje-abriga-15-7-milhoes-de-acoas> Acesso em 31 de março de 2019, às 19:51hs.

³⁸⁴ Destaca-se que, apesar da Lei nº 11.419 de 2006 ter se apresentado como o grande marco do processo judicial eletrônico brasileiro, não foi a partir daí, propriamente dito, que o processo informatizado se desenvolveu. O desenvolvimento e adoção da modalidade pelos tribunais brasileiros foi lenta, sendo certo que cada ente da federação foi de acordo com a velocidade de seus passos. Para se ter uma ideia, o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, entidade de referência do Poder Judiciário, apenas adotou o sistema informatizado para materializar seus procedimentos administrativos a partir do ano de 2012. Informação disponível em <http://cnj.jus.br/noticias/cnj/59229-cnj-adota-processo-judicial-eletronico-pje> Acesso em 01 de abril de 2019, às 20:47hs.

Ainda é oportuno dizer que, segundo as palavras do ilustre mestre Dantas Neto, a grande mudança no processo eletrônico não se encontra, propriamente, nos ritos instaurados, e muito menos nas normas e garantias processuais, mas sim na simples substituição do papel por um novo meio (nesse momento digital), que sirva efetivamente para depositar-se e guardar as informações que constariam por escrito nos autos de papel (autos tradicionais). Assim, tem-se que “o fato de não ter que folhear papel e a busca da informação desejada não significa que a forma intrínseca do processo foi alterada”. DANTAS NETO, Renato de Magalhães. Autos virtuais: o novo layout do processo judicial brasileiro. In **Revista de Processo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, ano 36, nº 194, abril de 2011. p. 178.

³⁸⁵ RUSCHEL, Airton José; LAZZARI, João Batista; ROVER, Aires José. O processo judicial eletrônico no Brasil: Uma visão geral. In **Processo Judicial Eletrônico**. Coordenação: COELHO, Marcus Vinicius Furtado; ALLEMAND, Luiz Cláudio. Brasília: Ordem dos Advogados do Brasil, 2014.

Além de ter sido um meio teoricamente capaz de garantir a celeridade processual, o processo judicial eletrônico apresentou-se, para a comunidade jurídica da época, como uma esperança de um processo viável e econômico, como se a simples forma de apresentar-se no mundo fenomênico fosse capaz de interferir de modo a minorar o custo gerado por cada uma das ações judiciais em tramitação.³⁸⁶

Importante destacarmos, por oportuno, que a evolução do Processo Judicial Eletrônico brasileiro deu-se ainda na vigência do Código de Processo Civil de 1973, e não quando já vigente o Novo Código processual de 2015.³⁸⁷

Nesse âmbito temporal (vigência do Código de Processo Civil de 1973), a Lei nº 11.280 de 2006³⁸⁸ incluiu no CPC/73 texto segundo o qual “*Os tribunais, no âmbito da respectiva jurisdição, poderão disciplinar a prática e a comunicação oficial dos atos processuais por meios eletrônicos, atendidos os requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP – Brasil*” (art. 154, parágrafo único).

No ano de 2013, o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, editou a Resolução nº 185,³⁸⁹ com o escopo de instituir o Sistema Processual Eletrônico (PJe) como o sistema a ser adotado para o processamento de informação e prática de atos

Art. 5º, LXXVIII - a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

³⁸⁶ ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo. **Processo eletrônico e teoria geral do processo eletrônico: a informatização judicial no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

³⁸⁷ Não é demais rememorar que os movimentos em prol da celeridade processual intensificaram-se na década de 1990, iniciando a influência legislativa com a chamada “Lei do Fax” de 1999. Após isto, houve outras significativas modificações legislativas voltadas à informatização do processo judicial brasileiro em 2001 e 2006, sendo certo que os regulamentos estaduais apenas começaram a adequar-se depois da resolução do CNJ – Conselho Nacional de Justiça de 2012, oportunidade em que a referida entidade adotou tal meio para o trâmite dos procedimentos administrativos. Tudo isso ocorreu, frisa-se, na vigência do Código de Processo Civil de 1973, que vigorou até 2015 (mais um ano de *vacatio legis* - 2016).

³⁸⁸ BRASIL. **Lei nº 11.280, de 16 de fevereiro de 2006**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11280.htm Acesso em 22 de abril de 2019, às 07:53hs.

³⁸⁹ Conselho Nacional de Justiça. **Resolução nº 185 de 18 de dezembro de 2013**. Disponível em <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/1933> Acesso em 05 de abril de 2020, às 11:42hs.

processuais. Assim, a recomendação do CNJ era que todos os Tribunais brasileiros adotassem um sistema informatizado único.³⁹⁰

O processo judicial eletrônico ainda está em implantação no Brasil, não tendo, ainda, alcançado 100% dos juízos. Porém, o resultado alcançado tem sido positivo, pois, segundo os dados apresentados pelo Conselho Nacional de Justiça na publicação *Justiça em Números* do ano de 2019, nos 10 anos que antecederam a referida publicação, 108,3 milhões de novos casos foram ajuizados em formato eletrônico, alcançando, assim, 83,8% do total das novas ações no referido período.³⁹¹

Ressaltamos que a informatização do processo não é um fenômeno exclusivo do Brasil. Até porque, segundo José Carlos de Almeida Filho,³⁹² trata-se de um fenômeno presente em outros ordenamentos jurídicos como o dos Estados Unidos da América, em que, desde o início da década de 1990, busca-se o desenvolvimento do sistema denominado “*filing*”, caracterizado como um simples “*processamento de armazenamento de dados, com tendência de eliminar a burocracia em papel. Mas não há, como se pretende no Brasil, um processo totalmente eletrônico*”.

Lado outro, também evolui, na Itália, um interessante programa de processamento eletrônico dos atos processuais, o denominado Projeto “*Processo Civile Telematico*”, elaborado pelo Ministério da Justiça daquele país. Ademais, na Itália ainda vige, desde o ano de 2002, o Decreto Presidencial nº 123, de 2001,

³⁹⁰ Art. 1º A tramitação do processo judicial eletrônico nos órgãos do Poder Judiciário previstos no art. 92, incisos I a VII, da Constituição Federal, realizada por intermédio do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, é disciplinada pela presente Resolução e pelas normas específicas expedidas pelos Conselhos e Tribunais que com esta não conflitem.

³⁹¹ Conselho Nacional de Justiça. **Justiça em Números**. 2019. Disponível em https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/conteudo/arquivo/2019/08/justica_em_numeros20190919.pdf Acesso em 05 de abril de 2020, às 11: 53hs.

³⁹² ALMEIDA FILHO, José Carlos. 2008. Op. cit., pp. 119-122.

que cuida da “*formação, da comunicação e da notificação dos atos do processo civil mediante documentos informáticos*”.³⁹³

Ainda é de destacar-se que, na França, acrescentou-se ao Código de Processo Civil então vigente seis artigos através de um decreto datado de 2005, permitindo que os envios ou as notificações de atos processuais, de peças, de avisos, de relatórios, cópias certificadas e mandados judiciais, etc. fossem efetuados pela via informatizada, desde que o destinatário do ato tenha concordado anteriormente em recebê-los pela via eletrônica.³⁹⁴ Nota-se que, segundo Serge Guinchard, desde o ano de 2011, tornou-se obrigatório o envio das “*déclarations d’papier*” e das “*constitutions*” para as Cortes de Apelação Francesas pela via eletrônica, sob pena de não serem recebidas.³⁹⁵

Não podemos deixar de destacar a evolução da desmaterialização processual iniciada em Portugal a partir da criação, em 2007, do Instituto das Tecnologias de Informação da Justiça ligado ao Ministério da Justiça. Segundo os dados passados durante o VII Encontro do Conselho Superior da Magistratura de Évora, no final de 2009, pelo menos 90% das ações que chegaram à justiça portuguesa ingressaram pela via eletrônica.³⁹⁶

³⁹³ Art. 2. (campo di applicazione). 1. E’ ammessa la formazione, la comunicazione e la notificazione di atti del processo civile mediante documenti informatici nei modi previsti dal presente regolamento. 2. L’attività di trasmissione, comunicazione o notificazione, dei documenti informatici è effettuata per via telematica attraverso il sistema informatico civile, fatto salvo quanto stabilito dall’articolo 6. 3. Si applicano le disposizioni del decreto del Presidente della Repubblica 10 novembre 1997, n. 513, ove non diversamente stabilito dal presente regolamento.

³⁹⁴ Article 748-1. Les envois, remises et notifications des actes de procédure, des pièces, avis, avertissements ou convocations, des rapports, des procès-verbaux ainsi que des copies et expéditions revêtues de la formule exécutoire et décisions juridictionnelles peuvent être effectués par voie électronique dans les conditions et selon les modalités fixées par le présent titre.

Article 748-2. Le destinataire des envois, remises et notifications mentionnés à l’article 748-1 doit consentir.

³⁹⁵ GUINCHARD, Serge; CHAINAS, Cécile. **Procédure Civile: Droit interne et droit de l’Union européenne**. 30ª edição. Paris: Dalloz 2010. p. 626.

³⁹⁶ Disponível em <https://www.citius.mj.pt/portal/article.aspx?ArticleId=285> Acesso em 24 de abril de 2020.

3.3.6.1. Realidade social. Da segurança dos dados. Medidas tomadas.

Como já tratamos, diante da ansiedade por um futuro promissor, criou-se a expectativa de que, com a informatização do processo no Brasil, o acesso às informações oriundas da relação processual tornar-se-ia mais democrática que outrora,³⁹⁷ uma vez que, com o manuseio da internet e munidos de algumas informações básicas, os cidadãos, fossem eles partes ou não, poderiam acompanhar o andamento do processo, de modo que, sem dúvidas, a tecnologia teria facilitado sobremaneira o acesso ao processo.³⁹⁸

Entretanto, logo se notou que tal percepção inaugural não condizia com a realidade da sociedade brasileira por dois motivos básicos, que passam a ser expostos.

Primeiramente, faz-se necessário considerar que, no Brasil, significativa parcela da população não tem acesso ou mesmo qualquer afinidade com o computador e, muito menos, com ferramentas informatizadas (programas ou aplicativos) ou mesmo com a internet, o que dificulta, em demasia, o manuseio do instrumento processual do novo século.

É que, conforme o último censo realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em 2016, apenas 63,3% das residências brasileiras

³⁹⁷ Inclusive, visando responder as dúvidas acerca da autonomia dos tribunais regionais que limitavam a seu arbítrio o acesso por parte de terceiro aos autos de processos judiciais eletrônicos, no ano de 2010, o Conselho Nacional de Justiça editou a Resolução nº 121, que dispõe, em seu artigo primeiro, que “a consulta aos dados básicos dos processos judiciais será disponibilizada na rede mundial de computadores (internet), assegurado o direito de acesso a informações processuais a toda e qualquer pessoa, independentemente de prévio cadastramento ou de demonstração de interesse”, com a exceção, é claro, dos processos que corram em segredo ou sigilo de justiça (parágrafo único). Dessa forma, a referida resolução elegeu como “dados básicos” do processo os seguintes: I - número, classe e assuntos do processo; II – nome das partes e de seus advogados; III – movimentação processual; e, IV – inteiro teor das decisões, sentenças, votos e acórdãos (artigo segundo). Disponível em <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/atos-normativos?documento=92> Acesso em 18 de abril de 2020, às 16:38hs.

³⁹⁸ ZILIO, Daniela. **O princípio da publicidade processual e o processo eletrônico**. Santa Catarina: 2012.

possuíam acesso à rede mundial de computadores,³⁹⁹ e, pior ainda, 11,5 milhões de brasileiros eram analfabetos funcionais.⁴⁰⁰

A partir desses dados, podemos perceber que a educação formal média e o poder aquisitivo dos brasileiros não permitem a consulta própria dos autos eletrônicos pelos cidadãos medianos. Temos que, por si só, esses dados científicos já comprovam, derradeiramente, que o livre acesso aos atos processuais sofreu séria mitigação, até porque, frisa-se, não há livre acesso à tecnologia, meio necessário para que o sujeito ingresse nos processados eletrônicos.

Antes da transição dos autos físicos para os autos eletrônicos, bastava que o cidadão se dirigisse ao balcão do cartório/secretaria para ter acesso ilimitado aos atos que constavam dos autos do processo.

Desde que soubesse ler, quando os autos ainda se materializavam-se em papel, poderia o cidadão inteirar-se do que se passava nos autos físicos através de um simples manuseio.

Nessa época não havia a necessidade de um objeto eletrônico (computador), pois o meio de análise do processo era o simples manuseio dos autos físicos. Salvo o analfabetismo, repete-se, não se vislumbrava grandes ou significativas restrições ao acesso pelo cidadão.

De outro lado, embora existissem boas expectativas relacionadas à informatização do judiciário brasileiro, questões atinentes à segurança da informação digital também se tornaram um desafio da atualidade, considerando-se, sobretudo, os riscos de fraude e manipulação de dados.⁴⁰¹

³⁹⁹ Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/brasil-tem-116-milhoes-de-pessoas-conectadas-a-internet-diz-ibge.ghtml> Acesso em 26 de março de 2019, às 21:25hs.

⁴⁰⁰ Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21255-analfabetismo-cai-em-2017-mas-segue-acima-da-meta-para-2015> Acesso em 26 de março de 2019, às 21:33hs.

⁴⁰¹ *“As any other innovation, digital procedures and distance communication has its downside. First of all and often discussed since the internet became the most important means of communication and data storage, there are pressing issues of electronic means security, as for instance hackers and viruses which compromise data protection”.* In ALMEIDA FILHO, José Carlos Araújo. A

A questão envolta na segurança da informação transmitida por meio dos documentos eletrônicos⁴⁰² gerou a necessidade de, além de ser indispensável a existência de um computador conectado à internet, como visto, criar-se algum instrumento capaz de identificar o cidadão que deseja praticar um determinado ato processual⁴⁰³ ou simplesmente consultar os autos do processo no sistema correspondente (sistema de cada tribunal). É este, portanto, o segundo complicador.

Nessa quadra, no que toca a um dos meios para assegurar a autenticidade dos documentos digitais e comprovar quem foi o sujeito processual que os criou, qual seja a assinatura digital,⁴⁰⁴ o inciso III, do § 2º, do art. 1º, da Lei nº 11.419 de 2006, disciplina duas formas de assinatura eletrônica: a) a digital, baseada em certificado digital emitido por uma autoridade certificadora credenciada, na forma da lei; e, b) o cadastro do usuário no Poder Judiciário, nos moldes disciplinados pelos órgãos respectivos.⁴⁰⁵

segurança da informação no Processo Eletrônico e a Necessidade de Regulamentação da Privacidade de Dados. **Revista de Processo**. 2007, pp. 165-180, *In* VINCENZI, Brunela Vieira de; SAMPAIO, Luiza Saito. The Eletronic Proceeding in Brazil. *In* **Revista Brasileira de Direito Processual – RBDPro**. Doutrina e Resenhas. Volume nº 78. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2012. p. 48.

⁴⁰² “Comum ao tratamento e à troca electrónica de dados é a forma da sua documentação, que é realizada através de meios electrónicos em suportes magnéticos ou magnet-ópticos. O resultado daquela atividade de documentação é o documento electrónico”. *In* SOUSA, Miguel Teixeira de. O valor Probatório dos Documentos Electrónicos. *In* **Direito da Sociedade da Informação**. Volume II. Coimbra: Coimbra editora, 2001. p. 172.

⁴⁰³ “As modernas técnicas de comunicação electrónica não podem prescindir da segurança quanto aos sujeitos intervenientes e quanto aos dados transmitidos (...)”. *In* SOUSA, Miguel Teixeira de. 2001. Op. Cit., p. 177.

⁴⁰⁴ Segundo Almeida Filho, “a assinatura digital é uma modalidade de assinatura eletrônica, resultado de uma operação matemática que utiliza algoritmos de criptografia assimétrica e permite aferir, com segurança, a origem e a integridade do documento. A assinatura digital fica de tal modo vinculada ao documento eletrônico subscrito que, ante a menor alteração neste, a assinatura se torna inválida. A técnica permite não só verificar a autoria do documento, como estabelece também uma imutabilidade lógica de seu conteúdo, pois qualquer alteração do documento, como por exemplo a inserção de mais um espaço entre duas palavras invalida a assinatura”. *In* ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo. 2008. Op. Cit., p. 137.

⁴⁰⁵ Alguns Tribunais brasileiros, como foi o caso do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, passaram a emitir, para as partes, apenas nos casos que tramitavam perante os juizados especiais, login e senha para que pudessem acessar os seus próprios autos.

Quanto à primeira forma, explica William Stallings que a *“assinatura digital é um mecanismo de autenticação que permite ao criador de uma mensagem anexar um código que atue como assinatura. A assinatura é formada tomando o hash da mensagem e criptografando-a com a chave privada do criador. A assinatura garante a origem e a integridade da mensagem”*.⁴⁰⁶

Ainda conforme leciona o referido autor, tem-se que a assinatura digital necessita *“verificar o autor da mensagem, a data e a hora da assinatura, (...) autenticar o conteúdo no momento da assinatura”, e “ser verificável por terceiros”*.⁴⁰⁷

Também chamado de sistema de dupla chave, uma vez que contém em si uma chave privada e outra pública, assegura a identificação do usuário e a integridade da informação recebida.⁴⁰⁸

Para o Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Henrique Nelson Calandra,⁴⁰⁹ ao discorrer acerca da segurança da informação, a expectativa é de que *“a assinatura digital conferirá aos documentos o mesmo valor jurídico daqueles em papel, assinados de próprio punho. Esse sistema tem como pilares a autenticidade, a integralidade e a confiabilidade, minimizando os riscos em torno da segurança”*.⁴¹⁰

⁴⁰⁶ STALLINGS, William. **Criptografia e segurança de redes. Princípios e práticas**. Tradução de Daniel Vieira; revisão técnica de Graça Bressan, Ákio Barbosa e Marcelo Succì. 4ª edição. São Paulo: Pearson Prentice – Hall, 2008. p. 272.

⁴⁰⁷ A partir dessas propriedades, formularam-se os seguintes requisitos para uma assinatura digital: a) a existência de um padrão de bits que dependa da mensagem que será assinada; b) a imprescindibilidade de uso de alguma informação exclusiva do emissor, para impedir a falsificação quanto à retratação; c) a facilidade de sua produção; d) deve ser relativamente fácil reconhecê-la e verificá-la (autenticá-la); e) deve ser computacionalmente e inviável a sua falsificação, seja através da construção de uma nova mensagem para uma assinatura digital existente, ou pela edição de uma assinatura digital fraudulenta para determinada mensagem; e f) deve ser prático armazenar uma cópia da assinatura digital.

⁴⁰⁸ SOUSA, Miguel Teixeira de. 2001. Op. Cit., p. 178.

⁴⁰⁹ CALANDRA, Henrique Nelson. 2001. Op. Cit., p. 35.

⁴¹⁰ Para Almeida Filho, 2008, op. Cit., p. 137, *“a assinatura digital é uma modalidade de assinatura eletrônica, resultado de uma operação matemática que utiliza algoritmos de criptografia assimétrica e permite aferir, com segurança, a origem e a integridade do documento. A assinatura digital fica de tal modo vinculada ao documento eletrônico “subscrito” que, ante a menor alteração neste, a assinatura se torna inválida. A técnica permite não só verificar a autoria do documento,*

Em Portugal, nos moldes da visão de Miguel Pupo Correa, de forma não diferente ao que ocorreu no Brasil, em uma interpretação funcional dos artigos 373º e 376º, do Código Civil Português, com o escopo de dar autenticidade aos documentos eletrônicos, tornou-se necessária a verificação de uma forma de assinatura dos atos eletrônicos, sendo que tal se deu igualmente por meio da adoção da assinatura digital.⁴¹¹

Na definição da assinatura digital, consta que a mesma é obtida através da criptografia assimétrica,⁴¹² sendo tal qualidade essencial à segurança do processo judicial eletrônico.

A crescente utilização dos computadores e dos sistemas de comunicação aumentou o risco de subtração de informações particulares, e, no sistema processual eletrônico, a situação não poderia ser diferente, até porque mantida a sua inteiração com a sociedade em que inserido. Por esse motivo, a criptografia tornou-se um dos principais instrumentos de proteção das informações eletrônicas.⁴¹³

Ademais, a assinatura digital serve para autenticar o documento eletrônico produzido ou mesmo o acesso ao sistema processual, ao passo que a própria assinatura digital depende de certificação.

como estabelece também uma “imutabilidade lógica” de seu conteúdo, pois qualquer alteração do documento, como por exemplo a inserção de mais um espaço entre duas palavras, invalida a assinatura”.

⁴¹¹ CORREA, Miguel Pupo. Assinatura Electrónica e Certificação Digital. In **Direito da Sociedade da Informação**. Vol. VI. Coimbra: Coimbra Editora, 2003. pp. 277-317.

⁴¹² Criptografia é uma expressão de origem grega (kriptos – escondido - + grápho – grafia), que significa escrita oculta, conhecida por poucos, para preservar uma determinada informação. Essa mensagem só será compreensível se o destinatário possuir a fórmula para decifrá-la.

⁴¹³ A criptografia divide-se em duas espécies, sendo elas a convencional (ou simétrica) e a criptografia por chave pública (ou assimétrica). Rememora-se que a criptográfica assimétrica, ou chave pública, foi a adotada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil – Medida Provisória nº 2.220-2, de 24 de agosto de 2001.

Nesse âmbito de ideias, temos que, para a formalização e criação de uma assinatura digital, necessário se faz a certificação digital⁴¹⁴ que, segundo Sandro D'amato Nogueira,⁴¹⁵ *“é a atividade de reconhecimento em meio eletrônico que se caracteriza pelo estabelecimento de uma relação única, exclusiva e intransferível entre uma chave de criptografia e uma pessoa física, jurídica, máquina ou aplicação. Esse reconhecimento é inserido em um Certificado Digital, por uma Autoridade Certificadora”*.⁴¹⁶

Compreende-se por Certificado Digital, conforme conceito ofertado pela Entidade Certificadora Serasa Experian Certificados Digitais:⁴¹⁷

“(...) o certificado digital é um documento eletrônico que possibilita comprovar a identidade de uma pessoa ou um site, para assegurar as transações online e a troca eletrônica de documentos, mensagens e dados, com presunção de validade jurídica”.

Podemos dizer que o certificado digital é uma espécie de documento eletrônico acessível em ambiente informático a qualquer sujeito interessado em sua consulta, capaz de criar a certeza de que a pessoa que apõe uma assinatura no

⁴¹⁴ Em outras palavras, mais precisamente das palavras do ilustríssimo professor Elpídio Donizetti Nunes, os certificados digitais nada mais são do que uma *“carteira de identidade no meio virtual”*, até porque, no certificado digital deve conter os dados de seu titular como nome, data de nascimento, a chave pública, nome e assinatura da autoridade certificadora que o emitiu, podendo ainda conter dados complementares como o CPF, título de eleitor, RG, etc. *In* NUNES, Elpídio Donizetti. **Curso didático de direito processual civil**. 13ª edição. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2010. p. 278.

⁴¹⁵ NOGUEIRA, Sandro D'amato. **Manual de Direito Eletrônico**. 1ª edição. Belo Horizonte: BH Editora e Distribuidora, 2009. p. 43.

⁴¹⁶ Para Nogueira, 2009, op. Cit., p. 39, Autoridade Certificadora *“é uma entidade, pública ou privada, que estabelece previamente a identidade digital do portador do certificado digital. Para a emissão de certificados legalmente reconhecidos, faz-se necessária a autorização e registro da Autoridade Certificadora Raiz, no Brasil, o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, responsável por credenciar as demais autoridades certificadoras e garantir o cumprimento de todas as exigências necessárias quanto a segurança da informação”*.

⁴¹⁷ Disponível em <http://loja.certificadodigital.com.br/Serasa/O-que-e-um-certificado-Digital/D2> Acesso em 30 de março de 2019, às 11:51hs.

mundo digital é o titular da chave pública e da chave privada naquela presentes.⁴¹⁸

Em outras palavras, o Certificado Digital é um documento eletrônico que contém os dados referentes à assinatura digital conferida a determinada pessoa.⁴¹⁹

Nessa quadra, sobretudo por questões de segurança, para conectar-se ao sistema do processo judicial eletrônico, faz-se necessária a emissão de um Certificado Digital (que autentica a assinatura digital, esta que possui uma chave pública e uma privada), ou cadastrar-se no sistema individual/exclusivo de cada Tribunal, seja ele estadual, regional, distrital ou federal.⁴²⁰

Em regra, os advogados e demais serventuários da justiça brasileira, por ser mais cômodo, acessam os sistemas através de seus respectivos Certificados Digitais, ao passo que as partes, quando cadastradas, somente têm acesso ao seu processo, não sendo possível, a rigor, a análise de outros autos, o que, a nosso ver, acaba por afastar, de certa forma, a viabilidade do controle externo do judiciário.

Além do mais, necessário que nos reportemos ao alto custo para a emissão de um certificado digital, que não é comercializado, no mercado interno brasileiro, por

⁴¹⁸ Destacamos, ainda, que a emissão, condições de validade, revogação e suspensão dos certificados digitais são regulados, em Portugal, pelos artigos 28º a 31º, do DL nº 290-D/99. In CORREIA, Miguel Pupo. 2003. Op. Cit., p. 314.

⁴¹⁹ O Certificado Digital é emitido após a identificação completa do interessado, incluindo o seu nome, uma determinada sequência que comporá o número público exclusivo – denominado chave pública -, e muitos outros dados que venham a identificar aquele que emite a assinatura digital.

Segundo Sandro D'amato Nogueira, 2009, op. Cit., p. 43, "*o certificado digital é um arquivo eletrônico que identifica uma pessoa física ou jurídica, e funciona como um documento de identidade digital. Seu uso vem trazer maior segurança às transações eletrônicas, garantindo a essas transações autenticidade, a integridade e o não repúdio. Essas três características são conferidas aos documentos assinados com um certificado digital*".

⁴²⁰ A questão de cadastrar-se em cada um dos Tribunais brasileiros é capaz de gerar considerável "dor de cabeça" ao operador do Direito, sobretudo pelas dimensões continentais do Brasil, que, dividido em estados, Distrito Federal, e a União, necessariamente comportar diversos Tribunais não interligados. Imagine-se, apenas para exemplificar, que existem vinte e seis estados no Brasil e o Distrito Federal. Apenas Tribunais de Justiça, portanto, existem 27, sem contar as justiças especiais como a do trabalho, a federal, a eleitoral, dentre outras. É, portanto, impraticável o cadastramento individualizado em cada órgão do Poder Judiciário.

menos de R\$ 250,00 (duzentos reais), aproximadamente \$ 50,00 (cinquenta euros) em conversão cambial direto por ano.⁴²¹ A parcela da população que pode dispor de tal quantia em prol da fiscalização externa do judiciário é baixíssima.⁴²²

Diante dessa situação, conforme o processualista Daniel Amorim Assumpção Neves, o ato de limitar-se o acesso amplo aos autos virtuais a advogados devidamente cadastrados no Tribunal, ainda que não vinculado ao processo, acaba por barrar, via reflexa, o acesso do público em geral aos atos processuais e viola, conseqüentemente, a ideia de publicidade geral que deve reger o processo.⁴²³

Não negamos, no presente trabalho, a necessidade de proteção dos dados dispostos nos processos eletrônicos, muito pelo contrário, o sistema deve ser protegido, razão pela qual cremos ser justificável a proteção por meios de controle e identificação dos usuários. Entretanto, entendemos que uma imprescindível releitura de determinados princípios constitucionais, tal como o da publicidade dos atos processuais, bate à porta dos juristas brasileiros.

Não se pode olvidar que as regras atinentes aos procedimentos que devem tramitar em segredo de justiça seguem respeitadas no sistema de autos eletrônicos. Contudo, o que se tem à lume é a indisponibilidade de amplo acesso à sociedade, fiscal do Judiciário por sua própria natureza, a qualquer modalidade de tramitação, seja em segredo ou não.

⁴²¹ Valores pesquisados na principal Autoridade Certificadora do Brasil – *Serasa Experian* Certificados Digitais. Disponível em https://serasa.certificadodigital.com.br/?idcmp=%3Ac04%3Am01%3AGoogle_Search%3ACertificadoDigital%3A%3APreco&utm_medium=spl&utm_source=Google_Search&utm_campaign=CertificadoDigital&utm_content=Preco&gclid=EAlalQobChMiNaKvM2s4QIVBTSRCh3XzgSyEAAYASAAEgJFivD_BwE Acesso em 31 de março de 2019, às 11:38hs.

⁴²² Destaca-se que o salário mínimo brasileiro, em 2020, é de R\$ 1.045,00. Ou seja, o certificado digital custa, em média, 20% do salário mensal do brasileiro médio.

⁴²³ NEVES, Daniel Amorim Assumpção. 2017. Op. Cit., p. 196.

4. Conclusão.

Em que pese a interessantíssima evolução do princípio da publicidade na história geral do Direito, que ganhou grande destaque a partir das revoluções europeias de oitocentos, assim como seu nascedouro no séc. XIX em Portugal como ferramenta necessária no combate à aspectos indesejáveis possibilitados pelo segredo, como o exemplo do arbítrio judicial (previsão constitucional portuguesa em 1822), no Brasil, no âmbito constitucional, houve, com a Carta de 1824, em seu art. 159, o primeiro deslumbre da referida garantia.

Porém, a publicidade, nesta oportunidade (Constituição Imperial de 1824), além de prevista de forma rudimentar, apenas os atos dos processos criminais se tornariam públicos, e somente após a pronúncia do acusado.

Com o advento da Constituição de 1891, vimos que o legislador deixou de lado a garantia em estudo, não a privilegiando nem mesmo o âmbito criminal, como feito pela Carta anterior.

Contudo, com a criação do Supremo Tribunal Federal pela Carta Republicana de 1891, os casos debatidos em plenário começaram a chamar à atenção da sociedade, que começou a acompanhar, presencialmente, as sessões de julgamento que eram realizadas a portas abertas. Desse inesperado interesse, os presentes começaram a exercer certa censura do que era tratado pelo Supremo Tribunal Federal, de forma a aplaudir ou rechaçar as teses que eram ali defendidas.

Desse estranho costume, vimos que se iniciou, ainda que de forma rudimentar e não formal, o exercício de um certo e mínimo controle externo dos atos praticados por aquele Tribunal extraordinário por meio da presença daquela ínfima parcela da sociedade que acompanhava as sessões de julgamento.

Ainda no viés constitucional, vimos que, apesar das cartas de 1930 a 1964 terem previsto formas rudimentares de publicidade apenas entre as partes do processo e garantias fundamentais outras, a garantia da publicidade dos atos processuais só fora prevista, em sua plenitude, com a Constituição de 1988, que, por sua vez,

prezando, sobretudo, pela redemocratização do Brasil, tratou do tema de forma aprofundada, oportunizando, assim, grande amplitude à fiscalização externa do Poder Judiciário por parte dos cidadãos.

Nessa oportunidade, o Poder Constituinte acabou por determinar a publicidade dos atos processuais como regra geral, sem olvidar-se, por óbvio, de hipóteses de segredo processual voltadas ao respeito da intimidade e do interesse público. Assim, pode-se dizer que o ordenamento jurídico contemporâneo adotou a teoria da publicidade restrita.

Na seara normativo-processual, vimos que, mesmo não se tratando de uma norma puramente processual, mas sim regulamentadora, uma vez que discorria acerca da regulamentação e organização do extinto Supremo Tribunal de Justiça, a primeira aparição do princípio em esboço deu-se com a Lei de Regulamentação e Organização do STJ (Supremo Tribunal de Justiça) de 18 de setembro de 1828, que dispôs em seus artigos 29 e 31 algumas hipóteses em que o julgamento dar-se-ia de forma pública.

Ocorre que tal Lei de regulamentação e organização surgiu para concretizar a previsão constitucional de criação de um Tribunal Supremo, e, como a publicidade da Constituição Imperial limitava-se ao âmbito criminal, tal disposição fora repetida pela referida lei.

Com o advento da Constituição de 1891, a competência para legislar em matéria processual civil foi transferida aos Estados, razão pela qual a maioria dos Estados brasileiros editaram, mais cedo ou mais tarde, a sua própria codificação instrumental.

Esse foi um momento turbulento no cenário jurídico brasileiro, pois a ausência de centralização em termos de regulamentação processual civil gerou um verdadeiro caos.

Porém, em que pese a baixa qualidade dos legisladores regionais, algumas das codificações estaduais, como a de Minas Gerais, a de Pernambuco e a de São Paulo, trouxeram normas expressas acerca da publicidade dos atos processuais. Alguns códigos estaduais de forma mais rasa, outros de modo mais amplo.

Sobre o período das codificações estaduais, a de Minas Gerais (1922) destacou-se ao prever, de forma clara e ampla, a regra da publicidade dos atos processuais e os casos em que o processo correria em segredo de justiça.

Já com a Constituição de 1934 a União retomou para si a competência de editar normas gerais acerca do processo civil.

Dessa forma, com a edição do primeiro código formal de Processo Civil brasileiro de 1939, a legislação ordinária passou a ter como regra geral a publicidade dos atos processuais (art. 5º). A doutrina, na oportunidade, em que pese a inexistência de disposição legal nesse sentido, já enxergava a norma da publicidade como instrumento eficaz à supervisão externa do Poder Judiciário.⁴²⁴

Tal situação fora perpetuada pela codificação de 1973 (Lei nº 5.869/73 – Código de Buzaid), que também trouxe previsão expressa acerca da publicidade dos atos processuais (art. 155). Porém, o CPC/73 tratou do tema com mais profundidade, e previu a sanção de nulidade para os atos que fossem praticados em desobediência à regra da publicidade, com exceção voltada, obviamente, às hipóteses de segredo de justiça.

Com o Código de Processo Civil de 2015 (Novo CPC), a norma geral, em que pese mantida (art. 189, *caput*), teve suas hipóteses de segredo ampliadas, uma vez que introduzido o inciso IV, que dispôs que correm em sigilo os atos relativos a processos que discutam sobre arbitragem, inclusive acerca do cumprimento de carta arbitral, desde que a confidencialidade estipulada na arbitragem seja devidamente comprovada perante o juízo.

Com o CPC/15, o legislador alcançou, como visto, o ideal de um processo constitucionalizado (art. 1º). Dessa forma, ao prever expressamente a regra da publicidade dos atos processuais, o referido princípio passou a funcionar como garantia das partes contra o arbítrio judicial e, também, como ferramenta de controle externo do Poder Judiciário por toda a sociedade, sociedade esta apta a censurar os atos praticados pelo judiciário.

⁴²⁴ BRAGA, Antônio Pereira. 1943. Op. Cit., p. 24.

Lado outro, após longo processo de informatização do judiciário brasileiro, que teve início nos anos 80 e implementou-se definitivamente no campo legislativo no ano de 2006, ganhando real eficácia com a regulamentação do CNJ (Resolução nº 185/2013), surgiram significativos questionamentos no que diz respeito à aplicação do princípio da publicidade dos atos processuais no atual cenário informatizado.

Entendemos que a tecnologia, principalmente quando diz respeito aos meios sociais, em um primeiro momento, acaba por trazer uma série de preocupações aos membros da sociedade.

Para exemplificar, o Professor Augusto Tavares Rosa Marcacini, em sua notável tese de livre-docência defendida na Universidade de São Paulo (USP), apresentou o impacto sofrido nas primeiras décadas do século XX, oriundos da implementação da máquina de escrever (máquina datilográfica) nos processos judiciais brasileiros.⁴²⁵

É que, criadas no ano de 1867 e postas no mercado pela primeira vez em 1874, as máquinas datilográficas trouxeram consigo dúvidas no que toca à segurança da informação em seu uso no processo judicial brasileiro, pois suspeitou-se, inicialmente, da autenticidade dos escritos, o que, posteriormente, não se constatou, uma vez que comprovou-se que a tinta da máquina era indelével.⁴²⁶

⁴²⁵ MARCACINI, Augusto Tavares Rosa. Processo e tecnologia: garantias processuais, efetividade e a informatização processual. 2011. 456 f. tese (Livres Docência em Direito) – Universidade do Estado de São Paulo (USP). São Paulo: 2011. pp. 28-32, *apud* SANTOS, Guilherme Luís Quaresma Batista Santos. A publicidade dos atos processuais e a inviolabilidade da privacidade no processo judicial eletrônico. In **Revista eletrônica de direito processual – REDP**. Vol. VIII. Periódico da Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito Processual da UERJ. p. 406 ISSN 1982-7636. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/redp/article/viewFile/20828/15106> Acesso em 03 de fevereiro de 2020, às 20:52hs.

⁴²⁶ Segundo Renato de Magalhães Dantas Neto, o processo que se tinha antes das máquinas de escrever era denominado “papel e tinta”. In DANTAS NETO, Renato de Magalhães. Autos virtuais: o novo layout do processo judicial brasileiro. In **Revista de Processo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, ano 36, nº 194, abril de 2011. p. 178 *apud* SANTOS, Guilherme Luís Quaresma Batista Santos. A publicidade dos atos processuais e a inviolabilidade da privacidade no processo judicial eletrônico. In **Revista eletrônica de direito processual – REDP**. Vol. VIII. Periódico da Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito Processual da UERJ. p. 406. ISSN 1982-7636. Disponível em

Dessa passagem das máquinas de datilografia, conjugando-se com aquilo que se viu no segundo capítulo desse trabalho, pode-se dizer que a humanidade não é estática. Ora, o homem é um ser modificador por sua própria natureza, sendo certo que sempre evolui, e, junto com essa evolução, nascem novas tecnologias, que por sua vez são acompanhadas de novas dúvidas e conflitos que devem, obrigatoriamente, ser ponderados e resolvidos ao longo do tempo.

Ademais, não é sobremaneira custoso lembrar que, além de a caneta à tinta ter sido substituída pela máquina de escrever, esta máquina fora superada pelos computadores.⁴²⁷

Com o surgimento do computador, perquirindo a sociedade jurídica brasileira sanar os vícios oriundos da morosidade processual, pensou-se o processo judicial eletrônico.

Com a realidade informatizada do processo, que substituiu não mais a tinta, mas o próprio papel, já era de esperar-se, pelo próprio histórico da humanidade, que se apresentassem novos questionamentos. Contudo, como muito bem concluiu José Carlos de Araújo Almeida Filho ao sopesar a evolução tecnológica e a observância dos princípios processuais, o “*processo moderno não deve se intimidar diante das novas tecnologias, ao mesmo passo em que as novas tecnologias não podem suplantar princípios seculares consagrados*”.⁴²⁸

Desse modo, amadurecendo-se a nova plataforma informatizada e diante das inúmeras dúvidas que o próprio processo eletrônico suscita, interessou ao presente trabalho, além de identificar o surgimento legal do princípio da publicidade dos atos processuais no cenário pós independência do Brasil, verificar

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/redp/article/viewFile/20828/15106> Acesso em 03 de fevereiro de 2020, às 20:52hs

⁴²⁷ SANTOS, Guilherme Luís Quaresma Batista Santos. A publicidade dos atos processuais e a inviolabilidade da privacidade no processo judicial eletrônico. In **Revista eletrônica de direito processual – REDP**. Vol. VIII. Periódico da Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito Processual da UERJ. p. 407 ISSN 1982-7636. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/redp/article/viewFile/20828/15106> Acesso em 03 de fevereiro de 2020, às 21:00hs.

⁴²⁸ ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo. **Processo eletrônico e teoria geral do processo eletrônico: a informatização judicial no Brasil**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2010. p. 94.

a sua possível releitura, mormente diante da verificação prática do afastamento dos cidadãos medianos do processo informatizado.

Para a análise da atual aplicação da publicidade dos atos processuais, percebeu-se que, antes de tal avanço tecnológico, bastava ao cidadão dirigir-se ao tribunal para que pudesse ter acesso ilimitado aos autos do processo, sendo necessário, tão somente, ser alfabetizado e dotado da capacidade de interpretação para inteirar-se do que se tratava naqueles autos.

Por outro lado, vimos que a questão da publicidade dos atos processuais, sofreu uma possível alteração no que toca a sua leitura com o surgimento do chamado Processo Judicial Eletrônico, uma vez que, além de ser necessário todo um aparato tecnológico (ferramentas), como a aquisição de um certificado digital em uma entidade certificadora, o próprio computador para que seja possível o acesso ao processo informatizado, e a assinatura de serviços de internet, também se faz necessária uma certa, ou pelo menos mínima, educação em informática.

Nessa toada, concluímos que o brasileiro mediano, ou seja, aquele nem rico nem pobre, não possui rendimentos capazes de lhe assegurar a aquisição de um certificado digital tão somente para fiscalizar externamente o Poder Judiciário, além do que, como simples cidadão não advogado, este apenas tem acesso aos processos em que figure como parte.

Ademais, o analfabetismo tecnológico que ainda assola o Brasil é capaz de, por si só, obstar o acesso do cidadão brasileiro ao processo judicial eletrônico, bem como a grande parcela da população brasileira que não possui acesso à rede mundial de computadores.

Dessa forma, tem-se que mesmo um processo que não esteja tramitando em segredo de justiça, não estando, portanto, dentro das exceções legais, sofre restrições a sua publicidade, uma vez que se faz necessário que o cidadão tenha um verdadeiro “intérprete” para acessar os processos em tramitação.⁴²⁹

⁴²⁹ Aqui, o conceito de Fernando Pereira Rodrigues é o mais adequado à atualidade, eis que o referido autor defende que “o processo deve ser conduzido e conservado de modo a permitir que

De mais a mais, os processos que não estejam sob a tramitação sigilosa deveriam ser acessíveis a qualquer pessoa. Entretanto, com a prática dos tribunais brasileiros de permitir que os cidadãos ascendam apenas aos próprios processos em que figurem como parte, tem-se criado verdadeira hipótese de segredo não prevista em lei, uma vez que o acesso tem sido reservado aos advogados e apenas às próprias partes cadastradas.

Frisa-se que uma das características do processo judicial eletrônico é a comodidade, ou seja, a possibilidade de acessar-se os atos processuais onde quer que se esteja.⁴³⁰ Porém, diante de todas as limitações apresentadas, o cidadão comum apenas poderá acessar algum processo que lhe interesse na qualidade de terceiro dirigindo-se ao órgão jurisdicional respectivo, razão pela qual é ineficaz, nessa parte, a referida característica tida por essencial.

Ainda nesse contexto, notamos que tais restrições criadas pela exigência de um certificado digital foram necessárias por se consubstanciarem em verdadeiras ferramentas extraordinárias para assegurar a própria segurança, viabilidade e legitimidade dos atos praticados pela via informatizada. É que os sítios eletrônicos são meios propensos a ações clandestinas e interferências externas e internas maliciosas. Os vírus são problemas cada vez mais recorrentes, assim como as ações de *hackers*, que podem ter os mais variados motivos e objetivos.⁴³¹

Contudo, também não podemos deixar de salientar que o sistema judiciário brasileiro carece de hipóteses outras para que se alcance, ao final, a adequada

qualquer pessoa – dotada de suficiente preparação intelectual – possa reconstituir inteiramente o juízo (processo cognitivo) que levou à decisão". Ver RODRIGUES, Fernando Pereira. Op. Cit., 2013. p. 260.

⁴³⁰ Ver, sobre as características essenciais do processo judicial eletrônico, LEAL, Marcialina. 2019. Op. Cit., pp. 88 e 97-105.

⁴³¹ Os hackers podem agir por fins genéricos ou por fins específicos, buscando derrubar um servidor por mera diversão, ou mesmo alterar um dado processual. Quem não se recorda das ações de *hackers* que invadiram os servidores de jogos online da Sony para sequestro de nomes, endereços, senhas e, possivelmente, números de cartões de crédito. Notícia disponível em <http://tecnologia.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2011/05/02/sony-desliga-servic-de-jogos-apos-invasao-hacker.jhtm> Acesso em 11 de abril de 2019, às 20:57hs.

publicidade perquirida pela própria Constituição de 1988, como, por exemplo, a própria estrutura física necessária.

Tem-se que, em que pese essa possível releitura forçada, mas, pelo menos nesse momento, necessária do princípio em testilha, perante às limitações impostas pelas próprias condições da sociedade brasileira, seja econômica ou cultural, as esperanças são de que, com o desenvolvimento do país, torne-se possível assegurar o acesso informatizado ao processo judicial eletrônico a todos os cidadãos, oportunidade em que se espera ser efetivo o controle externo do Judiciário.

Dessa forma, pelo viés histórico, vislumbramos uma interessante evolução no ordenamento jurídico brasileiro, sendo certo que, em pouco tempo, viu-se uma grande adesão ao novo sistema informatizado.⁴³²

Já na seara da teoria do direito, certo é que, inobstante o processo judicial eletrônico ter se apresentado como uma modalidade mais célere e de fácil acesso para os advogados, sendo que a publicidade interna teve uma evolução favorável, no âmbito externo (controle externo do poder judiciário pela sociedade) ainda carece de uma melhor adequação, uma vez que o cidadão médio não pode exercer, com todos os obstáculos observados, de forma plena o controle externo das atividades do judiciário.

Demais disso, temos que a ampla publicidade dos atos processuais não pode se traduzir, no presente momento, em esforços demasiados e superlativos para a ampla disseminação das informações, o que é capaz de onerar sobremaneira o Poder Judiciário brasileiro.

Diante de tais considerações, em uma possível releitura da garantia, que, frisamos, tende a modificar-se com o tempo, e de acordo com a evolução da

⁴³² Rememora-se que, como já visto no presente trabalho, segundo os dados fornecidos pelo Conselho Nacional de Justiça, nos últimos 10 anos, dos 100% das ações que tiveram início perante o judiciário brasileiro 83,8% ingressaram pela via informatizada. Conselho Nacional de Justiça. **Justiça em Números**. 2019. Disponível em https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/conteudo/arquivo/2019/08/justica_em_numeros20190919.pdf Acesso em 05 de abril de 2020, às 11: 53hs.

própria sociedade brasileira, por publicidade dos atos processuais devemos entender, nesse momento histórico, a possibilidade de acesso pleno às informações processuais pelos cidadãos.

Assim, caberá ao interessado, mesmo que por um determinado lapso temporal, ir até a informação, e não o contrário, com ou sem o auxílio de um “intérprete”, ainda que isso implique em afronta à comodidade perquirida com o advento do processo judicial eletrônico.

O processo judicial eletrônico representa, nos dias de hoje, um primeiro passo para traduzir a mudança do ambiente processual (do ambiente físico para o informatizado). A facilidade de tráfego de dados, em razão da rede mundial de computadores, não significa, contudo, a inexistência de dificuldades ou problemas, e daí a necessidade de perquirir uma evolução sustentável de informatização do processo sem, entretanto, a desejada evolução da própria sociedade.

Assim, podemos dizer que a garantia constitucional e processual da publicidade dos atos processuais sofreu uma releitura pela própria evolução da ciência técnica e jurídica, não acompanhada, porém, pela própria sociedade média brasileira, que não possui condições financeiras e culturais suficiente para adequar-se à informatização.

A tecnologia, que ainda não é capaz de assegurar a segurança necessária aos dados que constam de processos judiciais, também é agente de destaque no que toca à releitura do princípio em análise, pois tornou-se necessária a utilização de ferramentas caras para tanto, tais como o próprio certificado digital.

Dessa forma, até que a sociedade brasileira evolua econômica e culturalmente, o princípio da publicidade dos atos processuais ainda dependerá de deslocamento dos cidadãos aos tribunais, alguns munidos de auxílio de intérpretes. Temos que o controle externo do poder judiciário desejado pela referida garantia terá que ser exercida pela diminuta parcela da sociedade que domina os meios informatizados.

Por fim, salientamos que essa evolução econômico/cultural da sociedade brasileira precisa vir o mais breve, por ser assente que, a todo processo, independentemente do fato de seus procedimentos serem praticados pela forma física ou eletrônica, certos princípios e garantias são dirigido-lhes, a fim de assegurar um processo justo ou, melhor, segundo a expressão utilizada pela Constituição de 1988, que seja um *devido processo legal*.⁴³³

No caso em análise, além do princípio da publicidade dos atos processuais ser pressuposto ao devido processo legal, ainda é ferramenta constitucional à fiscalização externa do Poder Judiciário.

⁴³³ Artigo 5º, inciso LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal; (...).

BIBLIOGRAFIA.

ALBERTON, Cláudia Marlise da Silva. **Publicidade dos atos processuais e direito à informação**. 1ª edição. Rio de Janeiro: AIDE Editora, 2000.

ALBUQUERQUE, Martim de. Maquiavel e Portugal. **Estudos de História das Ideias Políticas**. Barcelos: Aletheia editores, 2007.

ALBUQUERQUE, Ruy de. Notas para a História do Ensino do Direito Romano na Faculdade de Direito de Lisboa. In **Interpretatio Prudentium I: Direito Romano e Tradição Romanista em Revista**. Lisboa: THD, 2016.

ALBUQUERQUE, Ruy de; ALBUQUERQUE, Martim de. **História do Direito Português**. Vol. I (1140 – 1415). 1ª Parte. 10ª edição. Lisboa, 1999.

ALMEIDA, Carla Beatriz. **O Supremo Tribunal de Justiça no Segundo Reinado (1849 a 1855): um pouco de homens, outro pouco de instituição**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora – Instituto de Ciências Humanas – Departamento de História. 2013.

ALMEIDA COSTA, Mário Júlio de. **História do Direito Português**. 5ª edição. Coimbra: Almedina, 2019.

ALMEIDA COSTA, Mário Júlio de. **História do Direito Português**. 3ª edição. Coimbra: Almedina, 1996.

ALMEIDA COSTA, Mário Júlio de. Nota de Apresentação, in **Ordenações Afonsinas**. Reedição da iniciativa da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1984.

ALMEIDA FILHO, José Carlos Araújo. A segurança da informação no Processo Eletrônico e a Necessidade de Regulamentação da Privacidade de Dados. Revista de Processo, 2007, p. 165/180, *apud* VINCENZI, Brunela Vieira de; SAMPAIO, Luiza Saito. The Eletronic Proceeding in Brazil. In **Revista Brasileira de Direito Processual – RBDPro**. Doutrina e Resenhas. Volume 78. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2012.

ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo. A segurança da informação no processo eletrônico e a necessidade de regulamentação da privacidade de dados. In **Revista de Processo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, ano 32, nº 157, outubro de 2007.

ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo. **Processo eletrônico e teoria geral do processo eletrônico: a informatização judicial no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

ALTAVILA, Jayme de. **Origem do Direito dos Povos**. 7ª ed. São Paulo: Ícone, 1989.

ARAÚJO, Fabrício Simão da Cunha. O processo constitucional como elemento de proteção dos direitos fundamentais no Estado Democrático de Direito. *In Revista Brasileira de Direito Processual. RBDPro*. Ano 20, nº 80. Outubro-dezembro, 2012. Belo Horizonte: Editora Fórum. pp. 72-99.

AZEVEDO, Antônio Carlos do Amaral.

BAJER, Paula. **Processo Penal e Cidadania**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

BALEEIRO, Aliomar. **Constituições brasileiras: 1891**. Brasília: Senado Federal/Ministério da Ciência e Tecnologia, 1999.

BARACHO, José Alfredo de Oliveira. **Processo Constitucional**. Rio de Janeiro: Forense, 1984.

BARBOSA, Rui. **Apud** Fundação Casa de Rui Barbosa. **Rui Barbosa e a Constituição de 1891**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1985.

BARROSO, Luís Roberto. **O Direito Constitucional e a efetividade de suas normas: limites e possibilidades da Constituição brasileira**. 8ª edição.

BEZERRAM, H. J. S. A. **Educação para formação de juízes-gestores: um novo paradigma para um judiciário em crise**. p. 1. 2010. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/estrategia/wp-content/uploads/2010/03/Higyna-Formacao-de-Juizes-Gestores.pdf> Acesso em 12 de março de 2019, às 20:17 horas.

BLOCH, Marc. **Introdução à história**. Sintra: Europa-América (19). CRR, E. H. Que é história? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970. BASSELAAR, J. V. D. **Introdução aos estudos históricos**. 3. Ed. São Paulo: Heder, 1970.

BONAVIDES, Paulo; ANDRADE, Paes de. **História constitucional do Brasil**. Brasília: OAB, 2008.

BRAGA, Antônio Pereira. **Exegese do Código de Processo Civil**. Vol. III. São Paulo: Max Limonad Ltda., 1943.

BRASIL, **Decreto nº 19.398**, de 11 de novembro de 1930. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D19398.htm Acesso em 18/04/2019, às 23:07hs.

BRASIL. **Ato Institucional nº 12, de 1º de setembro de 1969**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-12-69.htm Acesso em 17 de março, às 23:15hs.

BRASIL. **Constituição de 1824**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm Acesso em 13 de março de 2019, às 21:46 horas.

BRASIL. **Constituição de 1934**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm Acesso em 19 de abril de 2019, às 13:37hs.

BRASIL. **Constituição de 1937**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm Acesso em 19 de abril de 2019, às 17:31hs.

BRASIL. **Constituição de 1946**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm Acesso em 19 de abril de 2018, às 12:29hs.

BRASIL. **Constituição de 1967**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm Acesso em 19 de abril de 2019, às 13:01hs.

BRASIL. **Constituição de 1988**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm Acesso em 19 de abril de 2019, às 12:50hs.

BRASIL. **Decreto nº 737, de 25 de novembro de 1850**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dim/DIM0737.htm Acesso em 22 de abril de 2019, às 21:29hs.

BRASIL. **Decreto nº 78 – B, de 21 de setembro de 1889**. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-78-b-21-dezembro-1889-517756-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 19 de abril de 2019, às 11:22hs.

BRASIL. **Decreto nº 91.450, de 18 de julho de 1985**. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91450-18-julho->

[1985-441585-publicacaooriginal-1-pe.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/publicacaooriginal-1-pe.html) Acesso em 19 de abril de 2019, às 12:41hs.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969.** Disponível em

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc_01-69.htm Acesso em 19 de abril de 2019, às 13:45hs.

BRASIL. **Lei Constitucional nº 13, de 12 de novembro de 1945.** Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicon/1940-1949/leiconstitucional-13-12-novembro-1945-364994-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 19/04/2019, às 12:01hs.

BRASIL. **Lei Constitucional nº 9 de 28 de fevereiro de 1945.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCT/LCT009.htm Acesso em 18 de abril de 2019, às 22:07hs.

BRASIL. **Lei nº 1.608, de 18 de setembro de 1939.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del1608.htm Acesso em 22 de abril de 2019, Às 21:38hs.

BRASIL. **Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10259.htm Acesso em 23 de abril de 2019, às 20:45hs.

BRASIL. **Lei nº 11.280, de 16 de fevereiro de 2016.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11280.htm Acesso em 22 de abril de 2019, às 07:53hs.

BRASIL. **Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11419.htm Acesso em 23 de abril de 2019, às 20:59hs.

BRASIL. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm Acesso em 23 de abril de 2019, às 20:27hs.

BRASIL. **Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5869impressao.htm Acesso em 22 de abril de 2019, às 21:49hs.

BRASIL. **Lei nº 556, de 25 de junho de 1850.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l0556-1850.htm Acesso em 22/04/2019, Acesso em 22 de abril de 2019, às 21:17hs.

BRASIL, **Lei nº 7.244, de 07 de novembro de 1984.** Disponível em <https://legis.senado.leg.br/norma/549120> Acesso em 16 de março de 2020, às 21:24hs.

BRASIL. **Lei nº 7.465, de 21 de abril de 1986.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L7465.htm Acesso em 19 de abril de 2019, às 12:32hs.

BRASIL. **Lei nº 9.800, de 26 de maio de 1999.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9800.htm Acesso em 23 de abril de 201, às 20:43hs.

BRASIL. PRESIDENTE DA REPÚBLICA. **Medida Provisória nº 2.220, de 24 de agosto de 2001.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/Antigas_2001/2200-2.htm Acesso em 23 de abril de 2019, às 20:51hs.

BRASIL. **Regulamento nº 763, de 19 de setembro de 1890.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D763.htm Acesso em 09 de março de 2020, às 21:04hs.

BRÊTAS, Ronaldo de Carvalho Dias. **Processo Constitucional e Estado Democrático de Direito.** Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

BRIGAS, Miriam Afonso. **A Formação Histórica do Direito Português.** O Direito em Portugal. Madri: Editorial Reus S.A., México DF: Editorial UBIJUS, 2017. pp. 9-28.

BUENO, Joaquim Antônio Pimenta. **Direito Público. Análise da Constituição do Império.** Rio de Janeiro: 1857.

CAETANO, Marcello. **História do Direito Português (1140-1495).** 2ª edição. Lisboa/São Paulo: Verbo, 1985.

CÂMARA LEAL, apud PACHECO, José da Silva. **Evolução do processo civil brasileiro: desde as origens até o advento do novo milênio.** 2ª edição, Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

CAMARGO, Orson. "**Sociedade**"; **Brasil Escola**. Disponível em <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/sociedade-1.htm> Acesso em 18 de marco de 2019.

CAMPOS, Francisco. **PROCESSO Oral 1ª série**. (Coletânea de estudos de juristas nacionais e estrangeiros, nº 1). Rio de Janeiro: Forense, 1940.

CAPELLETTI, Mauro. **Processo e Ideologie**. Bolonha: Il. Mulinho, 1969.

CARMONA, Carlos Alberto. Apresentação. In: BAUMÖHL, Débora Inês Kram. **A Nova Execução Civil: a desestruturação do processo de execução**. Coleção Atlas de Processo Civil. São Paulo: Atlas, 2006.

CARNELUTTI, Francesco. La pubblicità del processo penale. **Rivista di diritto processuale**. V. X. Parte I.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1987.

CARVALHO, José Murilo de. Organizador. **Bernardo Pereira de Vasconcelos**. São Paulo, 1999.

CARVALHO SANTOS. **Código de Processo Civil Interpretado**. Tomo I. Rio de Janeiro: Editora Freitas Bastos, 1964.

CARVALHO, Kildare Gonçalves. **Direito Constitucional**. Volume 1. Teoria do Estado e da Constituição. 20ª edição. Belo Horizonte: Del Rey Editora, 2013.

CASTRO, Flávia Lages de. **História do Direito Geral e do Brasil**. 13ª edição. Lumen Juris Direito: Rio de Janeiro, 2017.

CHIOVENDA, José. **Princípios de Derecho Procesal Civil**. TOMO II. MADRI: Instituto Editorial Reus, 1945.

CHIOVENDA, Giuseppe. **Instituições de Direito Processual Civil**. Vol. 3. Tradução da 2ª edição italiana: J. Guimarães Menegale. Notas: Enrico Tullio Liebman. São Paulo: Saraiva, 1965.

CINTRA, Antônio Carlos Araújo. **Teoria Geral do Processo**. 11ª edição. São Paulo: Malheiros Editores, 1995.

COLLINGWOD, Robin George. **A ideia de história**. Lisboa: Presença, 1972.

Conselho Nacional de Justiça. **Resolução nº 185 de 18 de dezembro de 2013.** Disponível em <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/1933> Acesso em 05 de abril de 2020, às 11:42hs.

Conselho Nacional de Justiça. **Justiça em Números ano 2019.** Disponível em https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/conteudo/arquivo/2019/08/justica_em_numeros20190919.pdf Acesso em 05 de abril de 2020, às 11:53hs.

CORREA, Miguel Pupo. Assinatura Electrónica e Certificação Digital. *In* **Direito da Sociedade da Informação**. Vol. VI. Coimbra: Coimbra Editora, 2003. pp. 277-317.

COSTA, D. Marcus de Noronha da Costa. **A Transmigração da Família Real para o Brasil em 1807**. Braga, 2009.

COSTA, Marco. **A história do Brasil para quem tem pressa**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora Valentina, 2016.

COSTA, Lopes da. **Manual Elementar de Direito Processual Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 1956.

CRETELLA JÚNIOR, José. **Comentários à Constituição**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

CRUZ, José Raimundo Gomes da. Segredo de Justiça. *In* **Justitia**. São Paulo: jul./Set., 1980, vol. 42, nº 110.

DANTAS NETO, Renato de Magalhães. Autos virtuais: o novo layout do processo judicial brasileiro. *In* **Revista de Processo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, ano 36, nº 194, abril de 2011.

DAVID, René. **Grandes Sistema Jurídicos Contemporâneos**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2002.

DIAS, Rosana Josefa Martins. **Proteção ao Processo**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1994.

DIDIER JÚNIOR, Fredie. **Curso de Direito Processual Civil. Teoria Geral do Processo e Processo de Conhecimento**. Vol. 1. Salvador: JusPODIVM, 2009.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **A Reforma do Código de Processo Civil**. 2ª edição. São Paulo: Malheiros, 1995.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **A Reforma do Código de Processo Civil**. 4ª edição. São Paulo: Malheiros, 2001.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de direito processual civil**. Vol. I. 6ª edição. São Paulo: Malheiros, 2009.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de Direito Processual Civil**. Vol. 1. 5ª ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

D. Marcus de Noronha da Costa. **A Transmigração da Família Real para o Brasil em 1807**. Braga, 2009.

DUARTE NOGUEIRA, José; ALVES, Silvia. O Direito Processual Civil Português. Linhas Gerais. *In Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Pedro Soares Martínez*. Vol. I.

DUARTE; KOERNER, 2014.

EHRARDE e PALMADE apud CHAUNU, Pierre. **A história como ciência social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FADEL, Sérgio Sahione. **Código de Processo Civil Comentado**. Tomo I. Rio de Janeiro: José Knfino editor, 1975.

FERNANDES, Ernesto; RÊGO, Anibal. **História do Direito Português. Súmula das lições proferidas pelo Exmo. Prof. Doutor Marcelo Caetano**. Lisboa, 1941.

FERREIRA, Silvestre Pinheiro. **Observações sobre a Constituição do Império do Brasil e sobre a Carta Constitucional do Reino de Portugal**. 2ª ed. Paris, 1835.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Comentários à Constituição Brasileira**. 5ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 1984.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **História e teoria dos partidos políticos no Brasil**. 3ª edição. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

FRANCO, Loren Dutra. **Processo Civil – Origem e Evolução Histórica**. Disponível em http://intranet.viannajr.edu.br/revista/dir/doc/art_20002.pdf Acesso em 05 de março de 2020, às 23:51hs.

FRIEDE, Reis. **Comentários à Reforma do Direito Processual Civil Brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

GAIO JÚNIOR, Antônio Pereira. **Direito Processual Civil. Teoria Geral do Processo, Processo de Conhecimento e Recursos.** Volume 1. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2017.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GILISSEN, John. **Introdução Histórica ao Direito.** 8ª edição. Fundação Calouste Gulbenkian.

GÓIS, Damião. **Crônica do Felicíssimo Rei D. Manuel.** Coimbra, 1949.

GRAES, Isabel. Fundamentação das Sentenças. As Grandes Realizações da História do Direito. *In Centro de Investigação de Teoria e História do Direito – FDUL.* Organização: HOMEM, António Pedro Barbas. 2016. Disponível em: http://media.wix.com/ugd/6ac201_58beb03e908d47f4be9121f859cbf17b.pdf
Acesso em 28 de março de 2020, às 10:49hs.

GRAES, Isabel. **O Poder e a Justiça em Portugal no Século XIX.** Lisboa: aafdl, 2014.

GRAES, Isabel. Sigilo, Recato e Prudência (Da Justiça do Segredo ao Segredo da Justiça). *In e-Legal History Review. Studia Legalia Hispanica Rescripta.* Nº 30, junho, 2019. Madrid: Iustel.

GRECO, Leonardo. **Instituições de Processo Civil. Introdução ao direito processual civil.** 2ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2010. Vol. I.

GRECO, Leonardo. **Revista Dialética de Direito Processual.** Nº 24, março de 2005.

GRINOVER, Ada Pellegrini. **Teoria Geral do Processo.** 19ª edição. São Paulo: Malheiros, 2003.

GUASQUE, Barbara; FREITAS, Cinthia Obladen de Almeida. **Política Judiciária e Processo Eletrônico: eficácia socioeconômica. Direito e Justiça.** Vol. 39, nº 1. 2013. pp. 58-98.

GUINCHARD, Serge; CHAINAS, Cécile. **Procédure Civile: Droit interne et droit de l'Union européenne.** 30ª edição. Paris: Dalloz 2010.

HESPANHA, António Manuel. **Às Vésperas do Leviathan. Instituições e Poder Político. Portugal – Séc. XVII.** Coimbra: Almedina, 1994.

HESPANHA, Antônio Manuel. **Panorama Histórico da Cultura Jurídica Europeia**. Portugal: Publicações Europa-América, 1997.

História do Processo. São Paulo: Associação Brasileira de Direito Processual – editora Exegese, 2018.

HOMEM, António Pedro Barbas. **A Lei da Liberdade. Vol. 1. Introdução histórica ao pensamento jurídico épocas medieval e moderna**. Cascais: Principia, 2001.

HOMEM, António Pedro Barbas. **Judex Perfectus. Função Jurisdicional e Estatuto Judicial em Portugal 1640-1820. Tomo I**. Lisboa, 1998.

HOMEM, António Pedro Barbas. **Judex Perfectus. Função Jurisdicional e Estatuto Judicial em Portugal 1640-1820. Tomo II**. Lisboa, 1998.

HOMEM, António Pedro Barbas. **O Espírito das Instituições. Um Estudo de História do Estado**. Coimbra: Almedina, 2006.

HOMEM, António Pedro Barbas. **O que é o direito? Uma explicação curta para jovens leitores com pouca paciência para longas explicações**. Estoril: 2007.

HOUSE OF LORDS. Disponível em: <http://www.bailii.org/uk/cases/UKHL/1913/2.html> Acesso em 20/03/2019, às 18h55minhs.

LEAL, Marcialina. **O acesso à justiça no contexto do procedimento eletrônico**. Rio de Janeiro: Editora Autografia, 2019.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. 18ª edição. São Paulo: Saraiva, 2014.

LEVENHAGEN, Antônio José de Souza. **Manual de Direito Processual Civil**. Varginha: editora ATLAS, 1976.

LIEBMAN, Enrico Tullio. Do Arbítrio à Razão: reflexões sobre a motivação da sentença. Tradução de Tereza Celina de Arruda Alvim. *In Revista de Processo*. Nº 29. São Paulo: Revista dos Tribunais. Jan./Mar. 1983.

LIEBMAN, Enrico Tullio. **Manual de Direito Processual Civil**. Vol. I, 2ª edição, tradução e notas: Cândido Rangel Dinamarco. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1985.

LOPES, José Reinaldo de Lima. **O Direito na História**. 5ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2014.

LUCCA, Rodrigo Ramina de. **A Motivação das Decisões Judiciais Civil em um Estado de Direito: Necessária Proteção da Segurança Jurídica**. São Paulo: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2013. p. 59.

MADEIRA, Luís Cláudio Magalhães. Peças e Actos Processuais Judiciais por Transmissão Electrónica via Internet. *In* **Direito da Sociedade da Informação**. Vol. IX. Coimbra: Coimbra Editora, 2011. pp. 57 e ss.

MARCOS, Rui de Figueiredo; MATHIAS, Carlos Fernando; NORONHA, Ibsen. **História do Direito Brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

MARQUES, José Frederico. **Instituições de Direito Processual Civil**. São Paulo: Millennium, 1966.

MARQUES, Mário Reis. **O Liberalismo e a Codificação do Direito Civil em Portugal**. Coimbra: Almedina, 1987.

MARTINS, Pedro Batista. Comentários ao Código de Processo Civil. Vol. I. Rio de Janeiro: Forense, 1960, p. 104, *Apud* FADEL, Sérgio Sahione. **Código de Processo Civil Comentado**. Tomo I. 3ª Edição. Rio de Janeiro: José Konfino Editor, 1975, pp. 266-267.

Max Kases, Das romsche Zivilprozessrecht, cit. p. 9. Segundo Pontes de Miranda, **Comentários ao Código de Processo Civil**, cit., t. 1.

MENDES, João de Castro. **Direito Processual Civil. Apontamentos das lições dadas ao 4º ano de 1973-1974, pelo Prof. Doutor João de Castro Mendes, redigidos com a colaboração do Assistente Dr. Armindo Ribeiro Mendes**. Lisboa: Faculdade de Direito de Lisboa.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 17ª edição. São Paulo: Malheiros, 2004.

MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virginia Maria. **História do Brasil Recente: 1964-1992**. 4ª edição. São Paulo: Ática, 2001.

MINAS GERAIS. **Lei nº 830, de 7 de setembro de 1922**. Disponível em <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/4744> Acesso em 10 de março de 2020, às 19:01hs.

MIRANDA, Jorge. **Revista Brasileira de Direito Comparado**. Rio de Janeiro: Instituto de Direito Comparado Luso-brasileiro, editora Forense, 1990.

MIRANDA, Jorge. **Manual de Direito Constitucional**. 2ª ed. Coimbra: Coimbra editora, 1988.

MIRANDA, Pontes de. **Comentários do Código de Processo Civil**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 1958.

MIRANDA, Pontes de. **Comentários à Constituição de 1967 com a Emenda nº 1 de 1969**. Vol. II. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

MIRANDA, Pontes de. **Direito Processual Civil Brasileiro**. Vol. IV. Rio de Janeiro: Forense, 1994.

MITIDIERO, Daniel Francisco. **Comentários ao Código de Processo Civil**. Vol. I. São Paulo: Memória Jurídica editorial, 2004.

MONTENEGRO FILHO, Misael. **Código de Processo Civil Comentado e Interpretado**. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

MONTORO, André Franco. **Introdução à Ciência do Direito**. São Paulo: Marins, 1968.

MORAES, Guilherme Peña de. **Curso de direito constitucional**. 3ª edição. São Paulo: Atlas, 2010.

MOURÃO, Luiz Eduardo Ribeiro. O Sono Dogmático e o Projeto de um Novo CPC. *In Revista Brasileira de Direito Processual – RBDPro*. Ano 20, nº 80. Outubro-dezembro, 2012. Belo Horizonte: Editora Fórum. pp. 101-108.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de Direito Processual Civil**. Volume único. 9ª edição. Salvador: Editora JusPODIVM, 2017.

NOGUEIRA, Sandro D'amato. **Manual de Direito Eletrônico**. 1ª edição. Belo Horizonte: BH Editora e Distribuidora, 2009.

NUNES, Elpídio Donizetti. **Curso didático de direito processual civil**. 13ª edição. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2010.

OCTACIANO NOGUEIRA. **Constituições Brasileiras: 1824**. Brasília: Senado Federal, 2001.

OLIVEIRA JÚNIOR, Waldemar Mariz de. **Curso de Direito Processual Civil. Vol. I. Teoria Geral do Processo Civil.** São Paulo: editora Revista dos Tribunais, 1973.

OTHON SIDO, José Maria. **Dicionário Jurídico: Academia Brasileira de Letras Jurídicas.** 7ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

PACHECO, José da Silva. **Curso de Teoria Geral do Processo.** Rio de Janeiro: Forense, 1985.

PAES, Maria Helena Simões. **A década de 60: rebeldia, contestação e repressão política.** 4ª edição. São Paulo: Ática, 2001.

PALMA, Rodrigo Freitas. **História do Direito.** 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil.** Vol. I. 29ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2016.

PERNAMBUCO. **Decreto nº 16.752, de 31 de dezembro de 1924.** Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-16752-31-dezembro-1924-516249-publicacaooriginal-139889-pe.html> Acesso em 09 de março de 2020, às 22:15hs.

PICARDI, Nicola; NUNES, Dierle. O Código de Processo Civil Brasileiro. Origem, formação e projeto de reforma. *In Revista de Informação Legislativa.* V. 48, nº 190. Abril – junho de 2011. Brasília: Senado Federal, 2011.

PINTO, Álvaro Vieira. **Ciência e Existência.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

PINTO FERREIRA. **Curso de Direito Constitucional.** 10ª edição.

PINTO, Eduardo Vera-Cruz. **História do Direito Comum da Humanidade.** Lisboa: aafdl, 2017.

PINTO, V. apud. ARANHA, M. L. de A. Martins. **Filosofando: introdução à filosofia.** São Paulo: Moderna, 1986.

PORTANOVA, Rui. **Princípios de processo civil.** 3ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999.

PORTO, Sérgio Gilberto. Coord. **As garantias do cidadão no processo civil. Relações entre Constituição e Processo.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

PUFENDORF, Samuel. **The Political Writings os Samuel Pufendorf**. Ed. Craig L. Carr. Tradução de Michael J. Sedler. Nova Iorque/Oxford: Oxford University, 1994.

RAÓ, Vicente. **O direito e a vida dos direitos**. 5. Ed. São Paulo: 1999.

REZENDE FILHO, Gabriel José Rodrigues de. **Direito Processual Civil. Vol. I**. São Paulo: Saraiva, 1944.

RINALDO FILHO. Demócrito, A informatização do processo judicial – Da Lei do fax à Lei 11.419/06: Uma breve retrospectiva legislativa. In VINCENZI, Brunela Vieira de; SAMPAIO, Luiza Saito. The Eletronic Proceeding in Brazil. In **Revista Brasileira de Direito Processual – RBDPro**. Doutrina e Resenhas. Volume 78. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2012.

RIVERO, Jean. **Les Libertés Publiques**. Vol. II. Paris, 1977.

RODRIGUES, Fernando Pereira. **O Novo Processo Civil. Os Princípios Estruturantes**. Coimbra: Almedina, 2013.

ROFFO, Juan Carlos. **Publicidad del Proceso. La justicia y el periodismo**. Argentina, Abeledo-Perrot: s.d.

ROMÃO, Miguel Lopes. **A Bem do Estado. Publicidade e Segredo na Formação e na Divulgação das Leis (1820-1910)**. Coimbra: Almedina, 2005.

ROMÃO, Miguel Lopes. Publicidade do Direito. As Grandes Realizações da História do Direito. In **Centro de Investigação de Teoria e História do Direito – FDUL**. Organização: HOMEM, António Pedro Barbas. 2016. Disponível em: http://media.wix.com/ugd/6ac201_58beb03e908d47f4be9121f859cbf17b.pdf
Acesso em 28 de março de 2020, às 12:07hs.

ROSA, Inocêncio Borges da. **Processo Civil e Comercial**. Vol. I. Porto Alegre: Globo, 1940.

RUGGIERO e MAROI, em **Istituzioni di diritto privato**, 8 ed., Milão, 1955, v.1, § 2º.

RUSCHEL, Airton José; LAZZARI, João Batista; ROVER, Aires José. **O processo judicial eletrônico no Brasil: Uma visão geral. Processo Judicial Eletrônico**. Coordenação: COELHO, Marcus Vinicius Furtado; ALLEMAND, Luiz Cláudio. Brasília: Ordem dos Advogados do Brasil, 2014.

SANTOS, Ernane Fidélis dos. **Estudos de Direito Processual Civil. Jurisdição, Processo, Ação**. Uberlândia: Edições da Faculdade de Direito da Universidade de Uberlândia, 1975.

SANTOS, Guilherme Luís Quaresma Batista Santos. A publicidade dos atos processuais e a inviolabilidade da privacidade no processo judicial eletrônico. *In Revista eletrônica de direito processual – REDP*. Vol. VIII. Periódico da Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito Processual da UERJ. ISSN 1982-7636. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/redp/article/viewFile/20828/15106> Acesso em 03 de fevereiro de 2020, às 20: 52hs.

SANTOS, Moacyr Amaral. **Primeiras linhas de direito processual civil**. V. I. 9ª edição. São Paulo: Saraiva, 1981.

SANTOS, Moacir Amaral. **Primeiras Linhas de Direito Processual Civil**. Vol. I. São Paulo: Saraiva, 1968.

SÃO PAULO. **Lei nº 2.421, de 14 de janeiro de 1930**. Disponível em <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1930/lei-2421-14.01.1930.html> Acesso em 09 de março de 2020, às 22:28hs.

SCHWARTS, Germano; DEZORZI, Diego. A história da Corte Suprema no Brasil: da Casa da Suplicação até a criação do Supremo Tribunal Federal. *In Revista da Ajuris: Associação dos juizes do Rio Grande do Sul*. Rio Grande do Sul. Nº 112. Dezembro de 2008.

SENADO FEDERAL. **Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 1983**. Disponível em <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/18035> Acesso em 19 de abril de 2019, às 08:08hs.

SILVA, João Carlos Jarochinski. Análise história das Constituições brasileiras. *In Revista de Direito da Universidade Católica de São Paulo*.

SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco. 7ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 21 e ss. **Apud** CASTRO, Flávia Lages de. **História do Direito Geral e do Brasil**. 13ª edição. Lúmen Juris Direito: Rio de Janeiro, 2017.

SOUSA, Miguel Teixeira de. O valor Probatório dos Documentos Electrónicos. *In Direito da Sociedade da Informação*. Volume II. Coimbra: Coimbra editora, 2001. pp. 171-201.

SOUSA, Simoni Brum de. **Direito Processual**. 2019, p. 1. Disponível em <https://pt.scribd.com/document/414388548/Direito-processual> Acesso em 03 de fevereiro de 2020, às 21:26hs.

SOUZA, Teixeira, apud RODRIGUES, Fernando Pereira. **O Novo Processo Civil. Os Princípios Estruturantes**. Coimbra: Almedina, 2013.

STALLINGS, William. **Criptografia e segurança de redes. Princípios e práticas**. Tradução de Daniel Vieira; revisão técnica de Graça Bressan, Ákio Barbosa e Marcelo Succi. 4ª edição. São Paulo: Pearson Prentice – Hall, 2008.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil**. V. 1. 46ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil. Teoria Geral do Direito Processual Civil e Processo de Conhecimento**. Vol. I. 47ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil: Teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento**. Vol. I. 50ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil. Vol. I**. 57ª ed. Rio de Janeiro: 2016.

ULPIANO. **Digesta de Justiniano**. Líber Primus. I: DE IUSTITIA ET IURI.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história**. 4. Ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

VIANA, Juvêncio Vasconcelos. **História do Processo: Uma análise do Código de Processo Civil de 1939 sob o Prisma Terminológico**. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br:8080/portal/sites/default/files/anexos/18284-18285-1-PB.pdf> acesso em 21 de março de 2019, às 21:46hs.

VILLA, Marco Antônio. **A História das Constituições Brasileiras**. São Paulo: LeYa, 2011.

VINCENZI, Brunela Vieira de; SAMPAIO, Luiza Saito. The Electronic Proceeding in Brazil. *In Revista Brasileira de Direito Processual – RBD Pro*. Doutrina e Resenhas. Volume 78. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2012.

WOLKER, Antônio Carlos. **História do Direito no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2000.

ZILIO, Daniela. **O princípio da publicidade processual e o processo eletrônico**. Santa Catarina: 2012.